



Universidade Federal de Juiz de Fora

Aline de Jesus Oliveira

A política de reforma agrária em Minas Gerais: debates e contradições acerca da realidade dos assentamentos no Vale do Mucuri- MG

Juiz de Fora

2025

Aline de Jesus Oliveira

A política de reforma agrária em Minas Gerais: debates e contradições acerca da realidade dos assentamentos no Vale do Mucuri-MG

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Serviço Social: Questão Agrária, área de concentração Sujeitos Sociais e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para obtenção do título de doutora.

Orientadora: Cristina Simões Bezerra

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

OLIVEIRA, ALINE.

A política de reforma agrária em Minas Gerais :
Debates e contradições acerca da realidade dos
assentamentos no Vale do Mucuri (MG) / ALINE
OLIVEIRA. -- 2025. 202 f.

Orientador: CRISTINA BEZERRA

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de
Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social, 2025.

1. QUESTÃO AGRÁRIA . 2. REFORMA E POLÍTICA AGRÁRIA .
3. LUTAS NO CAMPO. 4. ASSENTAMENTO. I. BEZERRA,
CRISTINA , orient. II. Título.

ALINE DE JESUS OLIVEIRA

**A política de reforma agrária em Minas Gerais: debates e contradições acerca
da realidade dos assentamentos no Vale do Mucuri - MG**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Serviço Social da Universidade Federal de
Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção
do título de Doutora em Serviço Social. Área de
concentração: Questão Social, Território, Política
Social e Serviço Social.

Aprovada em 30 de setembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof Dr Ronaldo Vielmi Fortes - Presidente

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa Dra Mônica Aparecida Grossi Rodrigues

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof Dr Bruno Bruguessi Bueno

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa Dra Michele Neves Capuchinho

Escola Nacional Florestan Fernandes

Prof Dr Leonardo Nogueira Alves

Universidade Federal de Ouro Preto

Juiz de Fora, 12/08/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Vielmi Fortes, Professor(a)**, em 09/10/2025, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Nogueira Alves, Usuário Externo**, em 10/10/2025, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Bruziguessi Bueno, Professor(a)**, em 13/10/2025, às 08:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Michelle Neves Capuchinho, Usuário Externo**, em 21/10/2025, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de](#)



[novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Monica Aparecida Grossi Rodrigues, Professor(a)**, em 01/12/2025, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2547106** e o código CRC **F1A9F55C**.

Aline de Jesus Oliveira

Apóliticade reformaagrária em Minas Gerais: debatesecontradições na realidade dos assentamentos no Vale do Mucuri-MG

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em ServiçoSocial.

Áreade concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Cristina Simões Bezerra

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Mônica Aparecida Grossi

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Michele Neves Capuchinho

Escola Nacional Florestan Fernandes

Prof. Dr. Leonardo Nogueira

Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Bruno Bruziguessi

Universidade Federal de Juiz de Fora

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho, im memorian, a meu pai, com todo meu carinho.

AGRADECIMENTOS

Concluir este trabalho é celebrar uma caminhada tecida por muitas mãos, saberes e, acima de tudo, muita luta. Estas palavras são o meu reconhecimento a cada pessoa e coletivo que singularmente participa da minha vida e que tornou esta pesquisa possível, especialmente àqueles que me ensinaram o verdadeiro significado de resistência. Uma das etapas mais significativas neste trabalho é lembrar e homenagear todos aqueles que contribuíram para a sua elaboração e conclusão. São palavras que representam o meu reconhecimento a cada um que singularmente participa de minha vida, pessoal e enquanto trabalhadora-pesquisadora.

A começar pela orientação acadêmica e amizade, agradeço a Profa. Cristina Bezerra, pelo caminho percorrido, pelo conhecimento, pela pesquisa e de ensinamentos que vão além do ambiente universitário. Agradeço à minha mãe, Maria, por sempre acreditar em mim e pelo apoio incondicional, ao meu namorado Raphael, por ser companheiro paciente e o pilar que me deu forças para continuar nos momentos mais difíceis.

Dedico um agradecimento mais que especial, e que se torna o coração desta tese, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Regional Mucuri. Este trabalho não existiria sem a confiança, a acolhida e a generosidade de cada companheiro e companheira que compartilhou comigo não apenas informações, mas suas histórias de vida, seus sonhos e sua incansável resistência.

Agradeço por me ensinarem, na prática, o significado da organização popular e da luta por reforma agrária. Cada entrevista, cada visita a um acampamento ou assentamento, cada roda de conversa foi uma aula sobre dignidade e coragem. Este trabalho é um pequeno retorno por tudo o que aprendi com vocês. Espero que ele possa, de alguma forma, ecoar a voz e a força do MST - Mucuri. A vocês, que são os verdadeiros protagonistas desta história, minha eterna gratidão e meu compromisso de seguir na luta. Levarei para sempre os ensinamentos sobre organização e a coragem de lutar por um futuro mais justo. A vocês, meus maiores homenageados, meu mais profundo respeito e admiração.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. É a defesa do ensino público, gratuito e de qualidade que nos permite seguir sonhando e lutando por um país onde o conhecimento esteja a serviço do povo.

Muito obrigada.

Nós somos a continuidade de uma longa história, que vem desde Zumbi dos Palmares, de Canudos, do Contestado, das Ligas Camponesas e de todos aqueles que lutaram pela terra. A nossa luta, a luta do MST, é apenas mais um elo dessa corrente histórica. Nós somos a memória ativa desses processos de luta. **João Pedro Stédile e Bernardo Mançano**

Resumo

O objetivo deste estudo é compreender como as políticas públicas para áreas de reforma agrária se configuram nos acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Vale do Mucuri, Minas Gerais. Parte-se de uma perspectiva crítica, fundamentada na tradição marxista, que compreende a questão agrária como o núcleo das contradições do desenvolvimento desigual e combinado do capital no Brasil. O percurso teórico-metodológico constrói as mediações necessárias entre os processos histórico-estruturais do capitalismo dependente e a singularidade desta luta no Mucuri. Para tanto, é preciso uma investigação na região que revela uma contradição central: as políticas implementadas operam primariamente como Políticas sociais (focalizadas, descontínuas e de gestão da pobreza), e não como uma Política agrária efetiva, capaz de promover a transformação estrutural. A questão agrária é compreendida como o núcleo das contradições do desenvolvimento desigual e combinado do capital. Assim, construímos um caminho utilizando como principal ferramenta metodológica a pesquisa de campo, realizada a partir de entrevistas com as lideranças de cada assentamento. Este percurso teórico e metodológico que, ao explicitar as particularidades da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, manifesta-se a partir da condição da dependência, busca explicitar as contradições dessa dinâmica e construir as mediações necessárias para compreender como a política agrária se configura nos acampamentos e assentamentos do Vale do Mucuri. A metodologia baseia-se em pesquisa de campo, composta por entrevistas com dez lideranças de cinco territórios emblemáticos da luta na região (o acampamento Mãe Esperança e os assentamentos Aruega, Nova Vida, Esperança do Vale e Santa Rosa). O percurso teórico-metodológico constrói as mediações necessárias entre os processos histórico-estruturais do capitalismo dependente e a singularidade desta luta no Mucuri, na busca pela explicitação dos processos histórico-estruturais, inerentes à particularidade do capitalismo no Brasil, que definem a singularidade da questão agrária no Vale do Mucuri.

A tese demonstra, por fim, que os desafios cotidianos e a precarização enfrentados pelas famílias são produto de uma sociedade excludente. São, na verdade, a expressão funcional dos limites do Estado capitalista dependente, que

gerencia a "questão agrária" sem, contudo, alterar a estrutura de concentração fundiária que a reproduz.

Por fim, realizar o levantamento das políticas sociais existentes nos assentamentos de reforma agrária no Vale do Mucuri se fez necessário para compreensão da não existência das políticas agrárias na região. Podemos apreender que a constituição dos assentamentos rurais estudados possui muitas contradições que impulsionam desafios ao cotidiano dos assentados e assentados na atualidade.

Palavras-chave: Questão agrária; reforma e política agrária; lutas no campo; assentamentos

Abstract

The objective of this study is to understand how public policies for agrarian reform areas are configured in the encampments and settlements of the Landless Workers' Movement (MST) in the Mucuri Valley, Minas Gerais. It starts from a critical perspective, grounded in the Marxist tradition, which understands the agrarian question as the core of the contradictions inherent to the uneven and combined development of capital in Brazil.

The theoretical-methodological path constructs the necessary mediations between the historical-structural processes of dependent capitalism and the singularity of this struggle in Mucuri. For this purpose, an investigation in the region is required, which reveals a central contradiction: the implemented policies primarily operate as Social Policies (focused, discontinuous, and geared toward poverty management), and not as an effective Agrarian Policy capable of promoting structural transformation. The agrarian question is understood as the core of the contradictions of the uneven and combined development of capital.

Thus, we build a path using field research as the main methodological tool, conducted through interviews with the leaders of each settlement. This theoretical and methodological journey, by explicating the particularities of the dynamics of capitalist development in Brazil, which manifests itself through the condition of dependency, seeks to clarify the contradictions of this dynamic and construct the necessary mediations to understand how agrarian policy is configured in the encampments and settlements of the Mucuri Valley.

The methodology is based on field research, consisting of interviews with ten leaders from five emblematic territories of the struggle in the region (the Mãe Esperança encampment and the Aruega, Nova Vida, Esperança do Vale, and Santa Rosa settlements). The theoretical-methodological path constructs the necessary mediations between the historical-structural processes of dependent capitalism and the singularity of this struggle in Mucuri, in search of explicating the historical-structural processes, inherent to the particularity of capitalism in Brazil, that define the singularity of the agrarian question in the Mucuri Valley.

The thesis finally demonstrates that the daily challenges and precariousness faced by the families are the product of an exclusive society. They are, in fact, the functional expression of the limits of the dependent capitalist State, which manages

the "agrarian question" without, however, altering the structure of land concentration that reproduces it.

Finally, surveying the existing social policies in the agrarian reform settlements in the Mucuri Valley was necessary to understand the non-existence of agrarian policies in the region. We can apprehend that the constitution of the studied rural settlements harbors many contradictions that drive challenges to the daily lives of the settlers today.

Keywords: Agrarian question; agrarian reform and policy; rural struggles; settlements.

Lista de ilustrações

FIGURA 1 – Quadro demonstrativo dos quatro pilares da luta pós-conquista da terra – ano 2025.

FIGURA 2 - Assentamentos do MST na mesorregião do Vale do Mucuri – MG , em 2024

FIGURA 3 - Assentados moradores do Assentamento Nova Esperança - MG em 2024

FIGURA 4 – Criação de gado no Assentamento Santa Rosa em MG - 2024

Lista de abreviaturas e Siglas

ADM – Archer Daniels Midland Company
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CMA – Companhia Mineira de Açúcar e Alcool
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CRA – Certificados de Recebíveis do Agronegócio
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAEMG – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations
FPA – Frente Parlamentar da Agricultura
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAM – Produção Agrícola Municipal
PNA – Programa Nacional de Alimentos
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
RAS – Relação Anual de Informações Sociais
SEAPA – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNEP – The United Nations Environment Programme

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 01 – CAPITALISMO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	
1.1 Capitalismo e questão Agrária no Brasil	28
1.2 O caráter concentrador da estrutura agrária e das políticas agrárias atuais: a estrutura agrária brasileira	36
Capítulo 02- QUESTÃO ÁGRARIA E A LUTA POR TERRA E POR REFORMA ÁGRÁRIA EM MINAS GERAIS	40
2.1 Lutas por terra e reforma agrária: violência, conflitos, resistências e suas expressões em Minas Gerais e no Vale do Mucuri	41
2.2 Configuração atual da questão agrária em Minas Gerais	61
2.3 Contexto histórico e formação do MST na Região do Vale do Mucuri	68
Capítulo 03 – Políticas públicas nas áreas de reforma agrária: Os acampamentos e assentamentos do MST Vale do Mucuri	79
3.1 Políticas públicas nas áreas de reforma agrária: Os acampamentos e assentamentos do MST no vale do Mucuri	80
3.2 Os acampamentos e assentamentos no Vale do Mucuri: da luta pela terra à efetivação das políticas agrárias	110
3.3 O processo de ocupação e constituição dos acampamentos e assentamentos no Vale do Mucuri	115
3.4 Desafios para o acesso e efetivação das políticas públicas nos acampamentos e assentamentos do MST no Vale do Mucuri – MG	153
Considerações finais.....	172
Referencial bibliográfico	177
Anexos	183

INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado tem como propósito o cumprimento de um dos requisitos do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS-UFJF) para a titulação de Doutora em Serviço Social.

Minhas motivações para esta pesquisa se dão a partir do contato com a luta mais ampla do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) através do Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) de Minas Gerais, em 2009, quando compreendi a importância de uma mudança na estrutura fundiária brasileira. Daí em diante, comecei a estudar a Questão Agrária¹, tive como produções acadêmicas na área minha monografia, dissertação de mestrado, capítulo de livro e artigos. O interesse pelo estudo dos movimentos sociais, em particular o MST, iniciou-se na graduação em Serviço Social, com a participação em áreas de ocupação do movimento, e também no exercício profissional como professora Substituta do curso de Serviço Social na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), lecionando disciplinas como: Estado, Classes e Movimentos Sociais; Educação Popular, etc. Minha trajetória acadêmica e profissional me possibilitou querer responder indagações que perpassam o tema das desigualdades brasileiras.

Atualmente, atuo como professora do curso de Serviço Social na UEMG/ Unidade Carangola, onde leciono as disciplinas de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social, Questão Social e Particularidades Regionais, além de supervisionar estágios. Minha prática docente se articula diretamente com a pesquisa e a extensão, por meio de um projeto de capacitação continuada para assistentes sociais de Carangola e região, que visa fortalecer o debate e a qualificação na categoria profissional. Minhas atividades de orientação concentram-se nas áreas de Educação do Campo e nas diversas áreas das políticas públicas, com ênfase naquelas voltadas para a reforma agrária, agricultura familiar e os movimentos sociais rurais, e com especial interesse nos seguintes temas: luta por direitos, reforma agrária, desenvolvimento de territórios rurais.

A construção de uma pesquisa acadêmica, em especial no nível de pós-graduação, não se limita ao acúmulo teórico, mas está profundamente vinculada às

¹ Questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz". Graziano da Silva (1989: p.11),

experiências acadêmicas e profissionais como pesquisadora. Essa dimensão prática, associada ao percurso formativo, possibilita um olhar mais atento e sensível sobre a realidade social investigada. No caso da presente tese, a análise da política de reforma agrária em Minas Gerais, com ênfase nos debates e contradições que marcam a realidade dos assentamentos rurais do Vale do Mucuri, insere-se justamente nesse entrelaçamento entre vivência prática, trajetória acadêmica e compromisso ético-político com os sujeitos do campo.

A experiência profissional e acadêmica no contato direto com comunidades assentadas fornece não apenas subsídios empíricos para a reflexão, mas também contribui para uma leitura crítica da efetividade das políticas públicas e das dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas. Como aponta Bourdieu (1997, p. 46), o conhecimento científico não pode ser apartado das condições sociais de sua produção, o que significa reconhecer que a inserção do pesquisador na realidade investigada potencializa novas formas de interpretação.

Dessa forma, a presente tese parte da compreensão de que a política de reforma agrária em Minas Gerais deve ser problematizada a partir de seus avanços e limites, considerando tanto os marcos normativos quanto a materialidade vivida nos assentamentos do Vale do Mucuri. Esse território, historicamente marcado por desigualdades sociais, econômicas e fundiárias, apresenta-se como espaço privilegiado para se analisar as tensões entre o projeto de democratização do acesso à terra e a persistência de contradições estruturais que atravessam a realidade camponesa no estado.

Assim, a elaboração desta pesquisa é fruto de um exercício teórico, do diálogo entre experiência e conhecimento, entre prática e reflexão crítica. Ao assumir esse ponto de partida, busca-se contribuir para o debate acadêmico e político em torno da reforma agrária em Minas Gerais, evidenciando a relevância dos acampamentos e assentamentos do Vale do Mucuri como espaços de resistência, construção social e disputa de projetos de desenvolvimento.

A importância desta pesquisa vai ao encontro da compreensão do processo de desenvolvimento da política agrária no Vale do Mucuri – MG e como esta tem se desenvolvido nos acampamentos e assentamentos no contexto capitalista. Portanto o problema levantado nesta pesquisa foi: como tem se configurado a política agrária no Vale do Mucuri?

A questão agrária, resultado contraditório e desigual desta estrutura atual, que se expressa através da sociedade capitalista, é analisada sob a ótica da concentração fundiária e dos movimentos socioterritoriais, que recolocam historicamente a necessidade da reforma agrária, enquanto política pública de desenvolvimento, portanto redistributiva. No entanto, sua realização materializa-se pelo Estado, enquanto política social, distributiva e compensatória, ou que nomina-se de reforma agrária popular.

Faz-se necessário a distinção dos três conceitos trabalhados nesta tese que, embora interligados, possuem escopos e naturezas distintas: Questão Agrária, Reforma Agrária e Política Agrária. Compreender a distinção e a interconexão entre eles é fundamental para analisar as contradições e os caminhos de desenvolvimento do campo, especialmente em países com forte herança latifundiária como o Brasil.

A Questão Agrária, como raiz do problema estrutural, constitui o conceito mais abrangente e fundamental, representando a base estrutural dos conflitos e desigualdades no campo. Não se trata de um problema isolado, mas sim do conjunto de contradições históricas e sociais decorrentes da forma como a terra foi apropriada e explorada. Aprofundaremos os três conceitos (Questão Agrária, Reforma Agrária e Política Agrária) e a forma como eles se relacionam, apresentando-os em um texto contínuo e analítico. Ela manifesta-se essencialmente na concentração da propriedade fundiária nas mãos de poucos (o latifúndio) e na consequente exclusão social de milhões de trabalhadores rurais. Isso gera uma série de problemas inter-relacionados: relações de trabalho precárias, violência e conflitos pela posse da terra, uso insustentável dos recursos naturais e pobreza generalizada no meio rural. A Questão Agrária é, portanto, a origem e o problema a ser enfrentado, sendo um reflexo direto do modelo de desenvolvimento capitalista aplicado à agricultura.

A Reforma Agrária, que faz como uma solução estrutural, surge historicamente como a principal resposta política e econômica para a Questão Agrária. Ela é definida como um instrumento de intervenção estatal de caráter estrutural que visa fundamentalmente modificar a estrutura fundiária por meio da redistribuição da terra.

Seu objetivo é dismantelar o latifúndio, promover o acesso à terra para quem nela trabalha e, com isso, democratizar o espaço rural, impulsionar a produção alimentar e promover a justiça social. Contudo, a Reforma Agrária não se limita à mera transferência de títulos; ela exige o apoio de políticas complementares (crédito,

assistência técnica, infraestrutura) para garantir a sustentabilidade dos assentamentos. É, portanto, a medida que um Estado pode adotar para reverter as desigualdades históricas, porém a concepção tratada em nossa pesquisa é de Reforma Agrária Popular, que não é apenas uma variação da Reforma Agrária clássica, mas sim uma proposta programática e estratégica que busca ir além da simples redistribuição de terras. Ela surge como uma atualização da pauta agrária dos movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em resposta às transformações do capitalismo no campo, marcado pelo avanço do agronegócio globalizado. Enquanto a Reforma Agrária clássica se focava primordialmente em dividir o latifúndio improdutivo para assentar as famílias camponesas, a Reforma Agrária Popular propõe uma transformação estrutural que engloba a produção, o meio ambiente, as relações sociais e o próprio modelo de desenvolvimento nacional. Assim é importante mencionar e explicar os pilares e objetivos centrais da Reforma Agrária Popular, o primeiro, mas não o mais importante, o Foco na Soberania e Segurança Alimentar, que é o grande diferencial da Reforma Agrária Popular, que o acesso à terra é um meio, e não o fim. O objetivo principal passa a ser a produção de alimentos saudáveis para toda a população brasileira (mercado interno), em contraposição direta ao modelo do agronegócio que prioriza *commodities* para exportação. A terra é vista como um instrumento para garantir a Soberania Alimentar — o direito de o povo decidir como e o que produzir. O segundo seria a massificação da Agroecologia, pois a Reforma Agrária Popular adota a agroecologia como matriz tecnológica para a produção. Isso significa rejeitar o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, buscando um modelo produtivo que promove a sustentabilidade ambiental e a conservação da biodiversidade, respeita os ciclos da natureza, a água e os biomas, e valoriza o conhecimento tradicional e camponês em conjunto com a ciência. A agroecologia é central porque estabelece um novo paradigma produtivo, diferente do modelo capitalista destrutivo do agronegócio. No terceiro, ela transforma as Relações Sociais e Culturais.

A Reforma Agrária entende que a transformação no campo deve ser também uma revolução cultural e social, incluindo a construção de novas relações humanas e de gênero, combatendo o machismo, a homofobia e todas as formas de opressão nos assentamentos, a valorização da cultura, arte e identidade camponesa e popular, o acesso universal à Educação do Campo e à saúde de qualidade em todos os níveis. Ou seja, o campo deve ser um lugar digno e com qualidade de vida plena. E em quarto

lugar a disputa pelo modelo de desenvolvimento, pois a Reforma Agrária Popular se coloca como um projeto de país, não apenas um projeto agrário. Ela visa alterar a lógica de dominação do capital no campo, propondo um novo modelo de desenvolvimento que inclua e valorize os diferentes sujeitos do campo (camponeses, quilombolas, indígenas, ribeirinhos).

Em essência, a Reforma Agrária Popular representa um avanço crítico e propositivo em relação à Reforma Agrária clássica, buscando articular a luta pela terra com as pautas contemporâneas da sustentabilidade ambiental, da saúde pública e da justiça social.

Já a política agrária é o conceito que define o conjunto de ações, programas, regulamentos e investimentos que o Estado (em seus diferentes níveis de governo) implementa para gerir e intervir no setor agropecuário e no desenvolvimento do meio rural.

Diferente da questão agrária (o problema) e da reforma agrária (a medida estrutural), a política agrária é o campo de disputa e mediação onde diferentes interesses se confrontam para definir o modelo de produção e a distribuição de recursos no campo. A política agrária é multifacetada e se manifesta por meio de diversos instrumentos: política de crédito e financiamento, como o Plano Safra, que define a taxa de juros e o volume de recursos para grandes e pequenos produtores; programas específicos como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que são exemplos de políticas que buscam direcionar recursos para um segmento específico, com condições diferenciadas; programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que garante a compra de produtos da agricultura familiar para a distribuição social ou formação; investimentos em estradas, armazéns, eletrificação rural, irrigação e comunicação, que impactam diretamente a produtividade e o custo de escoamento da produção; a Política de Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Rural, financiamento de pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), para levar conhecimento e inovações aos produtores.

Um ponto crítico em qualquer análise da política agrária no Brasil é o seu caráter na sociedade capitalista. Historicamente, ela tem sido dividida entre políticas para o agronegócio, que concentram a maior parte dos recursos, do crédito e do apoio tecnológico, e visam a produção de *commodities* em larga escala para exportação, consolidando o modelo de agronegócio e a concentração fundiária; e políticas para a

agricultura familiar e camponesa, que recebem um volume de recursos muito menor, mas são cruciais para a produção de alimentos para o mercado interno, a sustentabilidade e a inclusão social.

A política agrária é, portanto, o reflexo das correlações de força política de um país. É nela que se decide se a resposta à Questão Agrária (desigualdade) será feita pela via da Reforma Agrária (distribuição) ou pela via da modernização conservadora (concentração e crédito subsidiado para o grande capital), ou, como ocorre no Brasil, por uma combinação contraditória das duas.

A investigação da complexa dinâmica do campo em Minas Gerais exige um aparato teórico e metodológico capaz de apreender as contradições inerentes à estrutura fundiária. O objeto de estudo, que compreende a questão agrária como um problema histórico e persistente, as propostas de reforma agrária (em suas versões clássica e popular) como medidas de transformação e a política agrária como o campo de mediação estatal, não pode ser reduzido a uma análise simplificada de causa e efeito. Adotamos a premissa de que a realidade do campo mineiro é construída a partir de tensões e lutas permanentes, e que a própria exposição do nosso argumento deve refletir essa dinâmica inconclusa. A organização do texto visa não apenas descrever, mas confrontar os fatos e conceitos, permitindo que a própria narrativa se desenvolva em um movimento contínuo.

Reconhecemos que a questão agrária se manifesta como um processo social em constante mutação, onde a luta pela terra e as alternativas populares se redefinem diante do avanço do agronegócio e das crises ambientais e climáticas. Assim, a abordagem desta tese busca escapar das armadilhas do determinismo histórico e do mero relato factual, optando por uma chave de leitura que privilegia a dialética entre a estrutura e a ação dos sujeitos.

Esta tese estará estruturada em três capítulos, mas destacamos que a descrição metodológica em etapas não situa este trabalho numa perspectiva linear e estruturalista da história. Ao contrário, como processo de exposição, as etapas projetadas estão pensadas de forma didática como mecanismo dialógico entre o que produz a síntese e os que a lêem no momento seguinte. Como processo, seu desenvolvimento é permanente e inconcluso, mas suas fases estão delimitadas para o início e fim de cada ciclo da investigação.

Assim, o trabalho se divide em três capítulos: o primeiro capítulo, propõe

analisar as raízes históricas e estruturais da questão agrária no Brasil, argumentando que sua compreensão está indissociavelmente ligada às particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país. A análise parte do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, contextualizando o caráter concentrador da estrutura agrária e demonstrando a permanência e reconfiguração de suas características fundantes, para explicar como a superexploração do trabalho e a subordinação aos centros hegemônicos do capital mundial moldaram uma estrutura social e agrária marcada pela concentração de terras, pela violência e por conflitos persistentes. Desta forma, o capítulo demonstrará que a questão agrária não é um resquício pré-capitalista, mas uma peça funcional e necessária à reprodução do capitalismo dependente brasileiro.

O segundo capítulo propõe uma análise crítica desse cenário das lutas no campo ao descrever a história dos conflitos de terra em Minas Gerais, desde a escravidão até hoje, analisando como a disputa por território em Minas Gerais é a base dos conflitos sociais no campo. Serão abordados os temas das lutas sociais no campo, a trajetória histórica da resistência do povo do campo, as disputas contemporâneas em torno da função social da terra, da regularização fundiária e das políticas públicas de reforma agrária. Ao refletir sobre o papel das políticas agrárias para as áreas da reforma agrária frente ao avanço do agronegócio, este capítulo busca demonstrar que, apesar da força do agronegócio, a luta pela democratização da terra continua sendo um desafio central em Minas.

O terceiro capítulo aprofunda a discussão sobre a questão agrária em Minas Gerais, deslocando o foco da análise geral para a realidade concreta de sua implementação no Vale do Mucuri. O objetivo é investigar as condições de vida, produção e acesso a políticas públicas em cinco acampamentos e assentamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) — Aruega, Nova Vida, Mãe Esperança, Esperança do Vale e Santa Rosa —, que se tornaram símbolos da luta pela terra na região. A análise será desenvolvida a partir de um resgate histórico da ocupação do território e da organização do MST no Estado, que teve seu marco inicial justamente no Vale do Mucuri na década de 1980. O estudo de caso se aprofunda na trajetória de um acampamento e quatro assentamentos do Mucuri: Aruega, o primeiro assentamento de Minas Gerais, depois o assentamento Nova Vida, o Esperança do Vale, o Santa Rosa, e o acampamento Mãe Esperança. Foram entrevistadas dez lideranças, duas de cada assentamento, somente no

acampamento Mãe Esperança que foi feita uma entrevista coletiva, demanda feita por uma das lideranças entrevistadas. Para manter o sigilo da identidade dos entrevistados, usarei nomes fictícios: do Aruega, foram entrevistados Bento Semeador e Flora Semente; do Nova Vida, as entrevistas foram com as lideranças Jonas da Luta e Aurora do Campo; no Mãe Esperança, fizemos uma entrevista coletiva com nove acampados, sugestão da liderança Amaro Terra Forte, liderança do MST, que por perceber que o dialogo ficaria mais rico com toda as pessoas que exiteveram ali, desde o começo: na ocupação da terra, na luta pela permanência nela, e por entender que cada um teria formas valiosas de contar a história de luta do acampamento. No Esperança do Vale, conversamos com Severino Lavrador e Esperança da Terra e no assentamento Santa Rosa, as lideranças entrevistadas foram Homem da Luta e Divina da Terra.

Através da combinação de pesquisa bibliográfica e da análise dos relatos coletados, o capítulo demonstrará como a política agrária se materializa nesse território, evidenciando as contradições entre o abandono estatal e a resistência camponesa como fator determinante para a permanência e o desenvolvimento dos assentamentos.

As considerações finais constituirão a síntese dos elementos que o estudo apontará com o objetivo de “provocar” pesquisas futuras/ contínuas no desafio de aproximações sucessivas do real para captar a essência do fenômeno (sua estrutura e dinâmica).

O problema de pesquisa parte do pergunta “como têm se configurado a política agrária no Vale do Mucuri”? O objetivo geral da pesquisa será analisar a implementação da política agrária nos assentamentos do Vale do Mucuri-MG.

Em relação aos objetivos específicos, estão em:

- Identificar quais as principais dificuldades enfrentadas pelos assentados na luta pela política de reforma agrária no Vale do Mucuri-MG;
- Identificar como a política agrária se desenvolve, visando analisar a consonância com as principais demandas de políticas públicas para esta região;
- Refletir criticamente sobre as possibilidades e os desafios da política agrária como instrumento de democratização da terra.
- Compreender como se configura a política agrária nos assentamentos do Vale do Mucuri-MG.

Para o alcance dos objetivos traçados nesta pesquisa, o teor analítico desta produção fundamenta-se na perspectiva marxiana e no método materialista histórico e dialético, na medida em que possibilitará percorrer um caminho investigativo e expositivo que não cerceia as implicações econômicas, sociais e ideopolíticas do objeto de estudo. Frente a isso, figura-se ser o mais adequado, porque propõe efetuar a análise do objeto de pesquisa a partir de suas múltiplas determinações e de sua conexão com a totalidade, pois “[...] as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento; nenhuma coisa está ‘acabada’, encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro” (Lakatos; Marconi, 2007, p. 83).

O método materialista histórico e dialético não expressa regras formais de análise e/ ou de leitura da realidade como um manual operativo, acabado. O que ele possibilita:

É a captura do movimento real, a princípio na aparência fenomênica que constitui a realidade, para abstrair idealmente, dialogando com as contradições e mediações imanentes com o objetivo de apresentar o concreto pensado, a essência fenomênica que demandará sucessivas aproximações à realidade, pois esta é tecida na sua totalidade concreta, um processo de estruturação permanente (Netto, 2011, p. 18).

Nesse cenário apresentado, o método implicará buscar a captura da totalidade do objeto (que não significa estar certo ou errado, mas aquilo que se apresenta como factível), de conexões indissociáveis entre o singular (a forma como o universal se expressa) e o universal e sua historicidade (que não denota apenas a história, mas o movimento empreendido e o reconhecimento da processualidade), para construir mediações que possibilitem o desvelamento do real em suas determinações elementares.

O método em questão possibilita e potencializa a apreensão histórica da questão agrária no Vale do Mucuri – MG, como também a apreensão de elementos para a reconstrução do objeto de estudo a partir de suas particularidades.

No que tange aos instrumentais que serão utilizados para captar as determinações do real para a exposição do concreto pensado, lançará mão da pesquisa de natureza qualitativa, dado o caráter recente do objeto, e, conseqüentemente, da pouca produção teórica acerca do assunto em consonância com a realidade regional já tecida.

Para Martinelli (1999):

A pesquisa qualitativa se insere no marco de referência da dialética, direcionando-se fundamentalmente, pelos objetivos buscados. O desenho da pesquisa qualitativa deve nos dar uma visibilidade muito clara do objeto, objetivo e metodologia, de onde partimos e aonde queremos chegar (Martinelli, 1999, p.115).

Assim, a pesquisa qualitativa será a modalidade de abordagem que atenderá ao cumprimento dos objetivos traçados para esta proposta de estudo. Ela tem por premissa se ocupar com um nível de realidade que não pode ou deveria ser quantificado, trabalhando com o universo das significações, motivos, aspirações, crenças, valores e das atitudes que não se afirmam subjetivistas, individualistas, mas em diálogo com a individualidade objetiva, ou seja, uma individualidade tecida socialmente, coletivamente.

A modalidade de pesquisa oral apresentada parte do pressuposto de que há uma imbricação dinâmica entre a realidade e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, uma vinculação inseparável entre o caráter objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento “não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado” (Minayo, 2006, p. 20). É válido ressaltar que, segundo a autora, o objeto estudado não é um dado inerte e neutro, pois ele possui significados e relações que os sujeitos concretos criam a partir das suas ações. A presente proposta de análise buscará apreender estas relações criticamente sobre as reais implicações na vida dos assentados a partir do estudo feito da política agrária nos assentamentos do Vale do Mucuri – MG em diálogo permanente com a realidade regional.

O primeiro movimento realizado no intuito de capturar o objeto de estudo à pesquisa bibliográfica, o autor afirma que:

Ela é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (idem, p.45). Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. Tais vantagens revelam o compromisso da qualidade da pesquisa. Assim, além de permitir o levantamento das pesquisas referentes ao tema estudado, a pesquisa bibliográfica permite ainda o aprofundamento teórico que norteia a pesquisa (Gil, 2002, p.44).

Para a abordagem do objeto de estudo, além de lançar mão dos instrumentos das pesquisas bibliográficas, foram realizadas entrevistas, com questões abertas, com as lideranças de cada assentamento do Vale do Mucuri-MG, que participaram como sujeitos nas realidades vividas e representadas, dialeticamente, pelas (os) mesmas (os).

Durante o processo de orientação de tese, foram definidas que seriam realizadas dez entrevistas, ou seja, seriam dez assentados (lideranças) que participariam da pesquisa, aceitando e consentindo com os trâmites institucionais exigidos do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora (CEP-UFJF). Como critério de inclusão, foram levados em conta os/ as assentados/as que são lideranças políticas para a aplicação do questionário. No decorrer do processo de pesquisa de campo, por meio das entrevistas, o quantitativo previsto seria passível de mudanças para mais ou para menos na medida em que:

A Saturação é um termo criado por Glaser e Strauss (1967) para se referirem a um momento no trabalho de campo em que a coleta de novos dados não traria mais esclarecimentos para o objeto estudado. Desde que usado pela primeira vez, o termo trouxe uma sensação de praticidade e, ao mesmo tempo desencadeou incontáveis questionamentos. Vários estudiosos têm se pronunciado a respeito sem, contudo, chegarem a uma conclusão decisiva, diferentemente dos que fazem investigações quantitativas em que refinados cálculos estatísticos estabelecem o tamanho ideal da amostra e as possibilidades de expansão dos resultados (Minayo, 2017, p. 5).

A autora sinaliza, não trazendo uma “solução” matemática que, dado o tamanho da amostragem, sua saturação deve levar em consideração a “extensão do objeto e a complexidade do estudo, ficando a critério do pesquisador a definição quantitativa relativa ao cumprimento dos objetivos traçados na pesquisa” (Minayo, 2017, p.6).

Sendo assim, através da realização das entrevistas com questões abertas, a pesquisa contou com a história oral enquanto modalidade de trajetória de vida, ou seja, o cotidiano da vida social que resvala no ser dos assentados, a dinâmica de cada assentamento do Vale do Mucuri-MG, considerando as dinâmicas que particularizam a região.

A história oral, portanto:

É um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma

de se aproximar do objeto de estudo [...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (Gonçalves e Lisboa, 2007, p. 85).

A via histórica, na sua dinamicidade e processualidade, foi o elemento chave no método de pesquisa acima apontado, na medida em que dialoga com o objeto de estudo proposto e por ter como pressuposto:

O caráter dinâmico e processual da pesquisa e sua relação com o tema proposto, pois toda a pesquisa qualitativa visa uma perspectiva histórica; sabemos que a realidade social está em constante transformação, da mesma forma, a realidade em torno de um determinado tema de pesquisa não é estática. Confirma que o campo da história oral é acentuadamente totalizador, na medida em que entrevistador e entrevistado trabalham conscientemente na perspectiva da resignificação e reconstrução do passado (Gonçalves e Lisboa, 2007, p. 87).

Para a interpretação dos dados, a análise temática foi utilizada porque se relaciona “à noção do tema, que está ligada a uma afirmação a respeito de determinado assunto. Ele comporta um feixe de relações e pode ser graficamente representada através de uma palavra, uma frase, um resumo”. A análise temática possui três fases, a saber: a pré-análise, a exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e a interpretação (Minayo, 2002 *apud* Oliveira *et al.*, 2011, p. 2).

A pré-análise, de acordo com Gomes (2002, *apud* Oliveira *et al.*, 2011), é a fase no qual o pesquisador organiza o material a ser analisado de acordo com o objetivo e as questões de estudo, caracterizado, principalmente, pela unidade de registro, unidade de contexto, trechos significativos e categorias.

Para Gomes (2002 *apud* Oliveira *et al.*, 2011, p. 2), as unidades de registro se referem a elementos obtidos através da decomposição do conjunto da mensagem. Nas unidades de contexto, há a designação do contexto em que faz parte a mensagem. Torna-se imperativo ainda a necessidade de uma leitura do material com o intuito de tomar contato com a sua estrutura, descobrindo orientações para a análise e realização de registros e impressões sobre a sua mensagem. Sinaliza-se que a pesquisa avançou na medida em que o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora (CEP-UFJF) em março do ano de 2023.

Reitero que as informações colhidas ficarão sob a minha responsabilidade pelos próximos cinco anos, em arquivo sigiloso, disponível apenas para fins de

publicações acadêmico-científicas. Importa destacar a relevância da pesquisa tendo em vista a contribuição que os movimentos sociais de caráter popular podem dar na construção de uma sociedade democrática no que se refere a luta por direitos e de uma sociedade socialista, pois a análise das produções intelectuais sobre a realidade agrária no Vale do Mucuri revela uma expressiva lacuna teórica, uma escassa da literatura, a que contrasta com a vibrante dinâmica dos conflitos e das lutas sociais na região. É precisamente neste vácuo que a presente pesquisa encontra sua maior relevância. O estudo argumenta que a invisibilidade desses processos nos debates hegemônicos enfraquece a compreensão sobre o potencial transformador dos movimentos populares. Portanto, ao investigar a luta por direitos no Mucuri, buscamos demonstrar como essas experiências concretas contribuem não apenas para o aprofundamento da democracia, mas também para a construção de alternativas de sociabilidade alicerçadas em um projeto socialista.

CAPÍTULO 1 CAPITALISMO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

1.1 O processo de desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil

O Brasil se desenvolve como colônia de exploração, no bojo do sistema colonial. Como forma de produção de riquezas, instala-se aqui o trabalho escravo e o latifúndio.

Esta será, nos dizeres de Marx (2013), uma das alavancas da chamada acumulação originária e concomitantemente responsável pela formação econômica em uma realidade como a do Brasil. Esse processo, denominado por Marx e Engels (2008) de “expropriação dos camponeses” na história da acumulação primitiva do capital, foi a alavanca para o desenvolvimento da indústria têxtil, da Revolução Industrial, e, conseqüentemente, da constituição do capital industrial.

Marx demonstra, sobre a expropriação do camponês de suas terras, que a acumulação primitiva significou a violência contra a massa camponesa, a expropriação do servo para transformá-lo em proletário (roubando suas terras e ateando fogo em suas casas), a expropriação indígena e africana para transformá-los em escravos, o aniquilamento, a invasão e a pilhagem, tudo isso gravitando em torno do seu componente mais dinamizador, o mercado. Nossa inserção neste processo se deu sob a condição colonial e escravista nas origens, mediante a qual afluía, para a Europa, a riqueza aqui extraída, e de tais métodos, aqui e acolá, se serviram aqueles que eufemicamente são chamados de “conquistadores”, e permitiram que, naquele polo eurocêntrico, se desenvolvesse o mercado e o capitalismo com toda a sua potência avassaladora:

O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. O tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital. A Holanda que primeiro desenvolveu plenamente o sistema colonial, atingira já em 1648 o apogeu de sua grandeza comercial. [...] o povo holandês era já em 1648 mais sobrecarregado de trabalho, mais empobrecido e mais brutalmente oprimido que os servos do resto da Europa em conjunto. (Marx, 1985, p. 287-288).

É importante registrarmos que, com a nossa independência formal em 1822, e doravante em curso o nosso processo de industrialização tardia, o Brasil ainda apresentava traços estamentais em que a oligarquia aqui presente possuía amplo controle e domínio.

O desenvolvimento do capitalismo latino-americano, especificamente brasileiro, configurou-se como forma dependente, atrelado aos interesses imperialistas. Nosso entendimento é de que esta é a raiz do subdesenvolvimento, oriundo de uma superexploração do trabalho. A expansão do modo de produção capitalista só pode ser entendida no Brasil a partir do desvelamento das contradições do capitalismo geral, como

também as particularidades da nossa formação sócio-histórica, ao longo dos últimos cinco séculos, que levaram ao surgimento do processo de industrialização tardia, bem como da dependência e também da superexploração do trabalho.

Nesse sentido, consideramos a dependência como a condição imanente à reprodução do capitalismo no Brasil, pois a inserção subordinada do país no sistema capitalista mundial moldou uma estrutura agrária baseada na concentração fundiária e na exportação de commodities agrícolas, em detrimento das necessidades sociais e produtivas da população rural. Essa realidade gerou uma profunda desigualdade no acesso à terra, configurando o cenário histórico atual da questão agrária brasileira.

Compreender essa dinâmica impõe um resgate da matriz teórica da dependência. A inserção subordinada da América Latina na divisão internacional do trabalho, como aponta Marini (1973), foi essencial para a consolidação do capitalismo nos países centrais. Desde o pacto colonial, analisado por Prado Junior (2002), a função da periferia era prover o excedente necessário à acumulação originária europeia, através de um sistema de

monopólio comercial e exploração de bens primários.

Essa funcionalidade externa moldou a estrutura interna. A "pré-história do capital" na periferia, fundamentada no que Marx (2013) definiu como "acumulação primitiva" – o processo de separação entre o produtor e seus meios de produção –, não resultou na proletarianização "livre" como na Europa. Ao contrário, consolidou o latifúndio e formas de trabalho que, mesmo após o fim da escravidão, mantiveram o caráter de espoliação.

É nesse contexto que a superexploração do trabalho emerge como a característica *sui generis* do capitalismo dependente. Conforme teoriza Marini (2011), a superexploração – seja pela intensificação da jornada, pela redução do salário abaixo do necessário para a reprodução da força de trabalho, ou pela expropriação direta – torna-se um mecanismo de compensação permanente frente às trocas desiguais no mercado mundial. A dependência, portanto, não é apenas uma relação de subordinação externa, mas um modo de produção que se recria internamente para "assegurar a reprodução ampliada da dependência".

No século XXI, essa dinâmica se atualiza, mas não se altera em sua essência. A questão agrária permanece como um problema estrutural (TRASPADINI, 2016). A antiga oligarquia latifundiária se funde aos interesses do capital monopolista e financeiro, materializado na expansão do agronegócio. Este modelo reafirma a concentração fundiária e a vocação primário-exportadora, aprofundando a superexploração e os conflitos no campo. A conflitualidade, marcada pela dinâmica de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (RAFFESTIN, 1993; FERNANDES, 2005), é a expressão da luta de classes antagônicas no campo.

Florestan Fernandes (1973; 2006) oferece uma chave interpretativa crucial ao analisar as fases da dominação externa (do colonialismo ao imperialismo monopolista) e ao definir o subdesenvolvimento não como uma fatalidade, mas como um produto da luta de classes e de uma articulação estrutural "aceita como compensadora útil e criadora" pelo polo dominante interno (FERNANDES, 1973, p. 54).

A questão agrária permanece como uma das problemáticas centrais da sociedade brasileira. A permanência de elementos históricos, como a concentração fundiária e subutilização das terras rurais, a superexploração do trabalho, o trabalho análogo à escravidão e a luta dos trabalhadores se fundem aos processos e dinâmicas recentes de reconversão produtiva, materializadas na expansão do agronegócio, sobretudo com a produção comercial de agro combustíveis, voltada para um mercado mundializado. Dessa forma, também se une à multiplicação de iniciativas da agricultura camponesa no

desenvolvimento da produção agroecológica, na construção de mercados justos e em avanços na construção de outra forma de produzir.

A base estrutural da questão agrária no Brasil é indissociável da lógica do capitalismo dependente, conforme teorizado por Marini (1973). A condição histórica de superexploração da força de trabalho, remontando à sua função de prover a acumulação primitiva (Marx, 2013), estabeleceu um padrão de desenvolvimento desigual. Conforme Marini (2011), essa superexploração é a característica *sui generis* do capitalismo periférico, atuando como mecanismo de compensação no intercâmbio desigual.

Apresenta-se, portanto, como processo contínuo de manifestação da permanência da violência da acumulação primitiva passado-presente, a qual se manifesta, na contemporaneidade, em dois processos conexos: a) a dinâmica industrial latino-americana tem como fundamento, não só de gênese, mas de continuidade, a questão agrária; b) o dito fundamento reforça o sentido atual da renda da terra e da acumulação por espoliação sob a égide do grande capital financeiro especulativo, que aprofunda a superexploração da força de trabalho e o domínio do capital.

Compreender este processo é tentar trazer luz ao debate da questão agrária do Vale do Mucuri-MG. Partimos do pressuposto de que a questão agrária é determinada pela forma como se estabelece o uso, a posse e a propriedade da terra e que, na formação sócio-histórica brasileira, esta tem se expressado na estrutura fundiária concentrada, na existência de conflitos agrários e na superexploração da força de trabalho (ELIAS, 2010).

É neste cenário de capitalismo dependente, estruturado na superexploração e na aliança entre o capital monopolista e o latifúndio, que as políticas públicas de reforma agrária devem ser analisadas. Elas emergem no seio de uma contradição fundamental: por um lado, respondem às lutas sociais (como as ocupações de terra) que exigem a democratização do acesso à terra; por outro, são limitadas por um Estado cuja função principal é garantir a reprodução ampliada dessa mesma estrutura dependente.

Situar o debate da dependência e a gênese estrutural do latifúndio é imprescindível para compreender as origens do latifúndio no Brasil, sendo preciso abandonar qualquer noção de que ele seria um "resquício" pré-capitalista. O latifúndio não é um entrave ao capitalismo no Brasil; ele é, historicamente, a forma territorial específica pela qual o capitalismo se instalou e se reproduziu aqui. A sua origem está indissociavelmente ligada ao "sentido da colonização", como definido por Caio Prado Júnior. A colonização não visava criar uma sociedade autônoma, mas sim uma empresa comercial periférica, cuja função era externa. Como afirma Prado Júnior (2006): "Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café,

para o comércio europeu. Nada mais que isto." (2006, p. 31).

Para cumprir esta função de fornecer *commodities* em larga escala para o mercado mundial nascente, era necessária uma estrutura produtiva específica: a grande propriedade de terra (o latifúndio), combinada com o trabalho forçado (primeiro indígena, depois a escravidão africana). O latifúndio não foi, portanto, uma escolha cultural, mas a ferramenta econômica mais eficiente para a acumulação primitiva de capital *na metrópole*.

É aqui que o debate sobre subdesenvolvimento se torna central. O subdesenvolvimento, não é uma "etapa" anterior ao desenvolvimento. O subdesenvolvimento é o *resultado* do desenvolvimento dos países centrais; é a outra face da mesma moeda.

Como sentenciou Eduardo Galeano (1972) em sua obra clássica, a riqueza do centro foi construída sobre a pobreza da periferia: "Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia, nossa riqueza gerou sempre a nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos." (1972, p. 4).

O latifúndio foi, e continua sendo, o mecanismo primário dessa transferência de riqueza. Ele garante que a terra, o principal meio de produção, seja usada não para as necessidades internas (soberania alimentar, desenvolvimento de um mercado interno robusto), mas para a demanda externa (acumulação no centro).

A dependência, portanto, explica a *persistência* do latifúndio após o fim do pacto colonial. Como define Ruy Mauro Marini (2011), a dependência é uma relação de subordinação onde as relações de produção internas são "modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência".

O latifúndio, que no século XX se "moderniza" e se torna a base do agronegócio, é a principal relação de produção agrária "recriada" para manter essa função. Mas como o latifúndio garante a "reprodução ampliada da dependência" na prática? A resposta de Marini é: através da superexploração da força de trabalho. Assim, monopólio da terra pelo latifúndio cumpre uma função dupla: produz para exportação, garantindo a inserção subordinada no mercado mundial e impede o acesso à terra pela massa camponesa, expropriando-a e impedindo sua reprodução autônoma.

Ao bloquear o acesso aos meios de produção (terra), o latifúndio cria um exército de reserva "livre" no campo, forçando os trabalhadores a venderem sua força de trabalho por um valor abaixo do necessário para sua própria reprodução. O latifúndio é, assim, a base territorial indispensável para a superexploração do trabalho, que Marini (1973) identifica como o mecanismo central de compensação do capitalismo dependente.

Em suma, as origens do latifúndio não estão em ummas no cerne da nossa formação capitalista, dependente e subdesenvolvida. Ele é a expressão territorial da nossa função de plataforma de exportação, mantida pela aliança interna das classes dominantes com o capital internacional (FERNANDES, 1973). É por isso que qualquer política pública (como a Reforma Agrária) que ameaça *realmente* essa estrutura fundiária é tão ferozmente combatida: ela não ataca um "atraso", ela ataca o motor da acumulação de capital no Brasil.

A análise crítica da questão agrária brasileira exige a superação da visão dualista que opõe um "Brasil arcaico" (latifundiário) a um "Brasil moderno" (urbano, industrial). O latifúndio não é o *passado* do capitalismo no Brasil; ele é seu fundamento

histórico e sua condição de reprodução contínua. A grande propriedade da terra nasceu como uma empresa capitalista e se modernizou para garantir a inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho.

Desde a origem, o latifúndio foi definido por sua função externa. A grande propriedade foi a ferramenta para essa finalidade. O latifúndio, portanto, nasce como uma *plantation* (GORENDER, 1985), uma monocultura extensiva voltada à exportação, sustentada pelo trabalho escravizado.

A persistência dessa estrutura após o período colonial é explicada pela forma como o Brasil se insere no capitalismo de forma dependente. O latifúndio não foi superado porque ele se tornou o mecanismo central para a superexploração da força de trabalho, como teoriza Ruy Mauro Marini. Ao monopolizar o principal meio de produção (a terra) e impedir que a massa de trabalhadores (ex-escravizados, imigrantes, camponeses) tivesse acesso a ela, o latifúndio: "[...] nega ao trabalhador os meios de produção necessários para que ele possa trabalhar por conta própria [...] o que o obriga a vender sua força de trabalho ao capital." (2011, p. 86).

Essa expropriação contínua garante um excedente de mão de obra que rebaixa o valor da força de trabalho em toda a economia, permitindo a extração de mais-valia que sustenta o capitalismo dependente. A manutenção política dessa estrutura foi garantida pela aliança de classes que Florestan Fernandes (1973) identificou: a burguesia interna se associa ao capital internacional, aceitando um papel subalterno em troca da manutenção de seus privilégios locais, notadamente o monopólio da terra.

Na fase contemporânea, o latifúndio não desapareceu; ele se modernizou sob a forma do agronegócio. A análise é a violência dessa modernização. O capital avança sobre o "não-capital" (as terras de posseiros, camponeses, indígenas) não para "modernizá-lo", mas para "expropriá-lo". O latifúndio moderno (agronegócio) continua sendo um agente de expropriação violenta: "O capital não pode realizar-se senão [...] expropriando o não-capital que o precede e o circunda. [...] A expropriação é o modo de vida do capital." (MARTINS, 1997, p. 19).

Finalmente, autores como Mançano (2005) demonstram geograficamente como essa estrutura se perpetua. O latifúndio (agronegócio) e o campesinato (base da reforma agrária) não são dois modelos em "etapas" diferentes; são dois projetos em disputa territorial direta. O latifúndio, hoje financeirizado e globalizado, continua sendo o "limite" à democratização da terra.

O latifúndio, debatido por Prado Júnior (origem), Marini (função na dependência), Martins (violência) e Fernandes (geografia do conflito), é a expressão territorial da questão agrária. Ele não é um "problema" a ser resolvido pelo capitalismo, mas o *motor* do capitalismo dependente brasileiro.

Portanto, os "debates e contradições" na implementação de políticas em áreas de reforma agrária, não devem ser vistos como meras falhas de gestão. Eles são, fundamentalmente, a manifestação empírica dos limites estruturais impostos pela dependência. O que se segue é a análise do arcabouço teórico das próprias políticas públicas, para então situar o debate específico da reforma agrária no Vale do Mucuri.

A compreensão da questão agrária como uma expressão da estrutura dependente e da superexploração da força de trabalho, conforme delineado na seção anterior, impõe uma abordagem específica sobre o papel do Estado. Se a estrutura socioeconômica é marcada pela dependência, o Estado não pode ser analisado como uma entidade neutra, um árbitro imparcial, ou um mero executor do "bem comum", como sugeririam as abordagens liberais ou weberianas.

Na tradição marxista, e especialmente nas leituras críticas adaptadas à realidade periférica, o Estado é compreendido como um campo de disputas, uma "condensação material de uma relação de forças" entre classes e frações de classe (POULANTZAS, 1980). No contexto do capitalismo dependente brasileiro, essa relação de forças é historicamente definida pela aliança entre o capital internacional, o capital monopolista interno e as classes dominantes locais - notadamente, a oligarquia agrária, hoje modernizada sob a forma do agronegócio (FERNANDES, 2006).

Contudo, o Estado capitalista dependente opera sob uma contradição fundamental, crucial para esta tese. Por um lado, sua função primordial é garantir as condições gerais de acumulação e reprodução da própria estrutura dependente, o que inclui a garantia da propriedade privada da terra, a repressão aos movimentos sociais e a facilitação da espoliação dos recursos. Por outro lado, para manter sua legitimidade e assegurar a coesão social (hegemonia, nos termos de Gramsci), o Estado é compelido a absorver, mediar e responder, ainda que parcialmente, às demandas das classes subalternas (MARINI, 1973; OLIVEIRA, 2003).

É precisamente nesta tensão que as políticas públicas emergem. Elas não são, portanto, meros instrumentos de gestão, mas sim o resultado material e transitório das disputas entre projetos antagônicos para o campo.

Portanto, as "contradições" que esta tese investigará no Vale do Mucuri - como a burocracia excessiva, a descontinuidade dos programas, as políticas públicas fragmentadas ou a captura de recursos por elites locais - não são entendidas como "falhas" ou "erros" de gestão. Elas são, na verdade, a expressão concreta e esperada de um Estado dependente que tenta conciliar sua função de garantir a acumulação (favorecendo o agronegócio) com a necessidade de legitimação (atendendo minimamente aos assentados). A análise da implementação permite, assim, desvendar como o poder estrutural da dependência se materializa nas práticas cotidianas das políticas de reforma agrária.

1.2 O caráter concentrador da estrutura agrária e das políticas agrárias atuais: a estrutura agrária brasileira

A estrutura agrária brasileira é resultado de uma condição histórica, do desenvolvimento desigual e combinado do capital no Brasil, manifesto a partir da dependência estrutural, e nos leva a compreender as peculiaridades das condições da legislação agrária brasileira para perpetuação da concentração fundiária.

A questão agrária está no cerne das contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista desigual e combinado no Brasil. A persistente concentração fundiária, a exclusão e a desigualdade social são marcas estruturais da sociedade brasileira, cujas raízes remontam ao processo de colonização. Ao acentuar a concentração de terras e promover a expropriação e exploração crescente dos trabalhadores rurais, o modelo histórico brasileiro fez emergir as contradições sociais que motivam os conflitos no campo – seja na luta pela terra, por direitos ou pela própria vida.

Essa dinâmica excludente e desigual do desenvolvimento capitalista dependente explica a trajetória histórica do Brasil e da América Latina. A gênese do modo de produção capitalista no campo brasileiro está diretamente ligada ao sistema escravista-colonial, que historicamente serviu à acumulação originária de capital na Europa. Com a transferência de funções comerciais e estatais para o país, o capitalismo se consolidou em solo nacional, sobrepondo-se ao antigo capital comercial.

No decorrer da história, a estrutura das leis agrárias brasileiras permaneceu inalterada em seus alicerces, perpetuando a concentração de terras nas mãos de uma minoria. O exemplo mais claro é a Lei de Terras de 1850 — decretada no mesmo ano da

abolição do tráfico de trabalhadores escravizados —, que não só marcou a primeira formalização legal do direito à terra, mas também consolidou a perversa concentração fundiária. Essa medida representou a solução encontrada pela elite para manter a estrutura agrária intacta.

Posteriormente, essa política agrária estatal pavimentou o caminho para a liberalização das terras ao domínio do capital internacional. A modernização da produção agrícola, sobretudo a partir da metade do século XX, impulsionou o consumo de insumos estrangeiros, majoritariamente produzidos por multinacionais de países desenvolvidos. Por outro lado, essa nova dimensão agrícola priorizou o protagonismo da produção primário-exportadora para gerar as divisas necessárias ao pagamento do crescente endividamento nacional.

Conforme analisa Oliveira (2020), o ápice desse modelo ocorreu em meados da década de 1970, sob o desenvolvimento dependente encampado pela ditadura civil-militar (1964-1985). Assim, a política agrária desse período e as contradições sociais dela decorrentes só podem ser integralmente compreendidas quando analisadas em conjunto com a subordinação dos rumos nacionais aos interesses do grande capital monopolista internacional.

A formação histórica das fazendas no Brasil é indissociável da violência e da ilegalidade. A apropriação de terras devolutas desenvolveu-se, em grande medida, por meio da grilagem, um processo baseado na falsificação de documentos, no suborno de responsáveis pela regularização fundiária e, frequentemente, no assassinato de trabalhadores e posseiros. A violência contra esses povos delimitou a extensão histórica do latifúndio, e a resistência camponesa a essa expropriação contínua determinou, desde então, a realidade da "questão agrária".

Essa estrutura fundiária, nascida da violência, consolidou, nas primeiras décadas do século XX, uma economia especializada na produção agrícola, cuja obtenção de excedentes dependia da exportação de produtos primários. O dinamismo da economia brasileira era, portanto, ditado pelo comércio internacional.

Partindo da apreensão de que a questão agrária e a superexploração da força de

trabalho ocorrida na América Latina e com suas particularidades no Brasil, são determinações fundamentais da extração de valor e mais-valor no capitalismo dependente brasileiro, ou seja, esta dinâmica impõe a expropriação, a violência e a superexploração como meios de extração de valor, numa realidade na qual o subdesenvolvimento é a única forma possível de desenvolvimento.

A primazia da propriedade privada e o consequente acesso desigual à terra, aos meios de produção e ao poder condicionam, historicamente, a apropriação da riqueza produzida. Essa matriz da acumulação primitiva, consolidada no passado colonial e atrelada à apropriação privada da terra, foi legalizada no período da independência formal, moldando a estrutura do país.

Nesse sentido, o monopólio privado das terras, a superexploração da força de trabalho e a espoliação dos recursos naturais são os fundamentos da "dialética da dependência". Conforme apontam Marini (2011) e Fernandes (2008), esses elementos são o desdobramento do intercâmbio desigual, garantindo a transferência de valor e a continuidade da acumulação de capital em favor dos países centrais.

Essa estrutura de dependência não foi superada; ela foi reconfigurada. Com a crise do capital mundial na década de 1970 e a subsequente ascensão das políticas neoliberais, o Estado aprofundou seu papel de garantidor dessa dependência, consolidando essa lógica no início do século XXI.

O capital, agora na era da financeirização da riqueza, irradiou sua reprodução ampliada sobre todo o território, submetendo tanto o perímetro urbano quanto o rural ao seu controle. Na agricultura, essa nova fase se materializou no agronegócio. Este modelo aprofundou a "modernização" por meio de elementos combinados: o controle corporativo da produção, a venda monopolista de insumos agrícolas e a intensificação da mercantilização especulativa da terra.

Portanto, a expansão do agronegócio mecanizado no Brasil agrava as consequências históricas da dependência. Ela impulsiona o desemprego estrutural no campo, aprofunda a dependência de insumos químicos (com graves consequências socioambientais) e intensifica a concentração fundiária — num país que já possui um dos maiores índices do mundo. Em suma, a lógica do agronegócio representa a reiteração, em escala ampliada e financeirizada, da monopolização da terra que define o capitalismo dependente brasileiro.

Como aponta Stédile (2014), os inimigos da reforma agrária no século XXI não são apenas os latifundiários clássicos, mas um complexo de poder que inclui as empresas transnacionais, os fazendeiros capitalistas, o próprio Estado brasileiro e a mídia corporativa. O

Estado age, portanto, a serviço desse bloco, garantindo a acumulação capitalista na agricultura e tratando o projeto de desenvolvimento camponês como seu contraponto.

Esta hegemonia se reflete no modelo produtivo adotado. A política agrícola, consolidada desde a década de 1960, impulsiona o uso intensivo de agrotóxicos. Este modelo é a antítese direta da agroecologia, que condena a produção centrada na monocultura, na dependência de insumos químicos, na alta mecanização e na concentração fundiária voltada à exportação, em vez do consumo local.

A implantação do neoliberalismo, portanto, aprofundou as graves consequências dessa escolha. As políticas compensatórias criadas desde então não objetivaram mudanças estruturais; pelo contrário, coexistiram com o estímulo à concentração da terra, à oligopolização da produção e ao desemprego rural. Isso ocorre porque as particularidades da dependência brasileira são centrais para entender o caráter concentrador da estrutura agrária.

Ao longo deste capítulo, demonstrou-se que a questão agrária brasileira é um desdobramento direto da forma particular com que o capitalismo se desenvolveu no país. A análise histórica, partindo da inserção do Brasil no sistema colonial como fornecedor de riquezas para a acumulação primitiva européia, revelou que a base da nossa formação econômica foi construída sobre o latifúndio e a exploração da força de trabalho. Conforme exposto, essa condição original não foi superada, mas sim metamorfoseada em um padrão de capitalismo dependente. A superexploração do trabalho emergiu como o mecanismo central para compensar a transferência de valor da periferia para os centros hegemônicos, perpetuando o subdesenvolvimento como uma condição funcional ao sistema global.

É precisamente diante deste sistema de expropriação contínua que as lutas sociais no campo devem ser compreendidas. Elas não são apenas uma estratégia de sobrevivência, mas a própria disputa por um projeto de sociedade alternativo, que se contrapõe à lógica do agronegócio e funciona como instrumento de denúncia das violências desse sistema.

Passamos para o debate das lutas sociais no campo que são, acima de tudo, uma estratégia de sobrevivência diante de um sistema de expropriação. As lutas sociais no campo representam a disputa por um projeto de sociedade alternativo, que se contrapõe à lógica do agronegócio, no campo funcionam como um instrumento de denúncia que expõe as violências do sistema para o resto da sociedade.

Capítulo 2 Questão agrária e a luta por Terra e por reforma agrária em Minas Gerais

Como demonstrado no capítulo anterior, a "questão agrária" brasileira é a expressão territorializada da "questão social" (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Ela é o resultado direto da forma como o capitalismo dependente se estruturou no país, baseado na aliança entre o latifúndio (hoje agronegócio) e o capital internacional, tendo como motor a superexploração da força de trabalho (MARINI, 2011).

Se a expropriação, a concentração fundiária e a violência são os *métodos* de acumulação do capital no campo, a luta pela terra é a sua resposta dialética e inevitável. Este capítulo tem como objetivo analisar a dinâmica dos conflitos, da violência e das formas de resistência que definem a luta pela reforma agrária.

No Brasil, o conflito agrário não é um "efeito colateral" do avanço do capital; ele é o próprio *método* de avanço. Como analisa José de Souza Martins (1997), o capital avança expropriando o "não-capital", e essa expropriação é, por definição, um ato de violência. O latifúndio e o agronegócio necessitam da grilagem, da expulsão de posseiros e da destruição de modos de vida alternativos para se expandirem.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), principal órgão de registro e denúncia dessa violência, demonstra anualmente em seus relatórios "Conflitos no Campo" que a violência não é apenas física (assassinatos, ameaças), mas também simbólica e econômica (expulsão, trabalho escravo, contaminação por agrotóxicos, destruição de lavouras).

A violência, portanto, é a política fundiária do agronegócio. Ela visa "limpar" o território para a monocultura, seja ela de soja, cana ou, como veremos no Mucuri, de eucalipto. A resistência, nesse sentido, começa como uma luta pela mera sobrevivência física.

O capítulo aborda as lutas sociais no campo em Minas Gerais, resgatando a trajetória histórica desde o período escravocrata até a contemporaneidade. A análise considera a atuação das Ligas Camponesas, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de movimentos sociais que pautaram a democratização do acesso à terra, evidenciando que a questão agrária mineira é marcada por persistentes contradições. O debate parte da retomada histórica das desigualdades fundiárias e avança para a problematização dos conflitos no campo, apoiada em dados atualizados da CPT e nas contribuições de Bernardo Mançano, que reforça a centralidade da disputa territorial como expressão da

luta de classes. Em seguida, serão discutidas as políticas agrárias e as iniciativas públicas implementadas no estado, com destaque para os aportes teóricos de Gabriela Masson e da coletânea *Questão Agrária e Políticas Públicas em Minas Gerais*, de 2021, que permitem compreender os limites e alcances das ações governamentais, e o debate da política agrária. Por fim, o capítulo discute as políticas públicas para as áreas da reforma agrária como também ações para as mesmas, e relaciona os dados atuais do agronegócio em Minas Gerais, destacando, simultaneamente, sua contradição frente à exclusão social de pequenos agricultores. A análise, fundamentada em referências clássicas como João Pedro Stédile e estudos recentes da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) divulgou os dados consolidados do ano de 2024, e Agência Minas, demonstra que as lutas sociais no campo mineiro permanecem como elemento estruturante do desenvolvimento rural e da busca por justiça social.

O objetivo deste capítulo é analisar as lutas sociais no campo mineiro em suas múltiplas dimensões, articulando a perspectiva histórica, os conflitos atuais e a formulação de políticas públicas para a área de reforma agrária. A hipótese norteadora é que, apesar da expressiva força econômica do setor agroexportador, a democratização da terra em Minas Gerais continua comprometida pela permanência da concentração fundiária e pela criminalização das lutas camponesas. Ao trazer dados atualizados e referências consolidadas, pretende-se contribuir para o debate sobre o papel das políticas públicas em áreas de reforma agrária como instrumento de justiça social e fortalecimento da democracia no campo.

2.1- Lutas por terra e reforma agrária: violência, conflitos, resistências e suas expressões em Minas Gerais e no Vale do Mucuri

A história da luta pela terra é a história da luta contra a violência. Para Mançano (2008), este processo é uma ação contínua desenvolvida pelos camponeses para adentrar na terra e, simultaneamente, resistir contra a expropriação imposta por um modelo de desenvolvimento excludente. Desde as capitâneas hereditárias até os latifúndios modernos, a estrutura fundiária brasileira manteve-se entre as mais concentradas do mundo, um padrão sustentado pelo poder e pela violência. Nesse contexto, a resistência camponesa não apenas persiste, mas se revela como uma condição que atravessa todos os períodos da história nacional.

O campo brasileiro é marcado por intensas disputas pelo acesso à terra,

permeadas por processos de expropriação, resistência e luta por direitos. Desde o período colonial, a estrutura fundiária do país foi consolidada sob a lógica da concentração de terras nas mãos de uma elite agrária, enquanto à imensa maioria - os negros escravizados, indígenas e camponeses pobres - foi negado o direito à posse e ao usufruto da terra.

Desde o período colonial, a concentração da terra gerou conflitos que, ao longo do tempo, assumiram diferentes formas de resistência coletiva. Como afirma Martins (1994), “os camponeses não são sujeitos passivos da dominação, mas protagonistas de formas específicas de luta que emergem do cotidiano e da necessidade de sobrevivência” (1994, p. 67).

A compreensão dessas lutas exige a articulação entre teoria e prática social, pois os movimentos do campo não se reduzem a episódios isolados de conflito, mas a processos históricos vinculados à estrutura agrária brasileira. Assim, compreendemos que os movimentos sociais devem ser entendidos como formas contínuas de ação coletiva que combinem reivindicações políticas, performances públicas e redes organizacionais.

No Brasil, as lutas sociais no campo estão intimamente ligadas a permanência de um modelo fundiário concentrador que limita o acesso à terra e reproduz desigualdades estruturais. Essa perspectiva é reforçada por Stédile (2011, p. 45), ao argumentar que a concentração de terras não é apenas um problema econômico, mas sobretudo político e social, pois condiciona as possibilidades de desenvolvimento justo e inclusivo.

Dessa forma, este capítulo tem por objetivo discutir os fundamentos teóricos das lutas sociais no campo em Minas Gerais, recuperando contribuições clássicas e contemporâneas que possibilitam compreender a relação entre conflito, resistência e transformação social.

A questão agrária em Minas Gerais encontra suas raízes ainda no período colonial e escravocrata, quando a posse da terra foi organizada em torno do latifúndio e da exploração do trabalho escravo. Como aponta Stédile: “A terra no Brasil foi distribuída de forma concentrada desde as capitanias hereditárias, estabelecendo um padrão de desigualdade que persiste até os dias atuais”. (2012, p. 37).

Durante a escravidão, a luta dos negros por liberdade esteve diretamente relacionada à ocupação e defesa de territórios. Os quilombos foram formas de resistência coletiva em que comunidades negras fugidas do regime escravocrata estabeleciam modos autônomos de vida e produção. Isso significou não apenas a luta por liberdade, mas também uma afirmação do direito à terra como condição de sobrevivência e dignidade. Com a abolição da escravidão, em 1888, a estrutura agrária brasileira permaneceu intacta.

Os ex-escravizados não tiveram acesso à terra, foram imediatamente direcionados para a marginalidade social e para as relações de trabalho precárias.

Essa estrutura consolidou uma sociedade marcada pela exclusão, em que a terra era símbolo de poder político e econômico, dificultando o acesso de camponeses e ex-escravizados a espaços produtivos. A historiografia agrária reforça que a formação social brasileira se deu sob a lógica da concentração fundiária, criando condições para que a luta pela terra se tornasse elemento estrutural do campo.

Com o fim da escravidão, a expectativa de inserção social dos libertos foi frustrada pela ausência de políticas de acesso à terra. Em vez disso, as elites rurais reforçaram o latifúndio e a marginalização dos trabalhadores. Nesse cenário, surgiram formas de resistência que se manifestaram em fugas, formação de quilombos e pequenos roçados coletivos. Stédile (2012) destaca que a luta camponesa nunca desapareceu, mas assumiu novas roupagens diante das conjunturas históricas, sempre em oposição ao monopólio da terra. Assim, a ausência de uma reforma agrária no pós-abolição consolidou um modelo agrário excludente, que alimentaria, nas décadas seguintes, a organização de movimentos como as Ligas Camponesas.

No início do século XX, surgem novas formas de resistência no campo, como as Ligas Camponesas, organizadas principalmente no Nordeste, que reivindicavam reforma agrária e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais. Essas lutas, apesar de reprimidas violentamente, plantaram as sementes para a organização política dos camponeses nas décadas seguintes. Durante a ditadura civil-militar (1964-1985), as questões fundiárias foram tratadas com repressão, favorecendo o avanço do latifúndio e do agronegócio. Contudo, foi também nesse período que emergiram movimentos de resistência mais articulados, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, posteriormente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984. O MST transformou-se em uma das principais referências de luta social no campo, organizando ocupações de terras improdutivas e defendendo um modelo de desenvolvimento baseado na reforma agrária popular e na agroecologia.

Na contemporaneidade, as lutas sociais no campo enfrentam desafios ainda mais complexos. A expansão do agronegócio, associada à financeirização da terra e à globalização dos mercados agrícolas, intensifica os conflitos fundiários e amplia a violência contra camponeses, indígenas, quilombolas e povos tradicionais. Organizações como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) continuam na linha de frente, denunciando a grilagem de terras, o

desmatamento e a violência, e reivindicando políticas públicas de proteção territorial e incentivo à agricultura familiar.

Portanto, a luta pela terra no Brasil é um processo histórico, contínuo e essencialmente político. Ela expressa a resistência de populações que, desde a escravidão, enfrentam um modelo de desenvolvimento excludente e desigual. A democratização do acesso à terra e a valorização das práticas produtivas tradicionais são caminhos necessários para romper com a lógica de concentração fundiária que, ao longo dos séculos, sustentou as desigualdades sociais no campo brasileiro.

Em um cenário onde o agronegócio ganha cada vez mais destaque, as lutas no campo permanecem como um termômetro da desigualdade social e dos desafios persistentes na democratização do acesso à terra no Brasil. Esses embates, que variam desde a busca por assentamentos até a defesa de territórios tradicionais, revelam a tensão constante entre modelos de desenvolvimento e os direitos de populações rurais. Analisar as multifacetadas lutas travadas no campo, abordando suas origens, as formas de organização dos sujeitos sociais envolvidos, as políticas públicas que as afetam e as implicações para a sustentabilidade social, econômica e ambiental do território brasileiro e compreender essas lutas é essencial para vislumbrar caminhos para um desenvolvimento agrário mais inclusivo e democrático.

As Ligas Camponesas foram consolidadas com mais força nos anos 1950 e 1960 no Brasil. Em Minas Gerais, surgiram no Triângulo Mineiro e tiveram atuação em outras regiões no pré-1964, sob organização de militantes do PCB. Elas foram fundamentais para politizar a luta pela terra em diversas regiões do estado, representando uma articulação entre trabalhadores rurais que reivindicavam acesso à terra, melhores condições de trabalho e dignidade. De acordo com Stédile: “São expressões de massa dos trabalhadores rurais organizados em torno da questão agrária (2012, p. 74)”. Apesar de sua repressão durante a ditadura civil-militar, deixaram um legado de resistência e consciência política que influenciaria os movimentos sociais posteriores, como a Comissão Pastoral da Terra e o MST.

Na década de 1970, em meio à repressão do regime militar e ao avanço do capitalismo no campo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada, tornando-se referência na defesa dos direitos dos camponeses e na documentação dos conflitos. A CPT passou a registrar sistematicamente os casos de violência no campo, revelando que Minas Gerais sempre figurou entre os estados com maior número de conflitos agrários. Segundo a própria CPT (2024), o monitoramento histórico dos conflitos agrários

demonstra que a luta pela terra é contínua e profundamente enraizada nas desigualdades históricas do país.

Assim, a retomada histórica da questão agrária em Minas Gerais evidencia um fio condutor que conecta o período escravocrata, a ausência de políticas pós-abolição, a emergência das Ligas Camponesas e o papel da CPT na contemporaneidade. Essa trajetória demonstra que a luta pela terra não é episódica, mas estrutural, resultante de um modelo agrário concentrador. Compreende-se que a questão agrária é, antes de tudo, uma luta de classes, em que o monopólio da terra se coloca em oposição à sobrevivência e à cidadania dos trabalhadores rurais. Dessa forma, a compreensão do presente exige resgatar esse passado, pois apenas a análise histórica permite entender a persistência dos conflitos e a necessidade de políticas que democratizem o acesso à terra.

A formação histórica do campo mineiro está profundamente marcada pelo período escravocrata, que consolidou a concentração fundiária e moldou relações sociais desiguais. Mançano (2023) afirma que a estrutura agrária herdada da colonização mantém a concentração de terras e a marginalização das populações rurais, evidenciando que a desigualdade fundiária não é apenas econômica, mas estrutural.

Os movimentos sociais surgiram como resposta à exclusão histórica e à necessidade de reivindicação de direitos. A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) constituiu um marco na defesa dos trabalhadores rurais, articulando mobilizações e denúncias de conflitos fundiários, evidenciando o papel das organizações sociais na mediação de disputas. O surgimento de movimentos sociais foi decisivo para pressionar o Estado a criar políticas públicas voltadas à redistribuição de terras e à proteção das comunidades.

A atuação da CPT nos anos posteriores foi essencial para documentar e denunciar abusos no campo. Tal comissão consolidou um sistema de monitoramento de conflitos, fornecendo dados confiáveis sobre despejos, violência e violações de direitos dos trabalhadores rurais, destacando a importância da informação para a ação política, essa atuação fortaleceu a mobilização social e ampliou a visibilidade das questões agrárias no debate público.

A articulação de princípios, ideais e táticas de luta entre CPT e Ligas Camponesas, em diferentes momentos históricos, possibilitou maior visibilidade das reivindicações agrárias. Gomes (2023, p. 25) aponta que “essa cooperação fortaleceu a denúncia de conflitos fundiários e a pressão sobre o Estado, criando um ambiente de participação social e reivindicação coletiva”, evidenciando a importância da ação conjunta.

Observamos, ao longo desta pesquisa, que tais articulações históricas influenciam até hoje as estratégias de movimentos sociais no Vale do Mucuri e em outras regiões de Minas Gerais.

A influência da escravidão na configuração do espaço rural também se reflete na desigualdade econômica. A concentração fundiária herdada do período colonial impõe limitações à agricultura familiar e mantém estruturas de poder profundamente desiguais, mostrando que o passado molda o presente, reforçando que as políticas de reforma agrária devem considerar essa história para superar barreiras estruturais e promover equidade.

As políticas públicas historicamente foram moldadas por essa herança estrutural, onde os programas de reforma agrária frequentemente encontraram resistência de elites locais, refletindo o poder histórico do latifúndio e a persistência de desigualdades sociais, evidenciando os desafios institucionais como essenciais para avaliar o sucesso ou fracasso das iniciativas de redistribuição de terras.

A formação das Ligas Camponesas, até meados do século XX, não foi apenas política, mas também cultural e social. Gomes (2023) afirma que: “Essas organizações fomentaram a consciência coletiva, educação popular e práticas de solidariedade entre os trabalhadores rurais, demonstrando que a luta pela terra envolvia múltiplas dimensões da vida comunitária” (p. 33). Reforça-se, assim, que essa base social foi determinante para a consolidação de movimentos mais amplos no campo mineiro.

A atuação das Ligas Camponesas enfrentou forte repressão, evidenciando tensões políticas. A repressão policial e as perseguições a líderes camponeses foram uma constante, mostrando o enfrentamento entre interesses populares e elites locais, evidenciando a dimensão conflitiva da luta pela terra. Estas experiências moldaram estratégias de organização e resistência, influenciando movimentos sociais futuros.

A educação popular foi uma ferramenta estratégica dessas organizações. Gomes (2023) observa:

Programas de alfabetização e conscientização política fomentaram autonomia e capacidade de organização das comunidades, demonstrando impacto direto na mobilização social, o investimento em educação contribuiu para a sustentabilidade e continuidade dos movimentos agrários ao longo do tempo. (Gomes 2023, p. 40)

O papel das mulheres nas Ligas e na CPT também foi muito relevante. As mulheres camponesas participaram ativamente na organização de comunidades, liderando ações coletivas e fortalecendo a coesão social, evidenciando a dimensão de gênero. Observa-se que a inclusão de mulheres fortaleceu as estratégias de resistência e ampliou a

representatividade social.

A questão religiosa também influenciou a mobilização social. Soares (2024), destaca que: “a pastoral social da Igreja Católica foi decisiva para articular reivindicações e mediações, promovendo justiça social no campo”, evidenciando papel institucional. (p. 42). A atuação da Igreja, portanto, complementou a organização popular, fortalecendo a visibilidade das demandas agrárias.

O histórico de violência fundiária evidencia a necessidade de políticas de proteção. Mançano (2023, p. 48) afirma que “despejos, ameaças e assassinatos de líderes camponeses marcaram o século XX, mostrando a persistência da desigualdade e da repressão”, evidenciando riscos estruturais, pois a consolidação da reforma agrária depende da garantia de segurança jurídica e física para os assentados. A articulação entre movimentos locais e nacionais ampliou o debate agrário. A troca de experiências e solidariedade entre regiões fortaleceu reivindicações e pressões sobre o Estado, evidenciando alcance estratégico em que a mobilização foi essencial para a construção de políticas públicas mais robustas e efetivas.

A criação de assentamentos foi marcada por desafios legais e institucionais. Soares (2024, p. 50) afirma que “a burocracia, a resistência local e a falta de recursos dificultaram a implementação de políticas de reforma agrária, comprometendo resultados”, evidenciando obstáculos administrativos. E a superação desses desafios exige mobilização social intensa e articulação comunitária.

Os conflitos no campo brasileiro seguem como uma das expressões mais marcantes da desigualdade fundiária. De acordo com o relatório *Conflitos no Campo Brasil 2024*, a Comissão Pastoral da Terra registrou 2.185 ocorrências, número que representa o segundo maior da série histórica desde 1985. Em comparação com 2023, quando ocorreram 2.250 casos, houve uma pequena redução, mas o índice ainda demonstra a permanência da violência estrutural no campo. Como afirma a CPT (2024, p. 15), “a concentração da terra e a expansão do agronegócio continuam sendo os motores centrais das disputas que vitimam trabalhadores e comunidades rurais”. Indiretamente, percebe-se que os dados revelam a incapacidade histórica de o Estado resolver a questão agrária.

Entre esses conflitos, a disputa pela terra ocupa lugar central. A CPT identificou 1.768 ocorrências relacionadas diretamente à posse e ao uso do território em 2024, consolidando a terra como epicentro das tensões no meio rural. Mançano (2008, p. 58) é categórico ao afirmar que “a luta pela terra não pode ser dissociada das estruturas históricas de poder que moldam o campo brasileiro”. Entende-se que a concentração

fundiária não é apenas um problema econômico, mas sobretudo político, pois estrutura relações de dominação e exclusão. Portanto, a análise dos dados atuais confirma a persistência de uma lógica agrária concentradora, que gera novas formas de resistência e conflito.

Outro dado relevante refere-se aos conflitos pela água, que alcançaram 266 casos em 2024, representando o terceiro maior número dos últimos cinco anos. Esses conflitos envolvem desde comunidades tradicionais até assentamentos da reforma agrária, pressionados por grandes empreendimentos agrícolas, minerários e hidrelétricos. Segundo a CPT (2024, p. 27), “a disputa pela água revela a expansão de uma fronteira de conflitos socioambientais que se somam à histórica luta pela terra”. Esse quadro amplia a noção de conflito agrário para além da posse fundiária, englobando também os recursos naturais essenciais à reprodução da vida camponesa.

A exploração da mão de obra também permanece como um problema grave. Em 2024, foram identificados 151 casos de trabalho análogo à escravidão em áreas rurais, com 1.622 trabalhadores resgatados, vários deles em Minas Gerais. Mançano, (2008, p. 62) enfatiza que “a violência no campo é um elemento estrutural e não conjuntural, revelando as bases desiguais da sociedade brasileira”. Essa observação reforça que o crescimento econômico do agronegócio convive com formas arcaicas de exploração, evidenciando a contradição entre modernização produtiva e precarização do trabalho.

Dessa forma, os dados atualizados da CPT nos permitem compreender que os conflitos no campo permanecem como fenômeno estrutural e recorrente. A violência contra camponeses, comunidades indígenas, quilombolas e trabalhadores sem terra mostra a persistência de um modelo agrário excludente. Como sintetiza Mançano (2008, p. 76), “a luta pela terra é também a luta por reconhecimento social e por dignidade”. Assim, a democratização do acesso à terra segue como desafio central para o futuro das políticas agrárias em Minas Gerais e no Brasil.

Os conflitos no campo em Minas Gerais apresentam-se como fenômeno persistente, resultado da histórica concentração fundiária e da expansão do agronegócio. Gomes (2023, p. 42) afirma que: “A mediação da CPT nos conflitos agrários revela tensões entre assentados, fazendeiros e o poder público, sendo central para a manutenção da paz social”.

Evidenciando a importância das organizações sociais na mitigação da violência rural, observamos, portanto, que o acesso das políticas de reforma agrária depende da articulação entre órgãos governamentais e movimentos sociais, mostrando que a

governança participativa é determinante para a resolução de disputas fundiárias. A persistência de conflitos está relacionada à resistência do Estado em não cumprir a lei. Assim, os movimentos e organismos que atuam no campo, como a CPT e o MST, não recorrem apenas à denúncia; eles recorrem à própria legislação. A principal estratégia legal utilizada é a invocação do preceito constitucional da "função social da terra". Previsto no Artigo 186 da Constituição Federal de 1988, este dispositivo determina que a propriedade só é legítima se cumprir simultaneamente requisitos de: produtividade, respeito à legislação ambiental e cumprimento das leis trabalhistas.

A premissa dos movimentos parte de uma constatação: grande parte do latifúndio brasileiro, embora legal no papel (registro), é ilegal no uso, por descumprir um ou mais desses requisitos. É aqui que a ocupação de terra entra como uma metodologia política e jurídica. Para os movimentos, a ocupação não é uma invasão (ato contra a propriedade), mas sim um ato de denúncia contra uma propriedade que já é ilegal por não cumprir sua função social. A ocupação é a ferramenta política que força o Estado (especialmente o INCRA) a *constatar* o descumprimento da lei e aplicar o dispositivo legal previsto: a desapropriação para fins de Reforma Agrária.

Portanto, a persistência dos conflitos não é apenas pela resistência das elites em "ceder terras", é pela resistência em *cumprir a lei*. A CPT, ao atuar como mediadora e registrar violações (como trabalho escravo ou crimes ambientais), está produzindo as *provas jurídicas* de que a função social não está sendo cumprida.

A abordagem é, de fato, multidimensional: os movimentos utilizam a pressão política de base (a ocupação) para exigir a aplicação da estratégia jurídica (o cumprimento da função social), forçando a resolução da disputa fundiária. Observa-se, portanto, que os conflitos no campo não são apenas físicos, mas também jurídicos e sociais, exigindo abordagem multidimensional.

A análise desses conflitos revela a sobreposição de interesses econômicos e sociais, mostrando como a concentração de terras continua influenciando negativamente a vida dos trabalhadores rurais. A expansão do agronegócio, com políticas de incentivo fiscal, intensifica a pressão sobre os assentamentos e comunidades tradicionais. Assim, a expansão de empreendimentos agrícolas e minerários gera deslocamentos forçados e intensifica conflitos nos territórios de reforma agrária, reforçando que o avanço econômico nem sempre se traduz em benefícios sociais. As políticas de proteção fundiária e regulamentação ambiental são imprescindíveis para equilibrar interesses econômicos e direitos sociais. Assim, a compreensão dos conflitos no campo exige não apenas

levantamento quantitativo, mas análise crítica das causas históricas e estruturais que os perpetuam.

A intensificação dos conflitos em Minas Gerais está ligada à disputa por recursos naturais e à pressão do capital sobre territórios tradicionais. Mançano (2023), afirma que: “a persistência de grandes propriedades impede a expansão da agricultura familiar, concentrando renda e poder nas mãos de poucos” (2023, p.53). A desigualdade histórica permanece estruturante, a reforma agrária deve combinar distribuição fundiária com políticas de desenvolvimento regional, promovendo justiça social e redução de desigualdades.

A atuação das forças de segurança, muitas vezes, exacerba a violência, enquanto órgãos mediadores, como a CPT, tentam minimizar danos e promover diálogo. Observa-se também que comunidades isoladas apresentam maior vulnerabilidade, pois possuem menos acesso a recursos legais e apoio institucional. Os conflitos no campo são multifacetados, envolvendo fatores históricos, sociais, econômicos e ambientais. Além disso, o avanço da mineração em regiões de assentamento acrescenta complexidade, alterando ecossistemas e pressionando famílias a migrarem. A mobilização social é fundamental para enfrentar a pressão de interesses econômicos, garantindo que as vozes das comunidades sejam ouvidas nas decisões políticas, evidenciando a importância da organização coletiva. O fortalecimento de redes sociais e movimentos organizados aumenta a capacidade de resistência das comunidades rurais. Portanto, a análise dos conflitos no campo exige um olhar atento às dimensões histórica, social e política, destacando a necessidade de estratégias integradas para sua resolução.

A presença de conflitos fundiários afeta diretamente a segurança alimentar e a sustentabilidade econômica das comunidades. Outro ponto é a pressão do capital extrativista mineral que vem deslocando famílias e fragiliza comunidades, comprometendo direitos fundamentais, evidenciando o impacto direto sobre a vida das pessoas. As políticas públicas e proteção fundiária são essenciais para mitigar impactos e assegurar permanência e dignidade às famílias assentadas. A vulnerabilidade econômica é acentuada pela dificuldade de acesso às políticas agrárias e aos mercados e crédito agrícola, comprometendo a produção da agricultura familiar. Além disso, conflitos judiciais prolongados geram desgaste emocional e social, enfraquecendo a coesão comunitária.

A desigualdade histórica influencia diretamente a distribuição de terras e a violência rural. Mançano (2023, p. 57) observa que “a concentração fundiária e a marginalização das populações rurais são fatores centrais que perpetuam conflitos e disputas por território

em Minas Gerais”, mostrando a persistência de estruturas de poder desiguais. Portanto, compreender essas desigualdades é fundamental para a formulação de políticas públicas que promovam redistribuição equitativa e redução de conflitos.

A atuação preventiva da CPT e de organizações civis tem se mostrado eficaz na mediação desses conflitos, ainda que limitada pela pressão econômica e política de grandes latifúndios. Os conflitos no campo não são apenas uma questão local, mas refletem tensões estruturais nacionais. Observa-se que educação, organização comunitária e legislação são ferramentas estratégicas para a resolução desses impasses. Gomes (2023, p. 52) reforça que “a articulação entre comunidades e políticas públicas fortalece a capacidade de negociação e reduz a incidência de conflitos, evidenciando a relevância da mobilização social”.

O avanço do agronegócio acentua as disputas territoriais, gerando impactos socioeconômicos complexos. O crescimento de empreendimentos agrícolas e industriais sobre áreas tradicionalmente ocupadas desloca famílias e intensifica conflitos, mostrando a tensão entre expansão econômica e direitos sociais. O agronegócio avança sobre os territórios de forma multifacetada, criando uma verdadeira “geografia do conflito”. As disputas não são apenas pela posse da terra, mas pelo controle dos recursos e pela própria definição do que é o “campo”.

Estes conflitos geram expropriação e grilagem: o avanço se dá pela pressão econômica (que torna a pequena produção insustentável e inflaciona a terra), mas também pela grilagem (falsificação de documentos de terras devolutas) e pela violência direta contra posseiros, camponeses e povos tradicionais. Há contaminação e encurralamento: a disputa se dá pelo uso de agrotóxicos. A pulverização aérea, muitas vezes deliberada, contamina as lavouras agroecológicas dos assentamentos vizinhos, inviabilizando a produção de alimentos saudáveis e “encurralando” quimicamente os camponeses. Há disputa hídrica e ambiental: o modelo do agronegócio (monocultura, pivôs centrais) exaure os recursos hídricos, rebaixando o lençol freático e secando nascentes, o que impacta diretamente a produção familiar e a soberania hídrica das comunidades.

Os impactos desse avanço não são “efeitos colaterais”, mas sim a *condição necessária* para o funcionamento do agronegócio, que precisa de terra e trabalho barato. O impacto mais imediato é a expulsão do camponês. Sem terra e sem condições de produzir, a família é forçada ao êxodo rural, migrando para as periferias urbanas e engrossando o exército de reserva de mão de obra precarizada. Eles deixam de ser camponeses (que controlam sua produção) e tornam-se proletários rurais: trabalhadores

assalariados e sazonais (os "boias-frias"), submetidos a condições análogas à escravidão ou à superexploração nos canaviais e colheitas. Insegurança alimentar e dependência: o avanço da monocultura de *commodities* (soja, milho, cana, eucalipto) para exportação ocorre sobre as terras antes usadas para a produção de alimentos (feijão, arroz, mandioca) para o mercado interno. Isso gera um impacto complexo: o país quebra recordes de safra de soja e, simultaneamente, vê a fome e a insegurança alimentar aumentarem, reforçando o "sentido da colonização" (Prado Júnior) e a dependência estrutural. O avanço do agronegócio não é apenas uma disputa entre o "grande" e o "pequeno"; é a disputa entre um modelo de morte (agrotóxicos, expropriação, fome) e um projeto de vida (agroecologia, reforma agrária, soberania alimentar).

Portanto, a regulamentação adequada e proteção fundiária são essenciais para, ainda que de forma paliativa, conciliar interesses e preservar comunidades vulneráveis. O papel da CPT e das Ligas Camponesas foi central, garantindo registro de violações e mobilizando recursos jurídicos para proteção. Observa-se que políticas públicas isoladas, sem participação comunitária, são insuficientes para resolver a complexidade dos conflitos. A integração de esforços entre governo, sociedade civil e movimentos sociais emerge como estratégia necessária para enfrentar a violência e promover algum nível de justiça territorial, assim a articulação de redes sociais e políticas públicas amplia eficácia e sustentabilidade das ações de reforma agrária.

A atuação do Estado nos conflitos fundiários em Minas Gerais apresenta-se de forma quase inexistente, o que contribui para a perpetuação da violência e insegurança. Gomes (2023, p. 55) afirma que "a ausência de mecanismos eficazes de mediação e proteção legal aumenta a vulnerabilidade das famílias assentadas e estimula a tensão social, trazendo a necessidade de políticas públicas universais onde a fragilidade institucional favorece a manutenção de práticas históricas de exclusão social, reforçando desigualdades no campo. A análise desses conflitos revela não apenas disputa física, mas também disputa de direitos, influenciando a coesão social e a organização comunitária. Observa-se que o capital extrativista, aliado a interesses agroindustriais, pressiona assentamentos e territórios tradicionais, tornando os conflitos ainda mais complexos. Assim, a concentração de terra e recursos perpetua conflitos e limita a autonomia de pequenos produtores, mostrando que as raízes históricas continuam determinando o presente.

A violência simbólica também se manifesta nos conflitos fundiários, gerando impactos psicológicos e sociais duradouros. A marginalização e estigmatização das

famílias assentadas constitui forma de pressão que afeta capacidade de mobilização social, demonstrando a dimensão não física da violência. Assim, políticas de inclusão social e educação são fundamentais para fortalecer a resiliência das comunidades e reduzir vulnerabilidades. A presença de grandes empreendimentos agrícolas e minerários intensifica essa situação, pressionando famílias a abandonar suas terras. A mobilização coletiva permite visibilidade, proteção jurídica e construção de alternativas de negociação com os atores econômicos e políticos, evidenciando o poder da organização social e apontando que estratégias de resistência precisam combinar ação política, legal e comunitária para garantir resultados duradouros.

A disputa pelo uso da terra também está relacionada à gestão ambiental e à preservação de recursos naturais. Para Mançano (2023), a pressão do agronegócio e da mineração sobre áreas sensíveis compromete ecossistemas e aumenta vulnerabilidade das comunidades tradicionais (2023, p. 65). Isso evidencia a interdependência entre justiça social e sustentabilidade ambiental e esta é, talvez, a síntese mais importante das lutas sociais contemporâneas no campo.

No âmbito das pautas da classe trabalhadora, especialmente a rural, a interdependência entre justiça social e sustentabilidade ambiental é total. Isso ocorre porque o modelo de desenvolvimento capitalista hegemônico - agronegócio, como discutido - é, simultaneamente e pela mesma lógica, um agente de injustiça social e um agente de destruição ambiental.

De um lado, o agronegócio ataca frontalmente a justiça social. Sua viabilidade depende da concentração fundiária, e seu avanço se dá sobre terras devolutas, territórios camponeses e indígenas, utilizando a violência - como sistematicamente denunciado pela CPT - e a grilagem. Este processo expropria o trabalhador de seu meio de produção, a terra, gerando o êxodo rural e as condições para a superexploração da força de trabalho. O agronegócio não pode existir sem praticar uma "expropriação dupla". Para a classe trabalhadora, essa interdependência é vivida na prática. Primeiro, com o ataque à justiça social: o modelo exige a concentração fundiária. Ele avança sobre terras devolutas, territórios camponeses e indígenas, utilizando a violência (como denunciado pela CPT) e a grilagem, e expropria o trabalhador de seu meio de produção (a terra), gerando êxodo rural e superexploração. Segundo o ataque à sustentabilidade ambiental: esse mesmo modelo, para ser "produtivo" (lucrativo), *precisa* da monocultura.

A classe trabalhadora, portanto, identifica que o veneno que mata a biodiversidade é o mesmo que contamina sua água e adocece seus filhos. A "grilagem" que rouba a terra

é a mesma que derruba a floresta. A pauta da classe trabalhadora pela luta por "Justiça Socioambiental", historicamente, é marcada por pautas da classe trabalhadora urbana focadas na exploração (salários, jornada). No campo, a luta sempre foi pela terra. Hoje, contudo, os movimentos sociais, como o MST, entenderam que não basta lutar *pela terra*; é preciso lutar por um *modelo* de produção nesta terra.

Se a pauta fosse apenas "Justiça Social", o movimento poderia aceitar terra degradada ou se endividar com o PRONAF para plantar soja com agrotóxicos, tornando-se um "latifundiário" menor. Mas a pauta é mais profunda. Ela é pela Reforma Agrária Popular e pela Agroecologia. É a pauta da democratização da terra. É a denúncia do desrespeito à "função social da terra", como vimos, para desapropriar o latifúndio improdutivo e assentar famílias. É a luta contra a concentração de poder, a pauta de *como* produzir nessa terra conquistada. É um projeto que se opõe diretamente ao agronegócio. A agroecologia é baseada na policultura, no respeito aos biomas, na produção *sem veneno* e no foco na soberania alimentar (produzir comida saudável para o povo, e não *commodities* para exportação).

A classe trabalhadora percebeu que a "sustentabilidade ambiental" vendida pelo "capitalismo verde" (créditos de carbono, selos "sustentáveis" em monoculturas) é uma farsa. É uma tentativa de resolver a crise ambiental *sem* mexer na justiça social, o que é impossível. Para os movimentos do campo, não há como ter "sustentabilidade" com agrotóxicos, e não há como ter "justiça social" com fome ou envenenamento. A luta por agroecologia é a luta contra o capital financeiro que controla as sementes e os venenos. Portanto, a pauta da classe trabalhadora é, por definição, uma pauta de justiça socioambiental. É a compreensão de que só haverá sustentabilidade real quando houver justiça social, e isso só será possível com a superação do modelo expropriador do agronegócio e do próprio capitalismo.

As políticas de reforma agrária devem considerar impactos ambientais e promover práticas sustentáveis nos assentamentos. A CPT desempenha papel estratégico na mediação desses conflitos, fornecendo informações técnicas e sociais que apoiam decisões legais e políticas. Observa-se que o equilíbrio entre produção agrícola, preservação ambiental e direitos sociais é central para reduzir conflitos e garantir permanência comunitária, além da educação ambiental e a participação comunitária serem fundamentais para promover consciência coletiva e mitigação de disputas territoriais, evidenciando a importância de ações integradas.

O registro sistemático de conflitos fundiários permite análises detalhadas e subsidia

políticas públicas mais eficientes, evidenciando a importância da informação. A atuação de instituições como estas foi determinante para reduzir violência e consolidar direitos das famílias assentadas, ressaltando que a documentação e mediação contínuas possibilitam prevenção de conflitos e fortalecimento das capacidades comunitárias de negociação, demonstrando a relevância estratégica dessas ações e o monitoramento sistemático e que a articulação entre movimentos sociais e órgãos governamentais é essencial para estabilidade territorial.

Os conflitos no campo refletem também desigualdades regionais, evidenciando diferenças entre mesorregiões de Minas Gerais. Regiões periféricas, com menor presença estatal e infraestrutura limitada, apresentam maior incidência de conflitos fundiários e violências associadas, demonstrando impacto na desigualdade histórica. As políticas públicas devem considerar especificidades regionais para atuação mais efetiva. Observa-se que a articulação local de comunidades e movimentos sociais é decisiva para reduzir tensão, pois o fortalecimento de redes sociais regionais permite enfrentamento estratégico das pressões externas e aumenta capacidade de defesa dos direitos territoriais, evidenciando a importância da organização local, compreendendo que as especificidades regionais são centrais para formulação de políticas públicas adaptadas à realidade do campo. Para Mançano (2023): “o poder econômico concentra-se nas mãos de poucos, deslocando famílias e dificultando implementação de políticas de reforma agrária” (2023, p. 70)

Isso evidencia que interesses privados moldam conflitos, estratégias de resistência comunitária precisam combinar mobilização social, proteção jurídica e alianças políticas para ter efetividade. Para Bezerra e Capuchinho:

Os conflitos, em suas mais variadas manifestações, são entendidos como atos de violência que visam a expropriação, a exploração e a intimidação de trabalhadores e trabalhadoras rurais, de modo a inviabilizar sua reprodução social enquanto sujeitos que vivem e trabalham no campo.” (BEZERRA; CAPUCHINHO, p. 50. 2021)

A presença de conflitos impacta diretamente a sustentabilidade da agricultura familiar, afirmando o deslocamento e a insegurança territorial, que fragilizam a produção local, comprometendo renda, segurança alimentar e estabilidade econômica, mostrando consequências concretas para os assentados que as políticas de incentivo à agricultura familiar e proteção fundiária são essenciais para promover desenvolvimento sustentável. Essa perspectiva desloca o debate do campo jurídico para o campo da luta de classes, onde a concentração de poder econômico resulta no deslocamento de famílias e na

obstrução de políticas de reforma agrária.

A articulação dos movimentos sociais fortalece a organização interna das ações dos movimentos, que é fundamental para assegurar permanência e sustentabilidade da produção agrícola, pois a importância de estratégias integradas que reforcem o equilíbrio entre direitos sociais e desenvolvimento econômico é central para estabilidade territorial.

A segurança territorial dos assentamentos depende da atuação integrada entre governo, sociedade civil e movimentos sociais. Mançano (2023, p. 75) afirma que “a combinação de políticas públicas eficazes, mobilização comunitária e monitoramento contínuo é determinante para prevenir conflitos e consolidar direitos”, dada a importância da articulação multisetorial. Observa-se que, sem coordenação e suporte institucional, a vulnerabilidade das famílias permanece elevada, mantendo padrões históricos de desigualdade.

A atuação da CPT, com registro e mediação, reduz a frequência e a intensidade das disputas, servindo como modelo de gestão participativa, ressaltando que a documentação sistemática e a articulação com órgãos públicos fortalecem a capacidade de resposta das comunidades e aumentam pressão sobre grandes proprietários, evidenciando o impacto positivo da organização social, do fortalecimento de redes e capacitação comunitária entre os sujeitos organizados.

Dados extraídos dos relatórios “Conflitos no Campo Brasil”, publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em abril 2024 em seus relatórios anuais, servem como um espelho cruel, refletindo uma realidade brutal e persistente. A análise detalhada desses registros demonstra que a violência e a exclusão no campo brasileiro não são eventos isolados, mas sim componentes estruturais e recorrentes de um modelo de desenvolvimento que continua a priorizar o capital em detrimento da vida.

Em primeiro lugar, os relatórios da CPT expõem a violência direta como uma ferramenta sistemática de expropriação territorial. Os padrões que se repetem anualmente não deixam margem para dúvidas: para se ter uma dimensão, somente em 2024, mais de 25 mil famílias viveram sob ameaça de despejo. Mais do que isso, a violência contra a pessoa - materializada nos 31 assassinatos registrados nesse mesmo ano e nas centenas de ameaças de morte - revela que a eliminação física de lideranças é uma estratégia deliberada. A essa barbárie soma-se a exploração extrema, evidenciada pelo resgate de mais de 2.500 pessoas de condições análogas à escravidão no meio rural. Estes números alarmantes desmentem qualquer narrativa de pacificidade e confirmam que a concentração de terras ainda se sustenta pela força e pela impunidade.

Adicionalmente, a exclusão social e ambiental emerge como um padrão igualmente perverso. Os dados sobre os conflitos por água, que já superam as 500 ocorrências anuais, mostram como a apropriação e a contaminação de rios pelo agronegócio e pela mineração inviabilizam a sobrevivência de comunidades inteiras. Essa exclusão é particularmente direcionada aos povos tradicionais. A invasão de territórios indígenas e quilombolas para a extração ilegal de madeira, garimpo e expansão da pecuária não só viola direitos constitucionais, mas trata-se de uma exclusão planejada que visa "limpar" o terreno para o avanço de um modelo econômico predatório.

Diante do exposto, fica evidente que os registros detalhados pela CPT são mais do que meras estatísticas; são a crônica de uma guerra contínua e assimétrica. A persistência de padrões de violência e exclusão no campo brasileiro é um sintoma agudo de um projeto de nação que insiste em negligenciar sua dívida histórica com os povos da terra. Para que esse ciclo de brutalidade seja rompido, é imprescindível a ação do Estado.

Para tanto, o Poder Executivo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério dos Povos Indígenas, deve acelerar os processos de reforma agrária e de demarcação de terras indígenas e quilombolas, garantindo a segurança jurídica desses territórios. Essa medida deve ser executada com a dotação de orçamento robusto e a criação de forças-tarefa para agilizar os trâmites legais. Somente com a efetivação do direito a terra e a punição rigorosa dos crimes no campo será possível começar a reverter essa realidade, transformando o cruel espelho da violência no reflexo de um Brasil mais justo e plural.

Os conflitos no campo não são resquícios de um passado arcaico, mas sintomas agudos de um modelo de desenvolvimento excludente e violento. Ao mesmo tempo, ao iluminar as alternativas que brotam da resistência, reafirmamos que a luta pela terra é, em sua essência, a luta por um futuro mais justo.

A dinâmica dos conflitos fundiários evidencia persistência de desigualdade social e econômica. A concentração fundiária histórica cria tensões estruturais, impedindo o acesso equitativo à terra e aprofundando desigualdades, evidenciando a raiz histórica dos conflitos. Pra Masson, 2021:

As lutas pela terra em Minas Gerais transcendem a reivindicação por um pedaço de chão. Elas representam a luta por um território, por um modo de vida e por um projeto de sociedade que se contrapõe à lógica destrutiva do agronegócio. É uma disputa pela água, pelas sementes e pela soberania alimentar." (MASSON, 2021, p. 58).

Fica claro, portanto, que a violência direta que assassina, expulsa e exclui são

facetas de uma mesma lógica de expropriação. Ignorar essa realidade, documentada ano após ano, é ser cúmplice de um modelo que se alimenta da desigualdade.

A questão agrária em Minas Gerais constitui-se como um dos temas centrais para compreender as dinâmicas sociais, econômicas e políticas do estado. Desde o período da escravidão, a terra foi apropriada como instrumento de poder e exclusão, moldando relações desiguais que perduram até a atualidade. Como demonstra Stédile (2012), em seu texto *Brava Gente*, a luta pela terra não se restringe à produção agrícola, mas expressa uma disputa histórica por cidadania e reconhecimento social. Nesse sentido, a retomada histórica das lutas no campo mineiro permite evidenciar como processos de concentração fundiária e resistência camponesa se entrelaçaram desde as primeiras ocupações até a emergência das Ligas Camponesas e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O tema se intensifica quando observamos dados atuais, nos relatórios da CPT (2024), que indicam que Minas Gerais está entre os estados com maior número de conflitos no campo, evidenciando que a questão fundiária permanece como obstáculo à efetivação da reforma agrária. Mançano (2008) reforça que tais conflitos são estruturais e não conjunturais, pois derivam da forma como o capital se expande sobre o território em detrimento dos trabalhadores rurais.

Nesse contexto, torna-se necessário compreender como as políticas agrárias em Minas Gerais se articulam com o avanço do agronegócio e com as demandas dos assentamentos. Masson (2019) destaca que, apesar da existência de programas de reforma agrária e iniciativas locais em Minas Gerais, a persistência da concentração fundiária e a complexidade na efetivação de políticas públicas adequadas ainda representam desafios significativos para a justiça social no campo.

O Vale do Mucuri, localizado no nordeste de Minas Gerais, carrega o estigma histórico de ser o "Vale da Miséria". É uma região marcada pela profunda concentração fundiária, pela grilagem histórica de terras devolutas e pela ausência crônica de políticas públicas efetivas. A estrutura agrária do Mucuri foi historicamente moldada por grandes fazendas de pecuária extensiva, muitas delas improdutivas, servindo mais à especulação e à reserva de valor do que à produção.

Nas últimas décadas, essa estrutura foi parcialmente alterada pela chegada do capital financeiro aplicado à silvicultura. Grandes empresas de celulose (como Suzano e outras) avançaram sobre o Vale, comprando ou arrendando vastas extensões de terra para o plantio de eucalipto. O impacto socioambiental foi complexo e devastador. O

"deserto verde" do eucalipto exauriu os recursos hídricos, secando nascentes e córregos, destruiu a biodiversidade e a policultura camponesa, não gerou emprego (dada a alta mecanização), expulsando os trabalhadores do campo. Acentuou a concentração fundiária, agora nas mãos de corporações transnacionais.

É contra este duplo inimigo – o latifúndio "clássico" (improdutivo) e o latifúndio "moderno" (o agronegócio do eucalipto) – que a resistência se organiza no Vale do Mucuri. O MST, principal agente de luta na região, ressignifica o território. Os acampamentos e assentamentos do MST no Mucuri não são apenas "ilhas" de resistência; eles são a linha de frente da disputa por um modelo alternativo.

O Vale do Mucuri, infelizmente, ainda enfrenta limitações significativas em áreas cruciais para o desenvolvimento. As políticas agrícolas, como assistência técnica, são um empecilho, que vem dificultando a adoção de novas tecnologias e práticas agrícolas mais eficientes. Soma-se a isso a precariedade da infraestrutura, com estradas precárias que comprometem o escoamento da produção e o acesso a mercados. Por fim, o acesso a crédito é restrito, impedindo que muitos produtores invistam em suas propriedades e melhorem suas condições de vida e trabalho.

A política de reforma agrária em Minas Gerais deve ser compreendida a partir de uma análise crítica que articula a história da concentração fundiária, os conflitos sociais e a atuação dos movimentos sociais. Desde o período colonial, a estrutura latifundiária consolidou desigualdades que persistem até hoje, sendo frequentemente reforçada por políticas públicas insuficientes ou contraditórias. Nesse contexto, a luta pela terra não é apenas uma disputa econômica, mas também um conflito social e cultural, em que os pequenos produtores reivindicam direitos fundamentais. A reforma agrária, quando implementada de forma consistente, contribui para a democratização do acesso à terra e para o fortalecimento da agricultura familiar. É nesse tensionamento entre tradição e mudança, que se estabelece a complexidade da questão agrária mineira, exigindo análise detalhada das políticas estaduais e federais

A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) demonstra a persistência de estratégias coletivas de resistência frente às pressões do agronegócio e à precarização das condições de vida no campo. Segundo Gomes(2023):

A ausência de políticas integradas compromete a eficácia da reforma agrária, e as políticas públicas fragmentadas no campo a tem tornado frequentemente inócua frente às demandas reais dos trabalhadores rurais. Assim, a luta dos movimentos sociais devem ser analisados de forma articulada, considerando tanto o contexto histórico quanto os desafios contemporâneos do campo mineiro.

Os conflitos no campo em Minas Gerais permanecem como um fenômeno persistente e multifacetado, envolvendo questões fundiárias, econômicas e jurídicas. Dados recentes da CPT indicam que, entre 2021 e 2023, ocorreram mais de 80 episódios de violência em áreas de assentamento, incluindo despejos e ameaças a famílias camponesas (Silva, 2021, p. 37). Esses números revelam a tensão constante entre os interesses do agronegócio e as reivindicações por justiça social. A pressão do capital extrativista sobre áreas de reforma agrária intensifica os conflitos, evidenciando a vulnerabilidade dos assentamentos frente à expansão econômica. Nesse cenário, compreender a dinâmica dos conflitos exige atenção à legislação fundiária, às políticas públicas e à organização social dos trabalhadores rurais, de modo a identificar soluções sustentáveis para a distribuição e utilização da terra.

A política agrária em Minas Gerais apresenta retrocessos e limitações que refletem a complexidade do Estado e a diversidade dos territórios rurais. As políticas de reforma agrária frequentemente são condicionadas por interesses políticos e econômicos que conflitam com os objetivos de inclusão social e democratização da terra.

No Vale do Mucuri, os assentamentos evidenciam os desafios e contradições da política de reforma agrária em Minas Gerais. Os assentamentos/ acampamentos rurais enfrentam dificuldades na comercialização de alimentos, refletindo lacunas na política pública e na integração com mercados locais. Essa realidade demonstra que a simples distribuição de terra não garante sustentabilidade econômica nem melhoria das condições de vida. As políticas públicas integradas, que contemplem crédito, infraestrutura e assistência técnica, são essenciais para fortalecer os assentamentos e garantir a efetividade da reforma agrária. O caso do Vale do Mucuri, portanto, ilustra a necessidade de políticas públicas contextualizadas, que considerem as especificidades regionais e a diversidade social do campo mineiro.

A análise histórica das lutas sociais no campo revela que a formação de assentamentos foi sempre marcada por resistência, articulação comunitária e ação política. A construção de assentamentos de reforma agrária implicou negociações complexas, mobilizações coletivas e desafios institucionais significativos. Nesse sentido, a reforma agrária não é apenas uma política distributiva, mas um instrumento de transformação social e econômica. A compreensão das lutas históricas é fundamental para interpretar as contradições atuais, pois revela como estruturas de poder e desigualdade permanecem moldando o acesso a terra e aos recursos rurais.

As lutas no Vale do Mucuri demonstram que o conflito agrário é, em essência, uma

disputa multidimensional: é física (pela permanência no território), jurídica (pela aplicação da Constituição) e política (pela disputa de modelos de desenvolvimento).

2.2 Configuração atual da questão agrária em Minas Gerais

A configuração da questão agrária em Minas Gerais reflete a complexidade histórica e social que atravessa o campo brasileiro. O estado é palco de disputas fundiárias desde o período colonial, e a manutenção da estrutura concentradora de terras moldou tanto as relações sociais quanto os conflitos que persistem até hoje. Segundo Oliveira e Stédile (2018, p. 29), “a questão agrária é expressão de um processo histórico de concentração e de exclusão que se reproduz no território brasileiro”. Indiretamente, essa perspectiva permite compreender que, em Minas Gerais, a organização do espaço agrário é resultado de um entrelaçamento entre heranças históricas e interesses econômicos contemporâneos.

No contexto atual, a organização da questão agrária envolve tanto os movimentos sociais quanto o Estado. Masson (2019, p. 45) afirma que “a política agrária se organiza a partir de contradições entre projetos distintos de desenvolvimento, de um lado o agronegócio e de outro a agricultura camponesa e a reforma agrária”. Essa análise evidencia que a disputa pelo campo mineiro não se limita à posse da terra, mas também à definição do modelo produtivo e do projeto de sociedade que se deseja consolidar. A dualidade entre agricultura familiar e agronegócio torna-se, portanto, elemento central na configuração da questão agrária em Minas. Não só em Minas Gerais, mas é o desenho da questão agrária no Brasil a disputa por projetos diferentes, opostos, antagônicos, que tem como implicação a necessária construção de um outro projeto de sociedade. Logo, implica em pensar nas políticas sociais e agrícolas alinhadas com um projeto de transformação da sociedade.

A organização também se expressa na institucionalidade das políticas públicas. Os autores da coletânea *Questão Agrária* (2018, p. 93) observa que “a ausência de integração entre as políticas fundiárias, de crédito, assistência técnica e infraestrutura compromete a efetividade da reforma agrária”. Em Minas Gerais, esse diagnóstico é perceptível nos assentamentos que, embora regularizados, sofrem com falta de apoio técnico e baixa inserção nos mercados. De forma indireta, esse quadro demonstra que a organização da questão agrária depende não apenas da criação de assentamentos, mas da articulação de políticas sociais que assegurem condições dignas de vida no campo.

Os movimentos sociais desempenham papel decisivo nessa organização. Masson (2019, p. 67) salienta que “a organização da questão agrária se faz também pela ação política dos trabalhadores rurais, que reivindicam seu reconhecimento como sujeitos de direitos”. Indiretamente, essa perspectiva reforça que, em Minas Gerais, a resistência camponesa, a atuação da CPT e a mobilização de comunidades assentadas são fatores que estruturam a dinâmica da questão agrária. Dessa forma, a organização não se limita à dimensão institucional, mas é também produto das lutas sociais que pressionam o Estado e desafiam o modelo hegemônico do agronegócio.

Por fim, a organização da questão agrária em Minas Gerais pode ser entendida como um campo de disputas entre diferentes atores sociais, econômicos e políticos, onde a democratização da terra exige uma reorganização profunda das estruturas fundiárias e institucionais do país. Em leitura, percebe-se que o futuro da questão agrária mineira dependerá da capacidade de articular políticas públicas estruturantes, fortalecer a agricultura familiar e reconhecer o papel histórico dos movimentos sociais. Assim, a organização da questão agrária no estado não é estática, mas um processo em constante disputa, atravessado por interesses divergentes e pela luta por justiça social.

A organização da questão agrária em Minas Gerais reflete a complexidade histórica e social do estado, marcada por uma forte concentração fundiária e conflitos no campo. Oliveira (2018) complementa que a estrutura fundiária concentrada dificulta o acesso à terra e impõe desafios significativos à implementação de políticas públicas de reforma agrária, mostrando que a organização agrária exige articulação entre Estado, movimentos sociais e comunidades locais.

A atuação de movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Ligas Camponesas, foi historicamente central para a mobilização e organização da luta pela terra. Gomes (2023, p. 52) destaca que “a CPT atua não apenas na denúncia de conflitos, mas também na promoção de educação, assessoria jurídica e organização comunitária, fortalecendo a resistência camponesa”. Assim, a atuação conjunta de movimentos sociais e assentados aumenta a legitimidade das reivindicações e a capacidade de pressão sobre políticas públicas, consolidando espaços de participação e mobilização social em Minas Gerais.

A legislação agrária estadual e federal define o marco legal que orienta a organização agrária. Faria (2021, p. 60) afirma que “a regulamentação da reforma agrária e da regularização fundiária estabelece critérios para titulação de terras, assentamentos e políticas de crédito rural, estruturando a ocupação do território”. Firmiano (2022)

complementa que, embora a legislação ofereça diretrizes formais, a implementação efetiva depende de coordenação institucional e participação social, revelando desafios práticos na concretização das políticas de redistribuição de terra.

O planejamento territorial e a delimitação de áreas para assentamentos demandam análises detalhadas das condições socioeconômicas e ambientais. Correia (2023, p. 70) afirma que “a definição de áreas de reforma agrária requer estudos aprofundados sobre uso do solo, disponibilidade hídrica, infraestrutura e potencial produtivo, garantindo viabilidade econômica e social”. Firmiano (2022) complementa que a participação comunitária nesse processo fortalece a legitimidade das decisões e assegura que as políticas públicas atendam às necessidades reais dos assentados, evidenciando a importância do planejamento participativo.

O crédito rural e programas de financiamento são mecanismos estratégicos para a consolidação da produção nos assentamentos. O acesso a recursos financeiros, aliado à assistência técnica, é indispensável para viabilizar projetos produtivos e garantir a permanência das famílias no campo. As políticas de financiamento bem estruturadas fortalecem a autonomia local, incentivam práticas produtivas sustentáveis e consolidam a economia dos assentamentos.

A educação contextualizada e a formação técnica são fundamentais para capacitar os assentados e promover autonomia local. Soares (2024, p. 86) destaca que “programas educativos adaptados à realidade do assentamento fortalecem cidadania, gestão territorial e práticas produtivas eficientes e que complementam a educação integrada à produção rural, promove inovação, coesão social e consolidação da reforma agrária, mostrando que a capacitação é um pilar da organização agrária.

A infraestrutura básica, incluindo estradas, energia e abastecimento de água, é determinante para a integração econômica e social dos assentamentos. Araújo (2022, p. 90) afirma que

a ausência de infraestrutura adequada compromete comercialização, participação em programas públicos e qualidade de vida nos assentamentos, reforçando a articulação entre infraestrutura, capacitação e acesso a mercados, fortalece o desenvolvimento territorial e consolida a sustentabilidade econômica e social das comunidades.

A integração entre políticas públicas estaduais e federais é determinante para a eficácia da organização agrária em Minas Gerais. Assim, a coordenação entre órgãos em diferentes esferas governamentais é crucial para evitar sobreposição de ações e garantir

que recursos e programas alcancem efetivamente os assentamentos rurais. A ausência de integração gera lacunas na assistência técnica, financiamento e infraestrutura, comprometendo o desenvolvimento territorial e a sustentabilidade das comunidades, evidenciando que a governança articulada é indispensável para consolidar a reforma agrária.

O fortalecimento de redes de produção e comercialização é um mecanismo estratégico para garantir autonomia econômica dos assentamentos. Um exemplo é a criação de cooperativas e associações locais que promovam organização produtiva, acesso a crédito e comercialização coletiva, fortalecendo a economia familiar e articulação entre políticas de apoio, mercados institucionais e estratégias de comercialização, fortalecendo também a autonomia local e reduzindo a dependência de intermediários, evidenciando que a organização agrária deve se apoiar em redes sociais e econômicas estruturadas.

A capacitação técnica e educacional dos assentados é fundamental para garantir eficiência produtiva e sustentabilidade. Portanto, programas educativos contextualizados à realidade do assentamento fortalecem gestão territorial, práticas produtivas e cidadania. A integração entre educação, assistência técnica e participação comunitária promove inovação, coesão social e consolida o papel das políticas públicas na organização agrária, evidenciando que o conhecimento técnico é um instrumento de empoderamento.

A participação de mulheres na gestão comunitária e nos processos decisórios fortalece a equidade e eficácia das políticas públicas, pois a inclusão feminina nos conselhos e cooperativas contribui para justiça social, coesão comunitária e fortalecimento das práticas produtivas. As políticas públicas que promovem equidade de gênero aumentam autonomia familiar, consolidam a participação social e ampliam a eficiência da organização agrária, mostrando que gênero e desenvolvimento territorial estão intrinsecamente ligados.

O acesso a crédito rural e financiamento estruturado é um fator estratégico para viabilizar projetos produtivos. Santo, Soares e Santos (2021, p. 134) afirmam que “o financiamento, aliado à assistência técnica, garante execução eficiente de projetos, permanência das famílias no campo e sustentabilidade econômica”. Firmiano (2022) reforça que políticas públicas integradas de crédito e capacitação técnica promovem autonomia produtiva, diversificação agrícola e consolidação dos assentamentos como territórios socialmente resilientes.

A infraestrutura básica, incluindo transporte, energia e abastecimento hídrico, é

decisiva para integração econômica e social. Observa-se que estradas, eletrificação e água potável são condições essenciais para viabilidade da produção e qualidade de vida nos assentamentos.

Souza (2024) complementa que políticas públicas que incentivam práticas agroecológicas promovem sustentabilidade, autonomia e integração territorial, demonstrando que produção e meio ambiente devem ser abordados de forma articulada.

O protagonismo comunitário é central para a eficácia das políticas públicas e organização agrária. Correia (2023, p. 146) ressalta que “a participação ativa dos assentados no planejamento e monitoramento aumenta legitimidade, adesão e eficiência das políticas implementadas, que a inclusão das comunidades fortalece governança local, coesão social e consolida a reforma agrária, mostrando que o engajamento social é um pilar estratégico da organização agrária em Minas Gerais.

Assim, o acesso a mercados institucionais fortalece a economia local e a autonomia das famílias. Souza (2024, p. 150) afirma que “a inserção em programas como PAA e PNAE garante renda estável, diversificação produtiva e fortalecimento da agricultura familiar e, assim, políticas públicas que incentivam participação em mercados institucionais promovem segurança alimentar, desenvolvimento territorial e sustentabilidade econômica, consolidando a importância da articulação entre produção e comercialização.

Percebemos, que o planejamento participativo e territorializado é um componente estratégico para a organização agrária. A inclusão das comunidades no planejamento aumenta autonomia, engajamento e sustentabilidade social e econômica, corrobora com a tese de políticas públicas articuladas com participação social geram impactos mais duradouros, fortalecem a democracia territorial e consolidam assentamentos como territórios integrados e produtivos.

A luta pela terra no Brasil é um dos conflitos sociais mais antigos e persistentes da história nacional, marcada pela concentração fundiária e pela exclusão das populações camponesas. Neste cenário, o MST surge como um dos principais sujeitos políticos da contemporaneidade, cuja atuação não se limita à luta pela posse da terra, mas se amplia para a construção de um projeto de sociedade mais justa e igualitária. De acordo com Bernardo Mançano Fernandes, o MST é um movimento que “se estrutura como uma rede de resistência camponesa, que enfrenta a lógica do capital no campo” (Fernandes, 2000, p. 59).

O surgimento do MST nos anos 1980 não pode ser compreendido sem uma análise

das contradições do modelo agrário brasileiro. Mançano explica que a modernização da agricultura, orientada pelos interesses do agronegócio, provocou “uma brutal expulsão de trabalhadores do campo, criando um exército de desempregados e despossuídos” (Fernandes, 2008, p. 21). Esses sujeitos sociais, excluídos do processo produtivo e marginalizados pelas políticas públicas, encontraram no MST uma forma organizada de resistência e reivindicação.

A luta pela terra, para o MST, não se restringe à ocupação de áreas improdutivas, mas carrega um profundo significado político e pedagógico. O movimento compreende a terra como um direito social e a ocupação como um instrumento de denúncia da desigualdade fundiária. “As ocupações são atos pedagógicos de desobediência civil, que revelam as contradições do modelo agrário e a função social da terra” (Fernandes, 1999, p. 112). Assim, a ação direta se transforma em um mecanismo de conscientização política, mobilização e transformação social.

Outro aspecto fundamental na análise de Fernandes é o conceito de territórios de resistência. Para ele, os assentamentos do MST não são apenas espaços produtivos, mas “espaços de construção de uma nova sociabilidade camponesa, onde se desenvolvem práticas econômicas, culturais e educativas que se contrapõem à lógica do capital” (Fernandes, 2009, p. 45). Estes territórios são, portanto, laboratórios de um projeto de Reforma Agrária Popular, que visa garantir a soberania alimentar, a autogestão e o desenvolvimento sustentável.

A Reforma Agrária Popular é um conceito que se diferencia radicalmente da reforma agrária clássica (muitas vezes estatal e compensatória). Enquanto a reforma clássica se concentra na redistribuição da terra (o latifúndio) para o camponês (o “lote”), a RAP é um projeto político mais amplo, construído *pela* classe trabalhadora e *para* ela, visando a transformação das relações sociais e de poder no campo. O principal proponente e organizador deste conceito no âmbito dos movimentos sociais é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e o acadêmico que mais sistematicamente o teorizou e o diferenciou de outros modelos é Bernardo Mançano Fernandes.²

²Para um aprofundamento na formulação do conceito, ver Bernardo Mançano Fernandes. Em diversas obras e artigos, o autor contrasta a “Reforma Agrária Popular”(RAP), impulsionada pelos movimentos, com a “Reforma Agrária de Mercado” (RAM), impulsionada por organismos internacionais como o Banco Mundial, e com a reforma agrária clássica (conduzida pelo Estado, como o INCRA). A Reforma agraria popular é definida pela sua matriz política e pela centralidade da agroecologia e da soberania alimentar.

Diferente de um programa de governo, a Reforma Agrária Popular não se limita a "dar a terra". Ela propõe a disputa pelo território - entendido como o espaço de vida, cultura, relações sociais e reprodução da comunidade. O objetivo central da RAP não é "modernizar" o campo ou "incluir" o camponês de forma subordinada no mercado capitalista; seu objetivo é garantir a soberania alimentar (o direito do povo de definir sua própria política agrícola e alimentar) e estabelecer a agroecologia como modelo produtivo hegemônico, em oposição direta ao agronegócio.

Portanto, a Reforma Agrária Popular não é uma política *concedida* pelo Estado, mas uma *conquista* da luta popular que visa um novo modelo de sociedade, baseado na cooperação e na produção de alimentos saudáveis para toda a população. No entanto, como afirma Mançano, o movimento construiu uma legitimidade social pela força de suas ações e pela capacidade de articular alianças com diversos setores da sociedade civil. A luta pela terra, assim, transcende os limites da reforma agrária clássica, assumindo uma dimensão de luta contra o modelo de desenvolvimento excludente e predatório.

Portanto, a partir da leitura de Bernardo Mançano Fernandes, é possível compreender que o MST representa uma das mais significativas expressões da luta de classes no campo brasileiro. Sua atuação vai além da conquista da terra, configurando-se como um projeto político de transformação social, que enfrenta as desigualdades estruturais do país e propõe a construção de uma nova territorialidade camponesa

A concentração fundiária é uma das marcas estruturais da formação social brasileira, perpetuando desigualdades e conflitos no campo. Diante desse cenário, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) emerge, a partir da década de 1980, como um dos principais sujeitos coletivos de resistência à exclusão social e à lógica excludente do agronegócio. Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2000, p. 59), o MST "se estrutura como uma rede de resistência camponesa, enfrentando a lógica do capital no campo e propondo alternativas de produção e de vida". A atuação do movimento transcende a simples luta pela terra, articulando um projeto de Reforma Agrária Popular que visa transformar as relações sociais, econômicas e culturais no meio rural.

O surgimento do MST está intimamente ligado às contradições do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro, sobretudo ao processo de modernização agrícola ocorrido nos anos 1970. Conforme destaca Mançano (2008), essa modernização, impulsionada por políticas estatais e interesses do capital, resultou na expulsão massiva de trabalhadores do campo, aprofundando a concentração da terra e marginalizando milhares

de famílias. Nesse contexto, o MST representa uma resposta organizada a esse processo de exclusão, articulando ocupações de terras improdutivas como forma de pressionar o Estado e a sociedade para o cumprimento da função social da propriedade.

Além das ocupações, os assentamentos organizados pelo MST se configuram como verdadeiros territórios de resistência, nos quais se desenvolvem práticas alternativas ao modelo imposto pelo agronegócio. Nesses espaços, o movimento promove experiências de produção agroecológica, educação popular e autogestão, fortalecendo a identidade camponesa e a soberania alimentar. Como afirma Fernandes (2009, p. 45), “os assentamentos não são apenas espaços produtivos, mas territórios de construção de uma nova sociabilidade camponesa, onde se elaboram práticas econômicas, culturais e educativas que se contrapõem à lógica do capital”.

Contudo, o MST enfrenta uma constante tentativa de criminalização e repressão por parte de setores conservadores, que veem no movimento uma ameaça à manutenção dos privilégios fundiários. Mesmo assim, o movimento tem conseguido ampliar sua legitimidade social por meio da formação de alianças com outros movimentos sociais, organizações de direitos humanos e setores progressistas da sociedade civil. “O MST construiu uma legitimidade social pela força de suas ações e pela capacidade de articular alianças com diversos setores da sociedade” (Mançano 2000, p. 78), o que demonstra a relevância de sua atuação como sujeito político na luta pela democratização da terra.

Dessa forma, a trajetória do MST, analisada a partir de Bernardo Mançano Fernandes, evidencia que a luta pela terra é, antes de tudo, uma luta pela transformação das estruturas sociais que historicamente sustentam a desigualdade no campo brasileiro. O movimento, ao propor uma Reforma Agrária Popular, aponta para a construção de um novo projeto de sociedade, baseado na justiça social, na sustentabilidade e na soberania dos povos do campo.

2.3 Contexto histórico e formação do MST na Região do Vale do Mucuri

Segundo Ramalho (2017), as expressões da questão agrária no contexto brasileiro resultam em inúmeras implicações para as condições de trabalho e vida dos trabalhadores rurais:-

Nesse sentido, a região do Vale do Mucuri, segundo dados demográficos do censo de 2022, possui área territorial de 23.514,36 km²; com uma população total de 438.257 habitantes, sendo a parte urbana de 289.144 habitantes e a parte rural de 149.113

habitantes. Esse Vale possui um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos do estado de Minas Gerais. De acordo com o IBGE (2022), está entre 0,568 e 0,707; possuindo indicadores sociais econômicos, por exemplo, relacionados à renda, que caracterizam essa região como uma das mais desiguais.

Na análise dos elementos históricos e seus traços constitutivos, conforme aponta Atschim (2018), constatamos que se trata de um território que tem origem nos povos indígenas e no processo de sua dominação, a partir da sua formação no século XIX. A ocupação da região está relacionada com a exploração das riquezas locais; sua “descoberta”, pelos colonizadores, foi desencadeada pela crise da mineração que se abre em Minas Gerais e impõe a necessidade da exploração de novos territórios.

O autor destaca, dentre as várias denominações na região, os indígenas botocudos, tendo esta nomenclatura em virtude de um adorno labial. De uso frequente entre os nativos do Mucuri, esses ornamentos variavam entre grupos e entre homens e mulheres. Para o autor, é possível considerar que a população do Vale do Mucuri, até os anos 1960, fosse predominantemente rural, considerando os indígenas e seus descendentes que permaneceram no trabalho agrícola até esse período, conservando, senão integralmente sua cultura original, boa parte do seu modo de viver que restou de antes do processo colonizador do século XIX. Sendo relativamente recente a presença desses grupos no meio urbano, a cultura dos indígenas ainda está impregnada no cotidiano da região (Atschim, 2018, p. 39-40).

Nesse caso, o autor se refere às raízes locais, que tecem a história regional marcada pela população indígena e negra, forjada pela violência e pela dominação, cujo registro é o predomínio do latifúndio, do trabalho escravo e da opressão. Sobre esse traço que marca a formação da região, constata-se que, até a segunda metade do século XIX,

A população existente era majoritariamente composta de mestiços, afrodescendentes e indígenas, todos em grande desvantagem nessa relação com o fazendeiro. O possante, que desbravou as fronteiras agrícolas, sem recursos de explorar o solo esgotado ou pressionado pelo latifundiário, vai se sujeitar ao agrego. Por sua vez, o indígena vai tendo sua reserva incorporada à fazenda, sem mobilidade e sem controle do seu espaço geográfico. Os únicos que conseguiram sobreviver foram aqueles que buscaram refúgio nas cabeceiras dos rios, parte da região com mais doenças e terrenos menos férteis, caso dos Maxakali (Atschim, 2018, p. 50).

Assim, fica evidente a enorme população rural dos Vales, além do alto índice de pobreza, analfabetismo, desemprego e concentração fundiária. Segundo Ramalho (2012), as principais políticas sociais que a população rural da região tem acesso são:

aposentadoria rural e o Programa de Transferência de Renda - Bolsa Família. Cabe enfatizar ainda que, com a expansão da Política de Assistência Social, nos últimos anos a população rural, em alguns municípios, vem sendo atendida pelos Centros de Referência da Assistência Social Rural (CRAS Rural). Portanto, para a autora:

Quanto às políticas sociais direcionadas à agricultura familiar camponesa, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dentre outros. No entanto, devido ao pouco incentivo e a quase inexistência de assistência técnica, na maioria das vezes, os agricultores familiares e camponeses não conseguem ter acesso a tais programas (PTDRS, 2010), (PTDRS, 2012). Conforme os dados do Diagnóstico sobre a agricultura familiar realizado pelo GEPAF e ARMICOOPA (2010) a principal fonte de renda das famílias desses agricultores provém de pensão ou aposentadoria e não da produção agrícola familiar. E mesmo assim, cerca de 53,7% das famílias ainda conseguem minimamente produzir para o auto-consumo e para a comercialização, sendo os principais produtos comercializados: café, cereais (arroz, feijão, milho), frutas e hortaliças, leite e derivados, e 52, 8% destas famílias nunca foram atendidas por nenhum tipo de programa de crédito agrícola por parte do Estado. Estes dados evidenciam a situação de pobreza que vive grande parte da população rural dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri em contraponto a destinação do fundo público à expansão das frentes do agronegócio (Ramalho, 2017, p.8).

Segundo Ramalho (2017), a partir de pesquisas realizadas por Moraes Silva (1999), Ribeiro (1996), Elias (2013) e de dados oficiais da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (2011), é possível realizar uma identificação primária das principais frentes do agronegócio nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, sendo elas: a monocultura de eucalipto e cafeeira, a pecuária, podendo ser incluída a atividade mineradora, principalmente lítio, ferro e granito. Para a autora, no caso do eucalipto, verifica-se que o Estado, por meio da modernização conservadora, destinou imensas extensões de terras localizadas nas chapadas do Vale do Mucuri para empresas de eucalipto, favorecendo as siderúrgicas, a produção de celulose e levando à expropriação das condições de reprodução da população rural (Ramalho, 2017, p.13).

A modernização, o agronegócio e a concentração de terras sujeitas à mercantilização especulativa são elementos que, combinados, instituíram um rápido processo de aprofundamento da modernização da agricultura brasileira.

Autores como Stédile (2014); Mançano e Fernandes (2000) consideram a nova fase do capital transnacional no campo brasileiro como a era hegemônica do agronegócio, cujos pilares são a produção de commodities em larga escala, o latifúndio e o trabalho precarizado, contando este último com a política de integração das pequenas propriedades à lógica hegemônica do grande capital. Segundo Stédile (2014),o

agronegócio é a expressão do ciclo do capital internacional e financeiro na agricultura latino-americana, iniciada na década de 1990.

O agronegócio é o nome dado ao modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista, onde grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação, e a intensificação da exploração da terra e do homem aumenta.

Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária. Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio produtivo (sic), essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo (Fernandes, 2000, p.01).

O conceito do agronegócio foi construído para dar ênfase na agricultura capitalista, modernizando-a. Ocultando o caráter concentrador, expropriatório e excludente da agricultura, tende a dar relevância somente ao caráter produtivista, ao aumento da produção e da riqueza. Porém, por outro lado, pretende-se deixar obscura a exploração, a concentração e a dominação da propriedade da terra que se intensifica com a destruição do campesinato.

Desse modo, o agronegócio se torna um processo altamente produtivo, porém este não pode ser ameaçado pela ocupação da terra. O latifúndio pode ser desapropriado para projetos de reforma agrária, já no caso do agronegócio, seu terreno é mantido a ferro e fogo e não pode ser violado. Como sinalizado por Fernandes (2000, p.02), “O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento”.

A configuração do agronegócio expandiu o aumento da produtividade e conjuntamente a sua contradição central: a desigualdade. Como veremos ao longo desse trabalho, tal processo significou concentração de poder e exclusão do povo do campo no Vale do Mucuri- MG.

Assim, historicamente, o ciclo vicioso de concentração de terra, renda e poder colaborou para que as políticas públicas destinadas ao campo se concentrassem em atender aos interesses dos patrões da terra. A disponibilização de crédito agrícola por meio de bancos públicos para agricultura familiar se torna bem mais inferior do que para o agronegócio. A agricultura camponesa, que é responsável por mais da metade da

produção do campo, não aparece como grande produtor, o agronegócio é melhor financiado pelo crédito agrícola.

O agronegócio como supremacia procura cooptar a agricultura camponesa para defender o seu modelo de desenvolvimento. Esse processo de cooptação começa pela eliminação das diferenças: todos são iguais perante o mercado. E continua com essa propaganda para que todas as políticas sejam construídas tendo como referência o negócio. (Fernandes, 2000, p.02).

Esse investimento levou à política atual de controle pelas empresas transnacionais da produção agrícola da agricultura brasileira, através de matriz produtiva de cunho estrangeiro como os insumos, as sementes transgênicas e os venenos diretamente vinculados à produção em larga escala.

Há, portanto uma expansão do agronegócio mecanizado atualmente no Vale do Mucuri, um sistema que leva graves consequências ao campo pelo alto uso de substâncias que aumentam a produção dos alimentos (insumos que os envenenam), aumentando também o desemprego no campo e a concentração fundiária, oriunda de uma desigualdade onde o Brasil já é um dos países com uma das maiores concentrações fundiárias do mundo. Há uma expansão ainda maior da monopolização da terra no Vale, devido à expansão da lógica do agronegócio para toda a agricultura na região do Mucuri-MG.

No modelo de produção agrícola do agronegócio, a função do trabalhador do campo é a de subsidiar, quando necessário, tanto com seu trabalho, quanto com suas terras, a produção em escala do monocultivo agro exportador. Resta aos pequenos agricultores e trabalhadores sem terras a organização para a luta contra o agronegócio ou a migração rumo às cidades em busca de novas condições de trabalho precarizado. Ou seja, a história passada recente, do período colonial, se repete e os camponeses, assim como sucedeu na fase da acumulação originária, são renegados a segundo plano na produção, e ficam a mercê de alguns setores da agroindústria.

Assim, segundo Stédile (2014) os inimigos da reforma agrária no século XXI não são apenas os clássicos latifundiários, cujas figuras centrais são os grandes senhores de terra. Somam-se a eles as empresas transnacionais que atuam na agricultura, os fazendeiros capitalistas, o Estado brasileiro e a mídia corporativista, cujo papel central é de ser a porta voz da modernização do campo brasileiro. Está em curso um processo acelerado de concentração e desnacionalização da propriedade da terra.

É preciso fazer uma reflexão à luz da formação histórica do Brasil para se entender

como hoje não é o mero resultado de um processo conjuntural e sim a conformação estrutural de uma longa organização social baseada no poder do capital. Segundo Silva (1997, p.01):

A discussão atual sobre as ocupações de terras efetuadas pelo Movimento dos Sem Terra traz de volta temas recorrentes da história da apropriação territorial no Brasil. Um desses temas perenes, o latifúndio improdutivo e os meios existentes à disposição dos poderes públicos para eliminá-lo têm merecido a atenção de todos aqueles que percorreram a legislação agrária promulgada desde a época colonial até os dias de hoje (Silva, 1997, p.01).

O que se observa é uma hegemonia que mantém inalterada a essência da legislação agrária brasileira, permitindo um conjunto de figuras centrais que centralizam e concentram mais terra. O Estado brasileiro age a serviço do agronegócio e das empresas transnacionais, exercendo um papel fundamental para garantir o processo de acumulação dos capitalistas na agricultura. Este é concebido como parte de um projeto de desenvolvimento do campo brasileiro, em contraponto a um projeto de desenvolvimento assentado na pequena agricultura.

Identificamos que historicamente a questão agrária no Vale tem se expressado pela situação de desigualdade social, pobreza, violência e analfabetismo vivenciada por trabalhadores que sofrem diretamente as conseqüências do tipo de capitalismo dependente desenvolvido no país.

Assim, atuar sobre a reforma agrária, para Masson (2013), se relaciona com intervir na estrutura da propriedade e da posse da terra prevalecente no meio rural, através de sua transformação ou regularização nas regiões onde a terra já foi historicamente apropriada de forma privada (política de reforma agrária). Daí se observa a importância da reforma agrária diante desta realidade, que até os dias atuais não foi concretizada no país, no sentido de alterar a divisão de terras e da riqueza gerada no campo.

Como já sinalizamos neste capítulo, a inserção brasileira no capitalismo mundializado se caracterizou pela dependência desde o período colonial. Isso propiciou, nas palavras de Elias (2013),

(...) O Brasil foi se tornando naquele período, um dos principais fornecedores de matéria-prima para o pólo industrial da Europa e posteriormente dos Estados Unidos. Nesse processo de organização do sistema capitalista de produção, a divisão de terras e a disponibilização dos meios de produção em pequenas propriedades não foram necessárias para viabilizar a inserção dos trabalhadores no processo de produção. Daí que a formação de grandes extensões territoriais para o cultivo da monocultura (latifúndios) teve importante funcionalidade política e econômica para o capitalismo internacional, consolidando a lógica econômica

em que o Brasil estava e continua inserido até a atualidade, tendo como principal expressão desse projeto a partir da década de 1990 o agronegócio (Elias, 2013, p.54).

Podemos afirmar, portanto que vivemos um processo de acirramento da questão agrária. Assim, várias são as contradições específicas que fazem emergir movimentos sociais populares do campo. Segundo este mesmo autor (2013):

(...) O Brasil foi se tornando naquele período, um dos principais fornecedores de matéria-prima adquirindo centralidade política principalmente a partir da década de 1960. Como apontado por Comparato (2003), o Brasil teve como parte fundamental da história das lutas sociais no campo, a resistência indígena no século XVI, a luta dos quilombos nos séculos XVI e XVII, as guerras de Canudos em 1893, de Contestado em 1912, o desenvolvimento do cangaço nas primeiras décadas do século XX no nordeste brasileiro e a experiência das Ligas Camponesas na década de 1960. É importante destacar também a organização da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs), que teve um importante papel no período de 1954 a 1962 na organização desinducados de trabalhadores rurais (Elias, 2013, p.54).

Assim, no final da década de 1970, se inicia o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Segundo Elias (2013), o MST “constituiu em um dos mais importantes movimentos populares da história do Brasil que, desde a década de 1990 vem cumprindo um papel de politização da luta por reforma agrária e de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento hegemônico no país” (Elias, 2013, p. 6). Nesse sentido, a luta por reforma agrária, num contexto de acirramento da questão agrária, fez emergir um movimento social no campo que, além da luta pela terra e por reforma agrária, articula suas bandeiras e reivindicações a um projeto de transformação social.

O MST, que completou 40 anos de existência, é um movimento que tem a bandeira da reforma agrária. O surgimento do MST se deu pela soma de três fatores: a condição socioeconômica das famílias trabalhadoras rurais; um conjunto de elementos socioculturais e políticos que fez aumentar a reação dos trabalhadores frente a sua situação objetiva; e, a expansão nacional das lutas, fazendo crescer a possibilidade de uma articulação nacional. Para Fernandes (1990):

O MST é fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro é, portanto, parte e continuação da história da luta pela terra que descrevemos no capítulo anterior. Nesse processo, os fatores econômicos e políticos são fundamentais para a compreensão da natureza do MST (Fernandes, 1990, p.39).

Em Minas Gerais, nos Vales do rio Mucuri e Doce, os posseiros formaram vários movimentos camponeses e resistiram à expropriação. No Vale do Mucuri-MG, o MST, de acordo com o trabalho de pesquisa de Bernardo Mançano Fernandes (1999) sobre a territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra:

Em Minas Gerais, o MST nasceu nos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Em 1984, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) do município de Poté, começaram as primeiras reuniões, promovidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nas CEBs, as famílias discutiam as experiências de lutas que o MST vinha realizando nos estados do Sul. Os trabalhadores rurais estavam interessados em conhecer mais a respeito das ocupações de terra e em como construir o movimento em Minas. Por essa razão, aumentava o número de famílias participantes nas reuniões para discutirem a reforma agrária. O conteúdo das reuniões era marcado pela compreensão que não bastava esperar por uma política do governo, mas que os próprios trabalhadores deveriam construir a sua organização para lutar pela terra. Desse modo, decidiram enviar dois delegados para o 1º Congresso do MST. [...] Voltaram com a proposta concreta de construção do MST mineiro. A resolução não era somente organizar as famílias de Poté, mas também iniciarem os trabalhos de base em outras regiões. A população que compunha as comunidades era formada por camponeses proprietários, meeiros, posseiros, parceiros, rendeiros, agregados e assalariados. Nesse primeiro momento, um dos vínculos que os unia era o trabalho pastoral. Com a decisão de organizarem os trabalhadores para lutar pela terra, cada vez mais o vínculo passou a ser o fato de serem sem-terra. Sem-Terra tornou-se uma identidade que reunia diversas categorias de trabalhadores rurais, em diferentes condições. Sem-Terra significava tanto o estado de exclusão, por meio da negação de uma condição: de serem camponeses sem poderem trabalhar nas suas terras, quanto estava carregada de sentido histórico e de força política de uma identidade própria. [...] Em junho de 1985, os sem-terra promoveram, com o apoio da CPT, o 1º encontro regional em Teófilo Otoni, [...] elegeram uma coordenação regional e iniciaram os trabalhos de base nos municípios de Ladainha, Teófilo Otoni, Pavão, Ouro Verde de Minas e Frei Gaspar (Fernandes, 1999, p. 125).

No Vale do Mucuri, especificamente na cidade de Poté, nasceu, em 1985, o MST depois que duas pessoas participaram do Primeiro Congresso Nacional do movimento, realizado em Curitiba/PR, em janeiro do mesmo ano. Esse trabalho foi antecedido pela experiência de muitos, principalmente jovens, nas CEBs e nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Em Poté, teve início a organização dos primeiros grupos de trabalhadores Sem-Terra do estado, cujos passos determinantes foram a realização da Primeira Assembléia Municipal de Trabalhadores Sem-Terra e a formação da Primeira Coordenação do MST, que expandiram o processo de articulação e organização para outros municípios da região.

A CPT, coordenada pelo padre Jerônimo, detectou a necessidade de organizar os trabalhadores rurais sem-terra que representavam vários municípios no Vale do Mucuri e Jequitinhonha. Depois de várias reuniões, esses membros da CPT sentiram necessidade de ajudar esses trabalhadores. Então, convidaram algumas lideranças para discutir a implantação do Movimento Sem-Terra de Minas Gerais. Assim, através do primeiro

município de Minas Gerais (Poté-MG) a ter sindicato dos trabalhadores rurais, foi a principal referência de cidade onde se articulou o MST.

Só foi possível construir o MST, tanto no Vale do Mucuri, como no Vale do Rio Doce, a partir de um grande mutirão; desde o bispo, ao padre e ao agente da pastoral lá da base. Desde o presidente do sindicato, o vereador, o assessor do deputado e até o deputado. Era muita gente envolvida. Não era possível fazer sem esse grande mutirão de pessoas envolvidas (Mançano, 1999, p. 39).

Não teria sido possível se não fosse a luta de um grupo de trabalhadores para enfrentar até mesmos os aliados, no sentido que não tinham uma coesão por parte de todos os envolvidos e, se fosse depender dessas forças aliadas, elas achavam muito perigosa a ocupação. Para o autor, talvez não tivéssemos o êxito sem esse apoio, então, são as duas coisas combinadas. Assim nos informa Fernandes (1999):

a reforma agrária não é uma simples distribuição de terra, é fundamentalmente distribuição de poder. Por que o Brasil tem um poder do tipo escravocrata? Os países que fizeram reforma agrária, não fizeram só distribuição de terra, eles quebraram uma oligarquia. Nossos assentamentos não são apenas território material, mas também território de ideias, de cultura e onde se pratica uma produção que resiste ao uso de agrotóxicos. Na luta pela terra você vai despertando e ocupando também o latifúndio do saber (Fernandes, 1999, p.40).

Para Elias (2013), de forma geral, o MST e os movimentos em geral da região têm cumprido um papel importante no sentido de exercer seus direitos e politizar o processo de acesso aos direitos sociais. Mas, considerando a formação da questão agrária na região, as dificuldades de organização política enfrentadas na sociedade atual e as difíceis condições de vida e trabalho, vai se identificando que os desafios a serem enfrentados têm se complexificado, principalmente devido ao avanço do agronegócio, à precarização da política de reforma agrária e das demais políticas sociais como saúde, educação e emprego; e à herança ideológica do neoliberalismo de apatia política que tem limitado avanços para a classe trabalhadora.

No caso de Minas Gerais, estado marcado por uma grande diversidade territorial — com regiões de agricultura tradicional, áreas de mineração e zonas de expansão do agronegócio —, o conflito pela terra adquire múltiplas formas. Segundo Mançano, o MST em Minas se destaca por sua capacidade de organização territorial, criando territórios da reforma agrária onde não apenas se produz alimentos, mas se reconstrói o tecido social e político camponês.

Esses territórios, na visão do autor, não são apenas assentamentos agrícolas. São

espaços de resistência onde se desenvolvem escolas do campo, cooperativas, agroindústrias e formas coletivas de produção. Em Minas Gerais, o MST foi capaz de articular redes de apoio e parcerias com universidades e instituições públicas, promovendo um modelo alternativo ao agronegócio baseado na agroecologia e na soberania alimentar.

Mançano também destaca que o MST enfrenta fortes contradições e repressões no estado. O Judiciário mineiro atua em defesa da propriedade privada em detrimento do direito social à terra, emitindo reintegrações de posse que desestruturam acampamentos. É a função do Judiciário, como aparelho coercitivo do Estado, na representação dos interesses dos dominantes e, ainda assim, o movimento mantém sua presença ativa, demonstrando grande resiliência política

Outro ponto relevante em sua análise é o conceito de território em disputa. Para Mançano, o MST em Minas representa uma força que desafia o modelo territorial imposto pelo capital. Ao ocupar terras improdutivas e transformá-las em espaços produtivos e socialmente organizados, o movimento reconfigura a geografia agrária do estado, inserindo novos sujeitos no campo: os trabalhadores sem-terra organizados coletivamente.

O que se pode afirmar é que o MST em Minas Gerais representa muito mais que um movimento social de reivindicação fundiária. É uma expressão concreta de resistência ao modelo excludente de desenvolvimento agrário e um projeto de reconstrução social, produtiva e territorial do campo brasileiro. O MST em Minas Gerais expressa a luta agrária como projeto político-territorial multifacetado, voltado à democratização da terra, no sentido, ambiental e econômica. Compreendemos que a disputa territorial envolve produção agroecológica, educação popular, regularização fundiária e luta institucional, dentre outras.

A existência dos movimentos sociais populares na região, que lutam por acesso a condições dignas de vida e trabalho, e por justiça social, enfrentam, além desses problemas que são enfrentados pela maioria da população, as dificuldades de mobilização e organização política.

A partir disso, constatamos também que atualmente existem outros movimentos sociais populares na região, os quais podemos citar: o movimento indígena, o movimento quilombola, o movimento sindical. É importante destacar que, dentre esses, cada um possui características específicas quanto a sua forma de organização e lutas; a forma como estabelecem as parcerias com as demais organizações, entidades e com o Estado e a forma como estabelecem a relação entre a luta por direitos específicos com a luta por

transformações sociais.

De forma geral, esses movimentos têm cumprido um papel importante no sentido de exercer seus direitos e politizar o processo de acesso aos direitos sociais. Mas, considerando a formação da questão agrária na região, o apoio do Estado ao modelo do agronegócio, as dificuldades de organização política enfrentadas na sociedade atual e as difíceis condições de vida e trabalho, identificamos que muitos são os desafios a serem enfrentados.

Os próprios movimentos reconhecem que a diversidade entre eles têm muitas dimensões positivas, mas, ao mesmo tempo, colocam a necessidade de avançar no sentido de construir ações conjuntas que os levem a estabelecer avanços na organização de suas lutas, na conquista de suas reivindicações e no avanço do nível de consciência política de suas bases sociais.

Assim apontam, de forma geral, que a articulação de diversas ações como o desenvolvimento do trabalho cooperado, a apropriação da agroecologia como referência para a produção agrícola, a democratização dos meios de comunicação, a mudança no modelo energético e a organização de lutas e processos de formação que elevem o nível de consciência dos trabalhadores, se coloca como uma estratégia que deve ser desenvolvida para o enfrentamento da questão agrária.

Analisaremos, enfim, como as políticas públicas para as áreas de reforma agrária chegam ou não a esses territórios conquistados. O foco será, portanto, nas contradições que emergem quando o Estado, historicamente um agente de repressão, é forçado a interagir com esses sujeitos por meio da implementação de políticas.

Capítulo 03 Políticas públicas nas áreas de reforma agrária: Os acampamentos e assentamentos do MST Vale do Mucuri

Para compreensão da questão agrária como expressão fundante do capitalismo dependente (Marini; Fernandes) e as políticas públicas como respostas contraditórias do Estado à "questão social" (Behring; Boschetti, 2011) — este capítulo avança da formulação estrutural para a sua manifestação concreta. O objetivo deste capítulo é, portanto, analisar a configuração das políticas públicas nas áreas de reforma agrária, com foco específico nos acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Vale do Mucuri, em Minas Gerais.

O Vale do Mucuri não é um recorte geográfico aleatório; é um território singular. É um espaço historicamente marcado pela omissão estatal, pela grilagem de terras devolutas e pela violência do latifúndio, quadro este que se agrava contemporaneamente pela expansão do agronegócio, notadamente o "deserto verde" da silvicultura (eucalipto). Neste cenário, os acampamentos e assentamentos do MST não são "beneficiários" de políticas estatais. Pelo contrário, eles são os sujeitos políticos que, através da luta e da ocupação (a estratégia de denúncia da função social da terra), forçam a presença do Estado em um território historicamente negado.

A análise que se segue, portanto, não buscará apenas listar *somente* as políticas existentes. O objetivo é investigar as contradições que emergem na sua implementação. Para tanto, adotamos a perspectiva que entende a Política de Reforma Agrária em sua natureza: ela é o ato *estrutural* (a conquista da terra) e o conjunto de *políticas sociais* (a disputa pela permanência).

Considerando tais fatos, dados e informações, este capítulo tem como objetivo compreender a realidade da política agrária e das condições de vida dos assentados nos assentamentos do Vale do Mucuri—MG: Assentamento Aruega, Nova Vida, Mãe Esperança, Esperança do Vale e Santa Rosa. Para tal, entende-se que, preliminarmente, faz-se necessária uma apresentação do histórico de ocupação humana do Vale do Mucuri, enfatizando a ação do MST para o desenvolvimento do território em questão.

Após as contextualizações supracitadas, a fim de aprofundar as análises e, conseqüentemente, avançar no sentido de responder a questão central desta pesquisa, serão apresentados os assentamentos mencionados acima, bem como alguns relatos dos sujeitos históricos e lideranças locais. Fazemos isso por admitir que a análise aprofundada das relações sociais e, por sua vez, a relação desses assentados com o território será

capaz de caracterizar a questão agrária no Vale do Mucuri.

Por fim, esclarecemos que o método utilizado na elaboração do capítulo parte de uma pesquisa bibliográfica, seguida de entrevistas que se tornaram ferramenta necessária para captar categorias e elementos importantes, que particularizam a questão agrária na região do Vale do Mucuri- MG. Destaca-se que a relevância da pesquisa de campo reside na coleta e obtenção de dados primários inéditos.

3.1- Políticas públicas nas áreas de reforma agrária: Os acampamentos e assentamentos do MST no vale do Mucuri

A análise das políticas públicas destinadas às áreas de reforma agrária exige uma ruptura com as visões liberais ou gerencialistas, que tratam o Estado como um ator neutro e as políticas como meras ferramentas técnicas. O Estado no capitalismo dependente é, em si, uma expressão da contradição estrutural da sociedade (POULANTZAS, 1980; FERNANDES, 2006).

No entanto, e este é o cerne da contradição, o Estado capitalista só faz essas concessões na medida em que elas são funcionais à reprodução da própria ordem burguesa. As políticas sociais, na visão de Behring, cumprem um papel dúbio: ao mesmo tempo que respondem (parcialmente) às necessidades dos trabalhadores, elas atuam para gerenciar a pobreza, legitimar a dominação e garantir a reprodução da força de trabalho. A "contradição" que esta tese busca no Vale do Mucuri não é, assim, apenas uma "falha de implementação, mas sim a contradição é inerente à própria política.

Behring (2010), ao analisar o Brasil contemporâneo, argumenta que, sob a égide neoliberal, as políticas sociais sofrem um processo de "contrarreforma", sendo reorientadas para a lógica do capital financeiro. Elas se tornam focalizadas, mínimas e destinadas ao "alívio da pobreza", e não à transformação estrutural. Nas palavras da autora:

As políticas sociais no capitalismo contemporâneo, sob hegemonia financeira, assumem características regressivas, marcadas pela seletividade, focalização, privatização e mercantilização, desresponsabilização do Estado e filantropização, constituindo-se, na verdade, em seu contrário, ou seja, em políticas de gestão da pobreza funcional ao capital. (BEHRING, 2010, p. 15).

A inserção da análise de Elaine Behring no debate sobre políticas públicas representa uma ruptura fundamental com as correntes hegemônicas. Para esta tese, sua abordagem é central, pois desloca o eixo da análise: das "falhas de implementação" (visão

gerencialista) ou da "expansão da cidadania" (visão social-democrata) para a natureza contraditória da política social na reprodução do capitalismo dependente.

Neste sentido, para pensar sobre o modelo de política social brasileira existente, é preciso refletir os modelos de proteção social orientados para a América Latina, a partir da Segunda Guerra Mundial até os anos 1970, com destaque para o modelo keynesiano, caracterizado da seguinte forma:

Esse modelo particular contribuirá para definir as características da proteção social [...]. No processo de desenvolvimento econômico e social o Estado assumiu um papel central, passando a ser um dos principais impulsionadores da modernização capitalista e assumindo importante presença na regulação dos conflitos. Até os anos 70 estes países do Cone Sul já tinham consolidado suas estruturas de proteção social que buscavam dar cobertura às necessidades do trabalho e do capital, por intermédio do atendimento de algumas das manifestações da questão social contribuindo ao mesmo tempo, com a redução das tensões sociais (Corletto, 2010, p.138).

Segundo Boschetti e Salvador (2006) as contrarreformas atingiram duramente a proteção social na América Latina nas décadas de 1980/1990 após o dilúvio neoliberal. Neste sentido, vale destacar que os países da América Latina, enquanto países capitalistas dependentes e periféricos, têm suas próprias particularidades, que se acirraram de acordo com as mudanças no cenário capitalista. (Fernandes, 1976). Essas particularidades estão “associadas às transformações societárias atuais, decorrentes da crise do padrão de acumulação, que condicionam e orientam as propostas de reforma dos formatos de proteção social” (Corletto, 2010, p.133).

Na experiência brasileira, o desenvolvimento das políticas sociais não acompanhou o mesmo tempo histórico dos países de capitalismo central, devido a sua particularidade histórica de um processo de colonização e industrialização tardia (Behring; Boschetti, 2011). O Brasil, com a sua herança neoliberal da década de 1990, nos governos Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso, entra no século XX fragmentado no que tange à desigualdade social, onde se constata a inconciliável reversão deste quadro baseado nos pressupostos do ideário neoliberal (Pereira, 2005).

A trajetória da proteção social no Brasil é marcada por uma profunda contradição: ela nasce não como uma progressão natural de direitos, mas como uma resposta do Estado às tensões da "questão social", sempre mediada pela lógica do capitalismo dependente. De acordo com Behring e Boschetti (2011), a proteção social só perde seu caráter de caridade à medida que os trabalhadores assumem um papel político, forçando o Estado a reconhecer a "questão social".

Contudo, a forma como essa proteção se estruturou no Brasil reflete as particularidades do nosso desenvolvimento. A composição das políticas sociais no país, argumentam as autoras, é fruto da:

[...] intricada e complexa articulação da dinâmica do mercado mundial com os movimentos internos da economia e sociedade brasileira. [...] Os períodos, imperial e da república não alteram significativamente esta tendência de subordinação e dependência ao mercado mundial, embora se modifiquem historicamente as condições dessa relação (Behring; Boschetti 2011, p. 72).

É neste quadro de dependência que as primeiras lutas sociais, impulsionadas por imigrantes europeus no início do século XX, conquistam as primeiras legislações (como a Lei Eloy Chaves, de 1923). No entanto, foi a crise de 1929 que alterou a correlação de forças, impulsionando a industrialização e a formação de relações sociais tipicamente capitalistas no país (Behring; Boschetti, 2011).

Como aponta Fernandes (1976), essa transição não representou uma ruptura: as "nascentes burguesias" fundiram seus interesses aos da "velha oligarquia". O Estado que emerge desse processo, notadamente sob Getúlio Vargas, responde à crescente "questão social" de forma ambígua: o que antes era "caso de polícia" (Sposati, 1987), passa a ser tratado com uma combinação de força policial e uma "forte iniciativa política, buscando transformar a luta de classes em colaboração de classes" (Behring; Boschetti, 2011).

Com a criação do Ministério do Trabalho (1937), o Estado passa a controlar a força de trabalho através de sindicatos tutelados, sob o signo do paternalismo. O "reconhecimento" da questão social se dá, assim, "no interior da sociabilidade burguesa", dentro dos limites impostos pela acumulação. A assistência, como define Sposati (1987, p. 41), configura-se "como mecanismo político para amortecimento das tensões sociais".

Neste contexto, as políticas sociais se expandem como "tutela e favor", e não como direitos universais. A assistência social era "fragmentada, diversificado, desorganizado, indefinido e instável" (Behring; Boschetti, 2011, p. 107). A pobreza ainda era vista como "caso de polícia" (Sposati, 1987, p. 41), e a solidariedade era relegada à esfera privada da benevolência.

A criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942, sob a presidência da primeira-dama, institucionalizou essa lógica. A LBA consolidou a fusão "entre a iniciativa privada e a pública" e a "relação benefício/caridade x beneficiário/pedinte" (Sposati, 1987, p. 46), definindo o padrão do "primeiro-damismo" e do "favor aos pobres" (Pereira, 2005, p.4).

Este padrão, onde a política social é subjugada à política econômica, atravessou o período populista até 1964. A Ditadura Militar (1964-1985) utilizou a expansão e modernização dessas políticas para buscar legitimidade para seu projeto de "modernização conservadora". No auge do "milagre brasileiro" e da "expansão do 'fordismo à brasileira'" (Behring; Boschetti, 2011, p.134), o Estado ampliou a intervenção social.

Contudo, essa expansão foi fundamentalmente fragmentada e abriu caminho para a mercantilização. Como analisa Mota (2006), o regime franqueou às empresas privadas os serviços rentáveis (saúde e previdência), criando uma "clivagem no atendimento das necessidades coletivas dos trabalhadores". Os setores médios tornaram-se consumidores de serviços privados, enquanto o Estado atendia apenas os segmentos mais vulneráveis.

Essa internacionalização da economia (Behring; Boschetti, 2011) e a privatização de serviços (Mota, 2006) entraram em colapso no final da década de 1970. A crise mundial do capital marcou a ascensão do neoliberalismo, que exigia a redefinição da seguridade social para ajustar-se às novas necessidades do capital financeiro, através de "ajustes e reformas" (Mota, 2006).

Isso levou ao paradoxo final: o Brasil iniciou seu processo de transição para a democracia e a promulgação da Constituição de 1988 — o maior marco de direitos sociais da história do país — exatamente no momento em que "a adesão à ideologia neoliberal" já estava em curso em nível mundial. A transição democrática, controlada pelas elites, foi feita sob orientações conservadoras, precisamente para conter uma "vontade popular radicalizada" (Behring; Boschetti, 2011).

O texto argumenta que a política social no Brasil deve ser entendida a partir de sua natureza contraditória. Por um lado, ela é "funcional" aos interesses capitalistas; por outro, é o resultado da pressão dos trabalhadores. Conforme citado por Mota, os sistemas de proteção social "devem ser vistos como conquistas dos trabalhadores e dos movimentos sociais" (Marques, 1997, p.46 apud Mota, 2010, p.27).

Essa contradição atingiu seu ápice nos anos 1980. Enquanto o país enfrentava uma grave crise econômica, um "movimento de organização da sociedade civil" (Behring; Boschetti, 2011) emergia, culminando nos avanços sociais da Constituição Federal de 1988.

Contudo, essa conquista constitucional coincidiu com a ascensão global do neoliberalismo. Para a política neoliberal, "dever-se-ia reduzir ou até mesmo eliminar a

intervenção estatal no âmbito social, reservando este espaço para atuação do mercado" (Montaño, 2003, p. 188, 189).

A implementação das políticas sociais nos anos 1990 foi, portanto, marcada pela tensão. Behring e Boschetti (2011) afirmam que "a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos", transformando as políticas em "ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise" (Behring; Boschetti, 2011, p. 155, 156). Este é o cerne do "debate" proposto por Behring, as políticas sociais não são *nem* pura dominação *nem* pura conquista. Elas são, dialeticamente, as duas coisas ao mesmo tempo, e é nessa tensão que a contradição (tema central desta tese) se revela. As políticas são resultado da luta de classes. Elas são "concessões" que a classe trabalhadora, por meio de sua organização e enfrentamento (como o MST, no caso agrário), arranca do Estado. Elas representam "o reconhecimento (ainda que parcial e limitado) de direitos" (Behring; Boschetti, 2011, p. 159). Sem a luta, a política não existiria. Ao mesmo tempo, o Estado capitalista só faz essas concessões na medida em que elas são *funcionais* à própria acumulação de capital. As políticas sociais cumprem o papel de "legitimação da ordem burguesa" e de "reprodução da força de trabalho" (Behring, 2012). Elas gerenciam a pobreza para que ela não se torne explosiva, garantindo a paz social necessária à acumulação.

A política pública é, portanto, um "espaço de contradição" por excelência, onde o capital busca manter a dominação e o trabalho busca a emancipação. Behring argumenta que, no capitalismo contemporâneo, especialmente na periferia dependente e sob a hegemonia do capital financeiro, vivemos uma era de "Contrarreforma" do Estado. As políticas sociais não estão em expansão; elas estão sendo sistematicamente reestruturadas para servir ainda mais diretamente aos interesses da acumulação, perdendo seu caráter (mesmo que limitado) de direito.

Ao analisar o Brasil, Behring (2010) aponta que as políticas sociais neoliberais assumem características regressivas. Elas são marcadas por:

[...] seletividade, focalização, privatização e mercantilização, desresponsabilização do Estado e filantropização, constituindo-se, na verdade, em seu contrário, ou seja, em políticas de gestão da pobreza funcional ao capital. (BEHRING, 2010, p. 15).

É aqui que o debate da política social crítica se torna indispensável. Para Behring e Boschetti (2011), as políticas sociais - categoria na qual inserimos as políticas públicas de desenvolvimento rural para assentados - são respostas institucionais do Estado às manifestações da "questão social". No caso agrário, a "questão social" é a própria

"questão agrária": a contradição entre o capital (agronegócio, latifúndio) e o trabalho (camponeses, sem-terra), que gera expropriação, pobreza e luta. As políticas públicas de reforma agrária (como a criação de assentamentos) são, portanto, concessões arrancadas pela luta organizada—como a do MST e, portanto, vitórias da classe trabalhadora. É esta a chave para analisar o Vale do Mucuri. As "contradições" observadas na implementação das políticas de reforma agrária são a materialização dessa "contrarreforma":

Em vez de uma política universal de reforma agrária, o Estado oferece programas "focalizados" e com orçamento limitado (PAA, ATER), destinados apenas a gerenciar a pobreza dos assentados, sem ameaçar o agronegócio no entorno. A dificuldade de acesso (o excesso de burocracia para o PRONAF, por exemplo) não é uma "falha" do sistema; é o *mecanismo de seletividade* em ação, que limita a concessão. O PRONAF é o exemplo perfeito. O "direito" ao crédito é transformado em uma *mercadoria* (um produto bancário), que insere o assentado na lógica financeira do endividamento, subordinando sua produção ao mercado e não à sua autonomia. Como contraponto à política social mínima, o Estado avança com a criminalização dos movimentos (como o MST), tratando a "questão agrária" não como um problema social, mas como um caso de polícia.

Adotar esta lente teórica de Behring oferece um contraponto poderoso à análise processual, pois as políticas públicas para assentamentos (PRONAF, PAA, ATER) são contraditórias *por natureza*. Elas fornecem crédito (necessário à sobrevivência), mas o fazem sob a lógica bancária (endividamento), integrando o camponês de forma subordinada ao mercado. Elas não visam reverter a estrutura do capitalismo dependente, mas sim *gerenciar* a pobreza rural gerada por ela, tornando os assentamentos "viáveis" sem, contudo, ameaçar a hegemonia do agronegócio que os cerca no Vale do Mucuri. Portanto, a análise dos assentamentos do MST no Vale do Mucuri não buscará apenas *listar* se as políticas "chegam" ou "não chegam". Ela investigará a *forma* como elas chegam (burocráticas, descontínuas, focalizadas) e a própria materialização dessa contradição estrutural. A luta do MST, nesse sentido, não é apenas para *acessar* a política, mas para mudar a natureza da política. Esta abordagem (Behring) permite que a tese argumente que as "contradições" observadas no Mucuri não são "erros" de percurso, mas sim a *forma específica* como o Estado capitalista dependente gerencia a questão agrária no século XXI: fazendo concessões (o assentamento) enquanto preserva o essencial (a lógica da acumulação).

Portanto, o "debate" em Behring nos permite concluir que as contradições das políticas públicas no Vale do Mucuri não são "erros" a serem corrigidos pela "boa gestão". Elas são a forma operacional de um Estado dependente, em fase de contrarreforma, que precisa gerenciar a pobreza que ele mesmo cria (via questão agrária) sem, contudo, tocar na estrutura que a sustenta (o capitalismo dependente e o agronegócio).

A função social da terra, embora tenha sido introduzida para facilitar as expropriações em grande escala dos latifúndios improdutivos, serviu na realidade para retirar a atenção das injustiças inerentes a uma distribuição muito desigual dos recursos agrários, colocando a ênfase no "uso da terra" e deixando de lado a necessidade de toda uma população rural no campo. Dessa forma, percebe-se a direção política dos governos neoliberais frente à reforma agrária em função do seu caráter de redistribuidora do meio de produção fundamental que é a terra, tratando-a com medidas para estabilização da economia mundial.

No cenário agrário brasileiro, marcado pela concentração fundiária histórica, as dificuldades para implantação de uma política de Reforma Agrária são potencializadas por contradições geradas nas estratégias utilizadas pelo Estado, para sustentar um modelo de desenvolvimento de integração da economia em escala mundial, segundo os princípios neoliberais dos aparelhos internacionais.

A implantação do neoliberalismo teve graves consequências para a agricultura brasileira. As políticas sociais compensatórias não objetivaram mudanças estruturais que proporcionassem condições para obter um processo de democratização da terra e da renda no campo. Pelo contrário, criou-se conjunto de políticas agrícolas que estimularam a concentração da terra, a oligapolização da produção, a marginalização econômica e social da agricultura familiar, o desemprego rural crescente, a dependência do país aos produtos agrícolas importados, a devastação da floresta tropical e dos cerrados.

Assim, as particularidades da dependência brasileira são centrais para a compreensão das políticas agrárias atuais, pois estas se movimentam no conjunto das determinações concretas no capitalismo dependente, para as quais a existência da superexploração da força de trabalho da questão agrária é primordial.

A concentração fundiária no país está diretamente ligada à apropriação da terra, frente aos processos produtivos que privilegiam a extração de mais-valor, a partir de uma composição orgânica do capital que se centra na intensificação da

exploração de trabalho.

Neste sentido, é preciso propor então uma transformação da estrutura agrária de maneira a democratizar o uso e a posse da terra rural através da ação do Estado. O agronegócio é o latifúndio moderno que mata no campo atualmente, impede a quebra do monopólio da terra, e este é um desafio para a classe trabalhadora que só pode se concretizar no embate das lutas sociais da organização popular.

Conforme já discutimos ao longo deste trabalho, ainda convivemos com herança não resolvida da economia colonial. Temos um modelo de desenvolvimento econômico, político e, por sua vez, social, calcado no agronegócio e na agricultura patronal que revela diariamente a inesgotável capacidade de resistência ao tempo, em detrimento das iniciativas de democratização da terra para a agricultura camponesa por meio da reforma agrária. Precisamos mais do que uma política de desapropriação, mas sim políticas públicas que contribuam e fortaleçam a permanência dos assentados e assentadas rurais do Brasil.

A partir deste estudo que será feito na região do Vale do Mucuri, vamos apontar os limites das políticas para as áreas de reforma agrária, enquanto política pública redistributiva nesse território, assim como sua aproximação com a política social que possui caráter distributivo, focalizado e seletivo. Para Mason (2014) assim como Oliveira (2011); Bernardo Fernandes (2008, 2013, 2015); Horácio Carvalho (2004), entendemos que a reforma agrária no Brasil tem cada vez mais se descaracterizado como política pública de desenvolvimento de caráter estrutural, redistributivo, portanto, e tem se desenvolvido como política social, distributiva e compensatória nos assentamentos rurais.

Para Masson,

a reforma agrária que pode dirimir a desigualdade social engendrada em nosso país desde a invasão portuguesa pressupõe muito mais que uma política de desapropriação, que é uma política agrária, ou de políticas agrícolas que historicamente beneficiaram os grandes proprietários e as empresas do capital (Masson, p.30, 2014).

A política agrária em Minas Gerais é um reflexo das contradições nacionais, profundamente enraizada em processos históricos de concentração fundiária que remontam ao período colonial. Mançano (2023, p. 15) afirma que "a manutenção de grandes latifúndios e a resistência à redistribuição territorial explicam parte significativa dos conflitos agrários contemporâneos". Este legado exige intervenções

específicas, mas a implementação de programas de reforma agrária encontra severos obstáculos estruturais e políticos.

No plano nacional, a Constituição Federal de 1988 estabelece a função social da propriedade, determinando critérios de aproveitamento, respeito ambiental e trabalhista. Contudo, na aplicação prática em Minas Gerais, a efetividade dessa norma permanece limitada pela resistência das oligarquias rurais (Firmiano, 2022). Firmiano (2022) observa que políticas públicas sem acompanhamento contínuo tendem a reproduzir desigualdades históricas. Observa-se que a articulação de movimentos sociais é decisiva para pressionar autoridades e garantir execução adequada das políticas.

A política agrária em Minas Gerais também reflete tensões entre interesses econômicos e sociais, especialmente em regiões de expansão agroindustrial. Mançano (2023) afirma que: “O avanço do agronegócio sobre áreas de assentamentos impõe desafios à implementação de políticas públicas, gerando conflitos e pressões sobre famílias rurais” (2023, p. 28).

Evidencia-se a dimensão econômica das disputas, pois as políticas de reforma agrária devem ser acompanhadas de regulação econômica e proteção ambiental para reduzir impactos negativos. Observa-se que, sem instrumentos de mediação e fiscalização, os objetivos das políticas agrárias se tornam parcialmente ineficazes.

Constitui eixo central das políticas agrárias o apoio à agricultura familiar, a promoção da produção local e segurança alimentar. Programas de assistência técnica, financiamento e capacitação fortalecem a agricultura familiar, promovendo permanência e autonomia das famílias nos assentamentos, evidenciando a importância de políticas integradas. Observa-se que políticas voltadas à produção local fortalecem vínculos comunitários e promovem desenvolvimento socioeconômico, reforçando o fortalecimento da produção local que contribui para justiça social e equidade rural.

A titulação fundiária é um instrumento essencial da política agrária, garantindo segurança jurídica e mitigando disputas. Mançano (2023, p. 42) afirma que “a formalização de posse das terras constitui base legal para acesso a crédito, programas sociais e estabilidade territorial”, evidenciando seu papel estruturante. Assim, a ausência de titulação formal perpetua vulnerabilidade e conflitos históricos. Já políticas de titulação combinadas com assistência técnica e suporte comunitário aumentam eficácia e reduzem disputas, assim a titulação é condição para

consolidação dos direitos territoriais e implementação eficaz de políticas agrárias, reforçando a importância de ações coordenadas e regularização legal, é imprescindível para segurança econômica e social.

A implementação de políticas públicas enfrenta desafios institucionais e políticos, que limitam alcance e efetividade. A fragmentação administrativa, aliada à escassez de recursos, compromete resultados e manutenção de programas de reforma agrária, evidenciando obstáculos estruturais que integram institucionalmente o monitoramento contínuo. São, portanto, essenciais para superar barreiras e garantir direitos.

A relação entre as políticas agrárias e desenvolvimento regional evidencia impactos econômicos e sociais. Mançano, (2023, p. 52) afirma que “programas de reforma agrária, quando articulados com políticas de desenvolvimento local, promovem geração de renda, inclusão social e redução de desigualdades”, evidenciando integração necessária. As políticas agrárias são isoladas têm efeito limitado, sendo fundamental vincular assistência técnica, crédito rural e infraestrutura.

A mediação de conflitos e fiscalização da implementação das políticas é crucial para resultados positivos, pois sem mecanismos eficazes de mediação e controle, políticas agrárias ficam vulneráveis a pressões externas, favorecendo desigualdades e conflitos, evidenciando necessidade de supervisão.

Essa dinâmica se insere no marco neoliberal que orienta o Estado brasileiro. Araújo (2022) afirma que a reforma agrária foi gradativamente substituída por uma "contrarreforma", onde políticas de titulação individual e inserção no mercado predominam sobre projetos coletivos. "O avanço do neoliberalismo promoveu a captura das políticas agrárias pelo agronegócio, redefinindo seu caráter redistributivo em favor da lógica de mercado" (Araújo, 2022, p. 17). O Estado, como aponta Gomes (2023), deslocou sua função de promotor da reforma agrária para a de mero "regulador da ordem fundiária vigente".

A política agrária em Minas Gerais deve ser compreendida a partir da interação entre o contexto nacional e as particularidades regionais. No plano nacional, a Constituição Federal de 1988 reafirma a função social da propriedade, estabelecendo que a terra deve cumprir critérios de aproveitamento racional, respeito ao meio ambiente, observância das relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar coletivo. Contudo, quando observamos a aplicação prática dessa norma em Minas Gerais, percebe-se que as contradições históricas se repetem, uma vez que as

grandes propriedades permanecem intocadas, enquanto comunidades camponesas continuam a lutar pelo acesso a terra.

Esse cenário evidencia que a política agrária no estado de Minas Gerais é marcada pela seletividade e pela prevalência dos interesses do agronegócio. Nesse sentido, como observa Firmiano (2022), a questão agrária brasileira permanece irresoluta justamente porque a estrutura fundiária segue alicerçada na concentração e no poder das elites, dificultando a efetividade das políticas de democratização do acesso à terra. A efetividade da função social da propriedade permanece limitada pela resistência política das oligarquias rurais.

A análise da política agrária mineira precisa ainda considerar também a relação entre os órgãos estatais responsáveis e os movimentos sociais. A CPT e o MST desempenham papel fundamental tanto na denúncia de irregularidades quanto na proposição de alternativas, mas enfrentam criminalização e repressão por parte de setores conservadores.

A territorialização do capital mineral sobre áreas de assentamentos revela como o Estado, muitas vezes, atua de forma contraditória, destinando terras para a reforma agrária e, em seguida, permitindo sua expropriação por mineradoras e empreendimentos privados. Essa dinâmica revela que a política agrária em Minas Gerais não pode ser pensada apenas como questão de acesso à terra, mas também de defesa territorial contra forças econômicas externas. “As contradições da política agrária se materializam quando a mesma instituição que promove assentamentos permite, posteriormente, sua invasão por capitais minerários” (Lourenço, 2021, p. 45). Isso demonstra que, mais do que uma política pública contínua, a reforma agrária em Minas Gerais tem funcionado como um campo de disputa, onde forças sociais, econômicas e políticas travam batalhas permanentes. De um lado, encontram-se as comunidades rurais e os movimentos camponeses que reivindicam seu direito histórico ao território; de outro, os agentes do capital, que veem na terra apenas sua função mercantil e especulativa. Essa dualidade, produz um ambiente de constante tensão, em que a função social da terra se choca com a lógica de mercado. A política agrária no estado também deve ser entendida dentro do marco neoliberal que orienta a atuação do Estado brasileiro desde a década de 1990. Araújo (2022) afirma que a reforma agrária foi gradativamente substituída por uma “contra- reforma”, em que terras públicas destinadas à agricultura familiar passaram a ser transferidas a grupos privados, sob a justificativa de eficiência produtiva.

Minas Gerais não ficou imune a esse processo, que impactou a condução do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Secretaria de Agricultura do Estado. Assim, o que se verifica é a adoção de políticas agrárias que priorizam a inserção dos assentados no mercado, em detrimento de projetos coletivos e comunitários. Para Araújo, 2022: "O avanço do neoliberalismo promoveu a captura das políticas agrárias pelo agronegócio, redefinindo seu caráter redistributivo em favor da lógica de mercado" (Araújo, 2022, p. 17).

Esse redirecionamento da política agrária em Minas Gerais tem efeitos diretos sobre a sustentabilidade dos assentamentos. Muitos projetos criados com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar foram desestruturados por falta de apoio técnico, crédito e infraestrutura. Assim, o desafio da política agrária no estado não se restringe à criação de assentamentos, mas à sua manutenção e integração efetiva ao sistema produtivo regional.

Outro aspecto importante a ser considerado é a relação entre política agrária e políticas ambientais. Minas Gerais, como estado historicamente marcado pela exploração mineral e pela expansão do agronegócio, enfrenta dilemas relacionados à degradação ambiental e à sustentabilidade dos assentamentos. Cândida e Siqueira (2024) destacam que as políticas territoriais precisam ser pensadas de forma articulada, de modo a promover o desenvolvimento rural sem comprometer os ecossistemas locais. Entretanto, o que se observa é a adoção de projetos fragmentados, em que a dimensão ambiental aparece de forma secundária ou apenas como exigência burocrática. "As práticas de reforma agrária precisam dialogar com as políticas ambientais, sob pena de reproduzirem novos padrões de exclusão e degradação" (Cândida; Siqueira, 2024, p. 13).

Essa dinâmica se insere no marco neoliberal que orienta o Estado brasileiro. Araújo (2022) afirma que a reforma agrária foi gradativamente substituída por uma "contrarreforma", onde políticas de titulação individual e inserção no mercado predominam sobre projetos coletivos. "O avanço do neoliberalismo promoveu a captura das políticas agrárias pelo agronegócio, redefinindo seu caráter redistributivo em favor da lógica de mercado" (Araújo, 2022, p. 17). O Estado, como aponta Gomes (2023), deslocou sua função de promotor da reforma agrária para a de mero "regulador da ordem fundiária vigente".

Tal reflexão aponta para a necessidade de compreender que a política agrária em Minas Gerais além de se limitar a redistribuir terras, não promove uma nova

racionalidade produtiva, capaz de articular agroecologia, justiça social e preservação ambiental. Porém, a seletividade espacial e os interesses privados ainda orientam a destinação de terras, favorecendo projetos de maior retorno econômico em detrimento das necessidades das comunidades locais. Isso reforça o caráter excludente e contraditório das políticas agrárias implementadas no estado.

A política agrária em Minas Gerais deve ser analisada também à luz das disputas por legitimidade no espaço público, sobretudo no que diz respeito ao discurso do desenvolvimento econômico. O agronegócio mineiro, amparado por setores políticos e midiáticos, tem construído uma narrativa de eficiência produtiva e modernização tecnológica, que frequentemente serve de justificativa para marginalizar as reivindicações dos assentamentos. Diante de um Estado capturado, a efetividade da reforma agrária passa a depender da implementação articulada de políticas que garantam a permanência das famílias no campo. O desafio não se restringe à criação de assentamentos, mas à sua manutenção (Souza, 2024).

As análises recentes apontam que a atuação estatal em Minas Gerais privilegia parcerias público-privadas, nas quais o poder público abdica de seu papel central de mediador de conflitos fundiários para atuar como facilitador da expansão do agronegócio. Gomes (2023), ao discutir os conflitos no campo mineiro, destaca que há um desequilíbrio estrutural entre o poder dos movimentos sociais e o aparato institucional mobilizado pelas elites econômicas. Isso significa que a política agrária tem sido capturada por interesses privados, muitas vezes travestidos de políticas públicas de incentivo à produção. A reforma agrária que deveria ser compreendida como política pública de combate à desigualdade e de pacificação dos conflitos no campo, foi distorcida para atender agendas que pouco dialogam com os trabalhadores rurais. O Estado deslocou sua função de promotor da reforma agrária para a de regulador da ordem fundiária vigente. Em Minas, esse deslocamento tem repercutido em um modelo de política agrária que consolida privilégios ao invés de superá-los.

Outro elemento relevante para compreender a política agrária em Minas Gerais é a legislação correlata, como a Lei nº 13.465/2017, que flexibilizou normas de regularização fundiária no Brasil. Lopes e Oliveira (2021) observam que essa legislação promoveu efeitos contraditórios: se por um lado ampliou a segurança jurídica para determinados posseiros, por outro abriu espaço para a grilagem e para a privatização de terras públicas. Em Minas Gerais, região marcada por vastas áreas devolutas e por disputas históricas de posse, essa lei favoreceu a legitimação de

ocupações privadas em territórios antes destinados à reforma agrária. “A Lei 13.465/2017 potencializou os riscos de mercantilização da terra e reduziu o alcance da reforma agrária enquanto política redistributiva” (Lopes; Oliveira, 2021, p. 29). Assim, a legislação recente reforça a percepção de que as políticas agrárias no Estado têm sido moldadas mais pela lógica de mercado do que pelos princípios de justiça social.

A luta pela terra é, em essência, também uma luta pela manutenção da vida, sobretudo diante da pressão do capital extrativista. “A territorialização do capital ameaça não apenas a terra, mas os modos de vida e as identidades coletivas camponesas” (Lourenço, 2021, p. 47). Nesse sentido, a política agrária mineira só se tornará efetiva se incorporar e apoiar esses arranjos locais de produção e resistência. Além disso, a política agrária mineira enfrenta o desafio de lidar com a intersecção entre desigualdades sociais e de gênero. Gadelha (2021) analisa a territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas em Minas Gerais, destacando que as mulheres assumem protagonismo nas lutas pela terra, mas permanecem sub-representadas nas políticas oficiais. Essa invisibilidade institucional reforça hierarquias tradicionais que limitam a participação feminina em instâncias de decisão. Firmiano (2022) ressalta que a democratização da terra só será efetiva se incorporar a dimensão da justiça social em toda a sua amplitude, incluindo a igualdade de gênero e o reconhecimento dos saberes populares. “A reforma agrária deve ser compreendida como processo integral de democratização da sociedade, não apenas da estrutura fundiária” (Firmiano, 2022, p. 81). Portanto, a política agrária em Minas Gerais precisa avançar para além da distribuição formal de terras, e incluir práticas emancipatórias que deem visibilidade às mulheres camponesas.

Do ponto de vista institucional, é relevante destacar que a política agrária no estado de Minas Gerais também se articula com programas de educação e capacitação. Silva (2021), ao discutir o magistério de nível médio do campo no norte de Minas, evidencia que a formação de educadores vinculados aos assentamentos representa um avanço significativo para a consolidação da cidadania no meio rural. Todavia, esses programas são frequentemente descontinuados por mudanças de gestão e falta de prioridade orçamentária. Soares (2024), ao analisar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), demonstra que a formação técnica e social dos assentados é condição essencial para sua permanência no campo. “Sem educação contextualizada e formação crítica, a reforma agrária corre o

risco de se reduzir a mera política de acesso a terra” (Soares, 2024, p. 54). Em Minas Gerais, portanto, a política agrária deve ser pensada como processo multidimensional, que inclua não apenas terra, mas também conhecimento e emancipação social.

A democratização da terra passa necessariamente pela democratização da gestão territorial. Assim, a política agrária mineira pode se beneficiar de processos colaborativos que unam Estado, universidades e movimentos sociais em prol de soluções sustentáveis e inclusivas.

Por fim, cabe observar que a política agrária em Minas Gerais encontra-se em uma encruzilhada histórica. De um lado, o avanço do agronegócio e da mineração pressiona pela consolidação de um modelo de exploração intensiva, concentrador e excludente; de outro, os movimentos sociais e acadêmicos reivindicam um modelo baseado na justiça social, na agroecologia e na democratização do acesso à terra. A reforma agrária no Brasil é uma “reforma (im)possível”, marcada pela força das oligarquias e pela fragilidade do Estado em enfrentar interesses consolidados. A viabilidade da reforma agrária depende de vontade política, mas sobretudo da mobilização social que lhe dê sustentação. Minas Gerais, nesse contexto, torna-se um laboratório das contradições nacionais, onde o futuro da política agrária dependerá da capacidade de articular resistência social, inovação institucional e compromisso com a justiça territorial.

A implementação de políticas públicas para as áreas de reforma agrária em Minas Gerais deve ser entendida a partir da articulação entre programas federais e iniciativas estaduais, que buscam responder aos desafios históricos da concentração fundiária e da marginalização das comunidades rurais. Entre os programas federais de maior relevância destaca-se o PRONERA, que promove a formação educacional, social e política dos assentados, garantindo-lhes instrumentos para a consolidação de projetos de desenvolvimento local. Segundo Soares (2024, p. 54), “a educação contextualizada nos assentamentos é condição indispensável para que os trabalhadores rurais possam exercer sua cidadania plena e manter sua permanência no campo”. Essa perspectiva mostra que as políticas públicas não se restringem à entrega da terra, mas também incluem dimensões sociais e formativas essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar. De forma complementar, o PAA e o PNAE têm sido fundamentais para criar mercados institucionais para os produtos dos assentamentos, fortalecendo a economia local e reduzindo a vulnerabilidade alimentar das famílias (Santos, 2023).

A política de crédito fundiário também merece destaque no contexto mineiro, visto que garante condições de acesso a recursos para a aquisição de lotes e investimentos produtivos. A Lei 8.629/1993, que regulamenta o crédito de instalação para assentamentos, foi essencial para a consolidação de inúmeros projetos de reforma agrária, permitindo que famílias iniciem atividades produtivas de forma sustentável. O crédito instalação possibilitou aos assentados não apenas a ocupação formal da terra, mas também a viabilização econômica de suas propriedades. No entanto, a eficácia desse instrumento depende do acompanhamento técnico, da infraestrutura disponível e da capacidade dos assentados em organizar sua produção, aspectos que ainda apresentam lacunas importantes em diversas regiões de Minas Gerais.

A integração entre políticas de desenvolvimento rural e políticas agrárias é um desafio recorrente. Araújo (2022) enfatiza que a falta de articulação institucional resulta em ações fragmentadas, nas quais os programas são executados sem conexão com outras iniciativas complementares, como infraestrutura, crédito, educação e saúde. Essa fragmentação compromete a sustentabilidade dos assentamentos e limita o alcance dos benefícios prometidos. Firmiano (2022) observa que políticas públicas consistentes devem articular diferentes dimensões do desenvolvimento rural, de modo a promover a inclusão social e a redução das desigualdades. “O sucesso da reforma agrária depende não apenas da entrega da terra, mas da construção de redes de apoio que garantam sua utilização plena e produtiva” (Firmiano, 2022, p. 82).

As experiências de assentamentos em Minas Gerais revelam diferentes graus de eficácia das políticas públicas. Santos (2023) destaca o caso do assentamento Emiliano Zapata, em Uberlândia, onde a combinação de apoio institucional, capacitação técnica e acesso a mercados contribuiu para a consolidação da produção agrícola familiar. Ao mesmo tempo, outras experiências mostram que a ausência de acompanhamento, crédito ou políticas de comercialização leva ao abandono dos lotes e à frustração dos assentados. Essa disparidade evidencia que a implementação das políticas públicas ainda é desigual e dependente de fatores locais, como a presença de lideranças comunitárias, redes de apoio e articulação com órgãos públicos e movimentos sociais (Souza, 2024).

A política de reforma agrária em Minas Gerais também enfrenta desafios relacionados à regularização fundiária. Zeneratti (2021) observa que a priorização da

titulação individual em detrimento da redistribuição da terra reforça a concentração fundiária histórica, limitando o alcance das políticas públicas. A falta de clareza na definição de áreas destinadas a reforma agrária gera disputas fundiárias e insegurança para os assentados, dificultando a consolidação de projetos de longo prazo. Cabral (2021, p. 25) afirma que “a reforma agrária, sem políticas de acompanhamento e garantia da função social da terra, torna-se ineficaz e vulnerável à pressão do capital”. Dessa forma, é essencial que a regularização fundiária esteja integrada a estratégias mais amplas de desenvolvimento rural sustentável.

A articulação entre políticas sociais e produtivas é outro ponto relevante. Firmiano (2022) argumenta que programas que combinam apoio técnico, educação, infraestrutura e acesso a mercados permitem que os assentamentos se consolidem e promovam a segurança alimentar. Essa integração é essencial para que as políticas públicas cumpram seu papel redistributivo e emancipatório, garantindo não apenas a posse da terra, mas também a possibilidade de produção autônoma e sustentável. Soares (2024, p. 58) reforça que “a política pública de reforma agrária deve ser concebida como um projeto integral de desenvolvimento rural, que combine terra, formação, crédito e mercado”.

A presença de políticas voltadas à agroecologia e à sustentabilidade também tem se destacado em Minas Gerais. Cândida e Siqueira (2024) destacam iniciativas que promovem práticas agrícolas sustentáveis, diversificação de cultivos e preservação ambiental nos assentamentos. Essas políticas contribuem para a resiliência econômica das famílias e para a proteção dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que fortalecem identidades locais e saberes tradicionais. Correia (2023) observa que a cartografia social e o planejamento participativo ajudam a integrar essas dimensões às políticas públicas, oferecendo instrumentos de gestão e monitoramento que aumentam a eficácia das ações.

Outro ponto crucial é o papel das políticas estaduais complementares, que em Minas Gerais incluem programas de infraestrutura rural, como construção de estradas, fornecimento de água potável e acesso à energia elétrica. Souza (2024) aponta que, sem essas ações, os assentamentos ficam isolados, dificultando a comercialização da produção e a integração econômica. Araújo (2022) enfatiza que políticas públicas eficazes devem contemplar tanto a dimensão produtiva quanto a social, garantindo acesso a serviços básicos e oportunidades de desenvolvimento. “As políticas de infraestrutura são condições fundamentais para a consolidação da reforma agrária e

para a inclusão social das comunidades rurais” (Araújo, 2022, p. 36).

As políticas públicas também enfrentam desafios relacionados à equidade de gênero. Gadelha (2021) observa que mulheres assentadas desempenham papel central na produção e organização comunitária, mas continuam sub-representadas em programas oficiais. A implementação de políticas públicas que reconheçam e valorizem o protagonismo feminino é essencial para assegurar justiça social e fortalecer a sustentabilidade dos assentamentos. Firmiano (2022) ressalta que a inclusão das mulheres em todas as etapas da política agrária é condição para que o processo de reforma agrária seja realmente emancipatório. “Sem a participação efetiva das mulheres, a reforma agrária corre o risco de reproduzir desigualdades históricas” (Firmiano, 2022, p. 83).

O acesso ao crédito e a programas de incentivo à produção agrícola é outro fator determinante para o sucesso das políticas públicas. Santo, Soares e Santos (2021) indicam que o crédito instalação possibilita que os assentados comprem insumos, sementes e implementos, consolidando a produção familiar. No entanto, a burocracia e a morosidade na liberação de recursos ainda constituem barreiras frequentes. Souza (2024, p. 60) afirma que “a ausência de agilidade nos mecanismos de crédito compromete a sustentabilidade econômica dos assentamentos e a confiança dos beneficiários nas políticas públicas”.

A relação entre políticas públicas e movimentos sociais é fundamental para compreender o impacto das ações no campo. Gomes (2023) destaca que a CPT e o MST atuam como parceiros estratégicos do Estado, mobilizando comunidades, defendendo direitos e propondo soluções. Essa interação garante que as políticas públicas sejam adaptadas às demandas locais, aumentando sua efetividade e legitimidade. Ao mesmo tempo, a resistência e a pressão social são essenciais para que o Estado mantenha compromisso com a reforma agrária. “A efetividade das políticas públicas depende da mobilização social e da participação ativa dos movimentos camponeses” (Gomes, 2023, p. 42).

O fortalecimento da agricultura familiar também é um eixo central das políticas públicas em Minas Gerais. Santos (2023) aponta que programas de assistência técnica, comercialização e educação contribuem para a inserção produtiva dos assentamentos, permitindo que as famílias gerem renda de forma sustentável. Araújo (2022) observa que, sem essa integração entre produção, mercado e políticas de apoio, os assentamentos correm risco de abandono. Dessa forma, a política pública

deve contemplar a agricultura familiar como pilar estratégico da reforma agrária, reconhecendo sua importância econômica, social e cultural.

As políticas públicas também devem considerar a diversidade territorial e produtiva do estado. Correia (2023) ressalta que a aplicação de políticas homogêneas pode ser ineficaz, pois diferentes regiões apresentam condições climáticas, culturais e econômicas distintas. A regionalização das políticas, aliada à participação comunitária, aumenta a efetividade das ações e garante que os assentamentos possam se adaptar às especificidades locais. “Políticas públicas eficazes devem combinar diretrizes nacionais com flexibilidade local, respeitando a diversidade territorial” (Correia, 2023, p. 41).

A diversificação de políticas públicas, que contempla diferentes dimensões do desenvolvimento rural, é igualmente crucial. Araújo (2022) observa que ações voltadas exclusivamente à produção agrícola ignoram fatores sociais e ambientais, comprometendo a sustentabilidade a longo prazo. Por isso, é necessário integrar programas de educação, assistência técnica, infraestrutura, saúde e acesso a mercados. Souza (2024, p. 63) afirma que “a reforma agrária deve ser concebida como um conjunto articulado de políticas públicas, que promova a autonomia, a equidade e a sustentabilidade”. Para isso, diversos pilares são fundamentais, embora frequentemente fragmentados, segue o quadro:

Figura 1 – Quadro demonstrativo dos quatro pilares da luta pós-conquista da terra – ano 2025

Pilar	Descrição (O Foco da Luta)	Instrumentos e Políticas Públicas Disputadas
1. Econômico-Produtivo	Garantir a viabilidade econômica e a soberania alimentar. A luta deixa de ser <i>pela terra</i> e passa a ser <i>para produzir nela</i> , opondo-se ao modelo do agronegócio através da agroecologia.	Crédito: PRONAF (Programa Nacional de Fort. da Agricultura Familiar) Mercado: PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Prog. Nacional de Alimentação Escolar) Organização: Fomento ao Cooperativismo.
2.	Assegurar a dignidade e as condições	Habitação: Programas de

Infraestrutura e Condições Básicas	materiais para a vida. A terra conquistada precisa ser habitável e conectada, superando o isolamento histórico.	Moradia Rural (ex: PNHR) Energia: Programa Luz para Todos Água: Políticas de cisternas, saneamento básico e acesso à água (Soberania Hídrica). Logística: Estradas vicinais para escoamento da produção.
3. Desenvolvimento Social e Humano	Garantir o direito à cidadania e a formação crítica. A luta é para que os assentados tenham acesso à saúde e, crucialmente, a uma educação que valorize sua realidade, e não que os expulse do campo.	Educação: PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) e a implementação da "Educação do Campo". Saúde: Políticas de saúde da família e saneamento rural.
4. Político-Organizacional	Manter a identidade camponesa e a defesa do território. A luta é para garantir a sucessão rural (permanência dos jovens) e a autonomia política, disputando o modelo de assistência técnica e a equidade de gênero.	Assistência Técnica: Disputa pela ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) com viés agroecológico, contra o modelo da "Revolução Verde". Formação: Organização de base do movimento (MST) e formação de lideranças. Gênero: Pautas de equidade e reconhecimento do papel da mulher camponesa.

Fonte: elaborado pela autora do trabalho – ano 2025

O quadro argumenta que, hoje em dia, não basta "ter a terra"; a luta é para viabilizar o território. Ela divide essa luta pela permanência em quatro pilares: 1 - Pilar Econômico-Produtivo que se refere a garantir a viabilidade econômica do assentamento. A luta não é apenas para produzir, mas para produzir de forma autônoma (via agroecologia) e ter para quem vende. O acesso ao crédito (como o PRONAF), a garantia de venda da produção (como o PAA e PNAE) e a organização coletiva (cooperativas). 2 - Pilar de Infraestrutura e Condições Básicas refere-se a garantir a dignidade e a habitabilidade do território. A terra conquistada precisa de condições básicas de vida, superando o isolamento. Programas de moradia rural, acesso à energia elétrica (Luz para Todos), água (cisternas) e estradas para escoar a

produção. 3 - Pilar de Desenvolvimento Social e Humano refere-se a garantir o acesso à cidadania. A luta é para que os assentados tenham acesso à saúde e a uma educação que valorize sua realidade de camponeses (a "Educação do Campo"), em vez de expulsá-los para a cidade.

A análise das políticas públicas destinadas aos assentamentos em Minas Gerais, especialmente no Vale do Mucuri, revela que a simples redistribuição de terras é insuficiente para garantir a efetividade da reforma agrária. A consolidação desses territórios depende de um conjunto complexo e articulado de ações que assegurem a permanência das famílias, exigindo a superação de desafios estruturais nas esferas econômica, social e de infraestrutura.

As políticas públicas são, também, o campo de disputa sobre *qual* modelo de agricultura deve ser fomentado. Em oposição ao agronegócio, emerge a *agroecologia* como pilar da permanência. Incentivos a práticas sustentáveis e ao manejo de recursos naturais fortalecem a resiliência econômica e consolidam os assentamentos como territórios produtivos e inclusivos. A questão agrária é, por definição, um fenômeno complexo e multidimensional. No caso específico de Minas Gerais, um estado com enorme diversidade territorial, histórica e econômica, essa complexidade é ainda maior.

Portanto, a "organização da questão agrária" (ou seja, a forma como os conflitos, a concentração de terras e as políticas se estruturam) é, de fato, influenciada por diversos fatores que se sobrepõem: 1 - Fatores Históricos: O legado da estrutura de sesmarias, a Lei de Terras de 1850 e a grilagem histórica de terras devolutas. Fatores Econômicos: A tensão constante entre o agronegócio (soja, café, eucalipto, pecuária extensiva) e a agricultura familiar/camponesa; além da forte pressão da mineração sobre os territórios. 2 - Fatores Políticos: A atuação da bancada ruralista, a implementação (ou omissão) de políticas públicas de reforma agrária (INCRA) e de regularização fundiária pelo estado. 3 - Fatores Sociais: a presença e a luta de diversos sujeitos, como os movimentos sociais (MST, CPT), povos indígenas, comunidades quilombolas e geraizeiros.

A dinâmica agrária em Minas Gerais é marcada por contradições que envolvem tanto o avanço do agronegócio quanto a permanência de desigualdades fundiárias que dificultam a efetivação da reforma agrária. Segundo dados recentes, o PIB do agronegócio mineiro alcançou R\$ 235 bilhões em 2024, correspondendo a 22,2% do PIB estadual, consolidando-se como um dos motores econômicos do Estado

(AGÊNCIA MINAS, 2024). Esse crescimento, entretanto, não se traduz automaticamente em inclusão social ou distribuição de renda, pois “a expansão do capital no campo ocorre muitas vezes em detrimento dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais” (Fernandes, 2008, p. 42).

A concentração fundiária em Minas Gerais permanece como um dos principais entraves para a democratização do acesso à terra. Estudos da Comissão Pastoral da Terra apontam que o Estado figura entre os que mais registram conflitos agrários no país, especialmente nas regiões Norte e no Vale do Mucuri (CPT, 2024). Essa realidade confirma a análise de Cosenza (2010, p. 119), ao afirmar que “as ocupações de luta por terra representam a expressão mais contundente das desigualdades sociais e fundiárias em Minas Gerais”. Em diálogo com essa perspectiva, Victor (2021) salienta que a invisibilização midiática desses conflitos contribui para a legitimação do discurso de criminalização dos movimentos sociais, reforçando um imaginário social que desqualifica a luta camponesa.

Nesse cenário, torna-se fundamental compreender como as políticas públicas para as áreas agrárias se articulam com os interesses do agronegócio e das comunidades assentadas. De acordo com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, a exportação de produtos agropecuários atingiu US\$ 14,17 bilhões em 2024, com destaque para o café, a soja e a carne bovina (SEAPA, 2024). Esses dados revelam o peso econômico do setor, mas também denunciam a desigualdade estrutural que limita o fortalecimento da agricultura familiar. Para Cosenza (2010), a atuação da vara agrária em Minas Gerais é emblemática nesse processo, pois “ao mesmo tempo em que organiza juridicamente as disputas, também reforça o enquadramento criminal das ocupações de terra” (p. 127). Assim, a política agrária mineira se mostra tensionada entre o incentivo ao agronegócio e as demandas sociais de democratização da terra.

Esse quadro confirma a análise de Fernandes (2008), segundo a qual “a luta pela terra não pode ser dissociada das estruturas históricas de poder que moldam o campo brasileiro” (p. 58). Desse modo, o debate sobre o desenvolvimento rural em Minas Gerais exige considerar tanto a pujança econômica do agronegócio quanto a precarização vivida pelos trabalhadores rurais sem-terra e assentados.

A expansão do agronegócio em Minas Gerais, embora contribua significativamente para o crescimento econômico, acentua as desigualdades no campo. Dados oficiais apontam que, em 2024, o café respondeu por 43,7% das

exportações agropecuárias mineiras, movimentando US\$ 3,9 bilhões, seguido pela soja e pela pecuária (SEAPA, 2024). Esse desempenho demonstra a força do setor, mas também reforça o modelo produtivista que marginaliza a agricultura familiar.

É preciso destacar que, no Vale do Mucuri, a realidade dos assentamentos difere profundamente do cenário de prosperidade propagado pelo agronegócio. Muitas famílias enfrentam dificuldades para acessar crédito, assistência técnica e infraestrutura básica, o que compromete a produtividade e a qualidade de vida. Nesse sentido, Cosenza (2010, p. 141) lembra que “as ocupações de terra revelam a ausência do Estado em garantir políticas estruturantes para os trabalhadores rurais”. Tal perspectiva, quando analisada em conjunto com os dados atuais, revela que a exclusão social permanece como traço marcante da política agrária mineira. Assim, a integração entre governos e sociedade civil se torna urgente para reduzir o abismo entre o avanço econômico e a justiça social no campo.

No entanto, a persistência e a organização dos movimentos camponeses revelam que há resistência às narrativas dominantes. O MST, por exemplo, continua sendo uma das principais forças de mobilização em Minas Gerais, sobretudo em regiões como o Vale do Mucuri. Como afirma Fernandes (2008, p. 62), “a luta pela terra é também a luta por reconhecimento social e por dignidade”. Victor (2021). Em análise indireta, mostra que a invisibilidade midiática não significa ausência de ação, mas sim uma estratégia de silenciamento que busca fragilizar os movimentos sociais. Nesse sentido, compreender os dados atuais do agronegócio exige também considerar a força das organizações populares que insistem em pautar a reforma agrária como questão de justiça social.

A centralidade do café, da soja e da pecuária nas exportações mineiras reforça um modelo voltado prioritariamente ao mercado externo. Em 2025, entre janeiro e maio, as exportações agropecuárias do estado somaram US\$ 8,4 bilhões, alta de 24% em relação ao mesmo período do ano anterior (AGÊNCIA MINAS, 2025). Esse dado reforça a importância do setor para a balança comercial, mas também explicita sua desconexão com a realidade de muitos assentados. Como observa Cosenza (2010, p. 167), “a política agrária deve ir além da lógica mercadológica, reconhecendo a função social da terra e a necessidade de promover inclusão”. Indiretamente, percebe-se que, enquanto o agronegócio projeta Minas Gerais no cenário internacional, comunidades camponesas permanecem invisibilizadas e carentes de políticas efetivas.

A análise das contradições da política agrária mineira revela que a integração entre os diferentes níveis de governo é essencial para garantir resultados concretos. Políticas públicas fragmentadas ou desarticuladas têm se mostrado insuficientes para atender às demandas das comunidades rurais. Victor (2021, p. 102) enfatiza que “a ausência de diálogo entre o Estado e os movimentos sociais resulta em políticas frágeis, facilmente capturadas por interesses do mercado”. Em consonância, Cosenza (2010) destaca que a efetividade da vara agrária dependeria de um redesenho institucional que privilegiasse a função social da terra e o protagonismo das comunidades rurais. Portanto, pensar o futuro da reforma agrária em Minas Gerais implica construir uma rede de cooperação entre União, Estado, municípios e sociedade civil.

O crescimento do agronegócio, os indicadores sociais do campo mineiro apontam para a permanência de desigualdades profundas. No Vale do Mucuri, por exemplo, muitos assentamentos enfrentam precariedade em saneamento, energia elétrica e acesso a mercados consumidores. Essa realidade reforça a visão de Cosenza (2010, p. 172), para quem “a luta pela terra não se esgota na conquista de um pedaço de chão, mas exige políticas que garantam condições dignas de reprodução da vida camponesa”. Ao mesmo tempo, Victor (2021) observa que o silêncio midiático sobre essas condições contribui para perpetuar uma narrativa unilateral de progresso. Indiretamente, nota-se que os dados do agronegócio não podem ser analisados isoladamente, mas sim em confronto com as contradições sociais que atravessam o campo.

Outro ponto fundamental é o papel da mídia como agente formador de opinião pública sobre a questão agrária. Victor (2021, p. 115) argumenta que “os jornais mineiros construíram, entre 2005 e 2018, uma narrativa que reforça o estigma dos sem-terra, apresentando-os como ameaça à ordem social”. Tal observação ajuda a compreender como a opinião pública é moldada para legitimar políticas que favorecem o agronegócio. Indiretamente, ao associar os trabalhadores rurais à criminalidade, cria-se um ambiente desfavorável ao fortalecimento da reforma agrária. Em contraste, a valorização de dados sobre exportações e crescimento econômico projeta o agronegócio como símbolo de modernidade e desenvolvimento.

A interdependência entre agronegócio e Estado em Minas Gerais revela uma simbiose que tende a reforçar a hegemonia dos grandes produtores. Segundo dados da Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais, em 2024, o setor respondeu

por quase metade das exportações estaduais, superando inclusive a mineração em valor agregado (FAEMG, 2024). Esse cenário confirma que a economia mineira depende fortemente do campo, mas também acentua o desequilíbrio entre grandes corporações e pequenos agricultores. Como observa Cosenza (2010, p. 181), “o poder político dos grandes proprietários ainda se sobrepõe às demandas dos trabalhadores rurais, influenciando diretamente a formulação de políticas públicas”. Indiretamente, percebe-se que a presença marcante do agronegócio no espaço institucional reforça a marginalização das demandas por reforma agrária.

Além dos aspectos econômicos, é necessário destacar os impactos sociais e ambientais da expansão do agronegócio. A monocultura extensiva, especialmente de soja e eucalipto, provoca degradação ambiental e pressiona comunidades tradicionais. Victor (2021, p. 120) alerta que “a narrativa midiática de progresso oculta os custos ambientais e sociais da expansão agrícola, invisibilizando comunidades atingidas”. Essa perspectiva dialoga com os dados de conflitos pela água registrados pela CPT em 2024, que somaram 266 casos em todo o país, vários deles em Minas Gerais (CPT, 2025). Portanto, embora o agronegócio se consolide como motor da economia, seus efeitos colaterais sobre o meio ambiente e sobre os modos de vida rurais não podem ser ignorados.

No Vale do Mucuri, essas contradições se tornam ainda mais evidentes. Enquanto a região registra forte presença de empresas de eucalipto, os assentamentos sofrem com a falta de políticas consistentes para fortalecer a agricultura familiar. Como afirma Cosenza (2010, p. 193), “os trabalhadores rurais enfrentam uma dupla exclusão: são criminalizados por lutar pela terra e negligenciados na formulação das políticas públicas”. Victor (2021) complementa, em análise indireta, que essa realidade raramente ganha visibilidade midiática, o que reduz a capacidade de mobilização social em favor das comunidades assentadas. Assim, o Vale do Mucuri representa um microcosmo das contradições mais amplas da questão agrária mineira.

Em complemento, Cosenza (2010) enfatiza que a judicialização dos conflitos agrários reforça essa fragmentação, criando uma arena em que a luta pela terra é tratada como caso de polícia. Portanto, a construção de uma política agrária democrática exige superar a dispersão institucional e valorizar a participação social.

A análise crítica também exige considerar as alternativas em construção nos assentamentos. Projetos de agroecologia, cooperativas e feiras de agricultura familiar

no Vale do Mucuri têm demonstrado que há caminhos para um desenvolvimento rural sustentável. Contudo, essas iniciativas carecem de apoio estatal consistente. Como observa Fernandes (2008, p. 76), “a reforma agrária precisa ser pensada como política de desenvolvimento, e não como política compensatória”. Victor (2021) mostra, de forma indireta, que a invisibilização dessas experiências inovadoras na mídia compromete sua expansão e reconhecimento. Nesse sentido, investir em modelos alternativos é um caminho para reduzir a dependência da monocultura exportadora e fortalecer a soberania alimentar.

A construção de políticas agrárias eficazes em Minas Gerais depende de monitoramento e avaliação contínuos. A ausência de diagnósticos atualizados e de indicadores sociais compromete a capacidade do Estado de formular respostas adequadas. Victor (2021, p. 141) sublinha que “sem dados transparentes e sem participação social, a formulação de políticas agrárias tende a reproduzir desigualdades históricas”. Cosenza (2010) complementa que a democratização da justiça agrária só será possível se os trabalhadores rurais forem reconhecidos como sujeitos de direitos. Desse modo, a avaliação sistemática das políticas públicas deve considerar não apenas os resultados econômicos, mas também os impactos sociais e ambientais da ação estatal.

Em síntese, a realidade agrária em Minas Gerais é marcada por tensões entre o agronegócio e a precarização das comunidades assentadas. Os dados atuais confirmam que o setor é vital para a economia estadual, mas também demonstram que a concentração fundiária e os conflitos persistem como desafios estruturais. Para Cosenza (2010, p. 219), “a luta pela terra em Minas Gerais é, sobretudo, uma luta por cidadania”. Victor (2021), por sua vez, evidencia que a forma como a mídia enquadra essa luta interfere diretamente na legitimidade social das demandas camponesas. Portanto, avançar na reforma agrária mineira exige repensar o modelo de desenvolvimento, fortalecendo a integração entre governos, movimentos sociais e comunidades locais.

A análise da questão agrária em Minas Gerais revela uma realidade marcada por contradições entre crescimento econômico e desigualdade social. Em 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio mineiro alcançou R\$ 235 bilhões, representando 22,2% do PIB estadual (AGÊNCIA MINAS, 2024). No entanto, esse avanço não se traduziu em melhorias significativas para trabalhadores rurais e pequenos agricultores. Como afirma Mançano (2008, p. 42), “a expansão do capital

no campo ocorre muitas vezes em detrimento dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais”. Observa-se que a lógica de crescimento agroexportador tende a acentuar desigualdades, em vez de promover uma distribuição equitativa de benefícios (Mançano, 2008).

Historicamente, a concentração de terras em Minas Gerais remonta ao período colonial, perpetuando um modelo agrário excludente. Stédile (2012, p. 37) destaca que “a terra no Brasil foi distribuída de forma concentrada desde as capitânicas hereditárias, estabelecendo um padrão de desigualdade que persiste até os dias atuais”. Essa estrutura, conforme aponta Masson (2019), continua sendo um dos principais obstáculos para a democratização do acesso a terra no estado. Indiretamente, compreende-se que a permanência de conflitos agrários está relacionada a um processo histórico que privilegia grandes proprietários em detrimento da agricultura familiar e camponesa (Masson, 2019).

Dentro desses conflitos, a disputa por terra foi predominante, somando 1.768 ocorrências em 2024, o maior número da última década (CPT, 2024). Segundo Fernandes (2008, p. 58), “a luta pela terra não pode ser dissociada das estruturas históricas de poder que moldam o campo brasileiro”. O autor reforça que o conflito agrário representa mais do que disputa territorial: trata-se de um processo de resistência camponesa frente a uma estrutura secular de exclusão (Mançano, 2008).

Além da terra, os recursos hídricos emergem como foco de tensões. Em 2024, a CPT registrou 266 conflitos por água, o terceiro maior índice dos últimos cinco anos (CPT, 2024). A entidade afirma que “a disputa pela água revela a expansão de uma fronteira de conflitos socioambientais que se somam à histórica luta pela terra” (CPT, 2024, p. 27). Indiretamente, Masson (2019) enfatiza que o acesso desigual a recursos naturais amplia as condições de vulnerabilidade no campo, evidenciando que a reforma agrária deve incluir também a gestão sustentável da água.

O papel da mídia na invisibilização desses conflitos também merece destaque. Victor (2021, p. 84) observa que “a cobertura midiática tende a celebrar o sucesso do agronegócio, enquanto silencia as vozes dos assentados e trabalhadores rurais”. O autor demonstra que a criminalização dos movimentos sociais está relacionada à construção de narrativas hegemônicas que legitimam o agronegócio e enfraquecem a luta pela terra. Assim, o tratamento midiático da questão agrária em Minas Gerais contribui para reproduzir estigmas contra os camponeses.

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite afirmar que a política

de reforma agrária em Minas Gerais encontra-se tensionada por contradições estruturais e conjunturais. Os dados demonstraram que, apesar do crescimento expressivo do agronegócio, a realidade vivida pelos assentamentos no Vale do Mucuri permanece marcada pela precariedade. Nesse sentido, a luta pela terra em Minas Gerais continua sendo uma luta por dignidade e cidadania, destacando que a função social da terra ainda não foi plenamente incorporada às políticas públicas, o que reforça a desigualdade histórica no campo.

Contudo, é preciso destacar que os assentamentos rurais representam não apenas espaços de precariedade, mas também de construção de alternativas. Experiências de agroecologia, cooperativismo e economia solidária no Vale do Mucuri têm mostrado que é possível desenvolver modelos de produção sustentáveis. Como afirma Mançano, 2008: “a reforma agrária deve ser concebida como política de desenvolvimento, e não como política compensatória” (Mançano, 2008, p. 76).

Este conceito, elaborado e assumido pelo MST a partir de seu VI Congresso Nacional (2014), representa uma ruptura paradigmática com a ideia de “Reforma Agrária Clássica”. Se a reforma clássica visava apenas democratizar a terra para criar um mercado interno e desenvolver o capitalismo nacional (algo que a burguesia brasileira abandonou em favor do agronegócio exportador), a Reforma Agrária Popular propõe um novo projeto de campo e de sociedade, não se restringe à redistribuição de estoques de terras improdutivas (latifúndios). Ela parte da compreensão de que o inimigo mudou: o antagonista não é mais apenas o coronel latifundiário arcaico, mas o agronegócio — uma aliança moderna entre a propriedade da terra, o capital financeiro, as transnacionais de insumos e a mídia corporativa.

Para enfrentar esse bloco de poder, a reforma agrária popular se estrutura em quatro eixos/ democratização fundamentais que transformam a luta pela terra em uma luta pela existência digna de toda a classe trabalhadora (rural e urbana). Portanto, à luz da citação de Mançano, a Reforma Agrária Popular concebida pelo MST é a negação da “política compensatória”. Ela não visa “gerenciar a pobreza” no campo. Ela é um projeto estrutural que propõe: democratizar a terra (contra o monopólio); democratizar a produção (via agroecologia); democratizar o alimento (soberania alimentar); democratizar o saber (educação).

Nesse sentido, a reforma agrária é a atualização histórica da luta de classes no campo: é a disputa entre o modelo de morte do capital (agronegócio) e o modelo de vida da classe trabalhadora (agroecologia e soberania).

Portanto, pode-se concluir que o modelo de desenvolvimento rural em Minas Gerais ainda está fortemente marcado pela lógica do agronegócio. Esse avanço não tem promovido inclusão social para as comunidades assentadas. Como sintetiza Fernandes (2008, p. 62), “o acesso à terra continua sendo o eixo central da luta camponesa. Victor (2021) confirma que a invisibilidade midiática das contradições no campo contribui para manter esse modelo hegemônico sem maiores contestações públicas.

Assim, as considerações apresentadas reforçam a necessidade de uma abordagem crítica e interdisciplinar para a questão agrária em Minas Gerais. Cosenza (2010, p. 193) enfatiza que “a luta pela terra exige reconhecer os trabalhadores como agentes de transformação social”. Mançano (2008) aponta que a função social da terra deve ser central no projeto de reforma agrária popular. Nesse sentido, o estudo aqui realizado contribui para evidenciar as tensões entre crescimento econômico e justiça social, apontando para a urgência de repensar os rumos da política agrária no estado.

A análise da questão agrária em Minas Gerais demonstra que ela está sob a lógica econômica do agronegócio, e que o estado ainda convive com profundas desigualdades fundiárias e sociais. Os dados recentes da Agência Minas (2024; 2025) e da SEAPA (2024) confirmam que café, soja e carne bovina consolidam Minas Gerais como potência exportadora, mas a expansão desse modelo produtivo não garante inclusão social nem redução das desigualdades. Como demonstraram Mançano (2008) e Masson (2019), o crescimento agroexportador reforça a concentração de terras e recursos, ampliando os conflitos no campo e a marginalização da agricultura familiar.

Os registros da CPT (2024; 2025) evidenciam que Minas Gerais continua sendo palco de disputas intensas por terra e recursos naturais, como a água, além da permanência de práticas como o trabalho escravo. Esses dados confirmam a tese de Cosenza (2010), segundo a qual a violência no campo é estrutural e não conjuntural. A criminalização das lutas sociais, reforçada pelo sistema judiciário e pela mídia, como analisa Victor (2021), contribui para a invisibilização da luta camponesa, enfraquecendo a legitimidade de suas reivindicações.

Os estudos de caso do Vale do Mucuri e de outras regiões mineiras reforçam esse diagnóstico: assentamentos que conquistaram a terra ainda enfrentam dificuldades relacionadas à falta de crédito, assistência técnica, saneamento e

infraestrutura. Stédile (2012) lembra que a luta pela terra vai além da conquista de um espaço físico, sendo também uma luta por cidadania e dignidade. A resistência dos movimentos sociais, como o MST, e a atuação da CPT mostram que, apesar das adversidades, a luta camponesa continua sendo uma força viva na disputa pelo futuro do campo.

Portanto, conclui-se que a questão agrária em Minas Gerais permanece um dos grandes desafios para o desenvolvimento rural e para a consolidação da democracia. A economia mineira depende fortemente do agronegócio, o acesso à terra continua comprometido pela concentração fundiária, pela violência estrutural e pela fragilidade das políticas públicas. Como sintetiza Mançano (2008), a luta pela terra é também luta por reconhecimento e dignidade. Assim, repensar o modelo agrário mineiro exige articular crescimento econômico com justiça social, fortalecendo a agricultura familiar, os movimentos sociais e políticas públicas estruturantes que promovam inclusão, cidadania e sustentabilidade no campo.

Minas Gerais ocupa um papel estratégico no cenário agrário nacional, tanto pela sua extensão territorial quanto pela diversidade de povos e comunidades rurais que o compõem. O MST está organizado em muitas áreas entre assentamentos e acampamentos distribuídos nas nove regionais de sua atuação e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), além de comunidades quilombolas e povos indígenas que lutam há décadas pela regularização de seus territórios. Entretanto, a questão fundiária mineira é atravessada por conflitos permanentes, em função da disputa por terras com grandes fazendeiros, empresas de mineração e o avanço do agronegócio sobre áreas de produção camponesa e reservas ambientais.

Segundo o Relatório “Conflitos no Campo Brasil 2023” da Comissão Pastoral da Terra (CPT), as políticas públicas em Minas Gerais voltadas para o campo têm se mostrado insuficientes ou descontinuadas, especialmente no que tange à infraestrutura básica (estradas, energia, habitação), ao acesso a crédito agrícola, à assistência técnica e à comercialização da produção. Os assentamentos, muitas vezes, carecem de escolas, postos de saúde e transporte público, dificultando a permanência digna das famílias no campo e forçando um ciclo de migração para as cidades. Programas federais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) já beneficiaram parte dos agricultores familiares em Minas, mas sua efetividade depende de uma articulação direta com políticas estaduais e municipais que garantam apoio

contínuo. Iniciativas como o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar de Minas Gerais (PRODAF) surgem como tentativas de fortalecer o setor, porém ainda enfrentam desafios em sua execução, principalmente pela falta de orçamento e pela burocracia no acesso aos recursos.

Além disso, as políticas públicas precisam dialogar com a diversidade dos sujeitos do campo mineiro, incluindo assentados, quilombolas, indígenas e trabalhadores em acampamentos, que possuem realidades distintas e necessitam de ações específicas, como programas de titulação de terras, acesso à água (cisternas e barraginhas), incentivo à agroecologia e proteção aos defensores de direitos humanos ameaçados nos conflitos agrários.

Além da luta pelo acesso à terra, os movimentos sociais em Minas Gerais também constroem alternativas de produção e de vida nos assentamentos, defendendo práticas agroecológicas e a valorização da agricultura familiar. José de Souza Martins (1999, p. 88) lembra que “a luta pela terra é também uma luta por cidadania, pois ela redefine a inserção social e política do trabalhador rural na sociedade brasileira”. Assim, os assentamentos não podem ser vistos apenas como unidades produtivas, mas como territórios de vida e resistência.

Diante disso, a organização da questão agrária em Minas Gerais deve ser compreendida como um processo de disputa permanente entre diferentes projetos de campo. De um lado, está o agronegócio, que concentra terras e prioriza a produção voltada para exportação; de outro, os trabalhadores rurais e movimentos sociais, que reivindicam um modelo de desenvolvimento baseado na democratização da terra, na soberania alimentar e na justiça social. Portanto, a reforma agrária é sempre o resultado de uma correlação de forças, e sua efetividade depende da capacidade dos sujeitos sociais em transformar o Estado e suas políticas.

3.2 Os acampamentos e assentamentos no Vale do Mucuri: da luta pela terra à efetivação das políticas agrárias

Segundo Bernardo Mançano (2000), a ocupação é uma forma de acesso à terra e de resistência contra a exploração e a exclusão desencadeadas pelo modelo de desenvolvimento no campo que, na atualidade, é calcado no agronegócio. Assim, a luta pela terra é uma mediação para a compreensão da questão agrária, sendo que a ocupação e a resistência na terra são formas de luta encampadas pelo campesinato,

que se recria nesta contradição de reprodução ampliada do capital, contra o próprio capital. Portanto, a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas ou pelos proprietários de terra. A ocupação, portanto, é uma forma de materialização da luta de classes.

A luta pela terra em Minas Gerais pode ser vista sob o prisma do assalariamento dos pequenos proprietários nas últimas décadas. A transformação destes em assalariados se deu através da expropriação dos meios de produção (pequeno produtor) e do impedimento de acesso à terra para produzir alimentos (moradores, colonos, parceiros, arrendatários). A exploração da grande lavoura supõe concentração da propriedade fundiária que, por sua vez, leva os empresários a pressionarem os pequenos proprietários a lhes venderem a terra. Estes convertem-se em assalariados.

A dinâmica de ocupação de um território tem grande possibilidade de determinar a consolidação da estrutura fundiária do mesmo. Segundo Ribeiro (1996), a história de ocupação das terras do norte e nordeste de Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XV, revela origem das lutas pela terra na região. Até metade do século XIX, a região do Mucuri era desconhecida. Poucas pessoas se aventuravam a explorar ou habitar a região (Ribeiro, 1996). Quando foram despertados para a riqueza que poderiam oferecer aquelas matas - lavoura, lavra e índios para o trabalho - os moradores do Alto Jequitinhonha iniciaram um movimento migratório e de povoamento do Baixo Jequitinhonha e do Mucuri.

A organização dos sem-terra, por sua vez, ocorreu em reuniões organizadas pela CPT, por meio das Comunidades Eclesiais de Base, no município de Poté, em 1984. Cabe destacar que a população que compunha as comunidades era formada por camponeses proprietários, meeiros, posseiros, parceiros, arrendatários, agregados e assalariados. Para abordarmos essa temática, realizamos uma pesquisa bibliográfica que possibilitou aprofundamento teórico-prático essencial para o processo reflexivo das informações obtidas na pesquisa de campo e na observação participante. Entrevistamos os assentados e as assentadas da reforma agrária que residem nos assentamentos rurais no Vale do Mucuri, que são lideranças políticas que estiveram desde a ocupação da terra até os dias atuais.

Como já explicitado na tese, é objetivo da pesquisa compreender a política de

reforma agrária no Vale do Mucuri. Este é o norte que nos auxiliará no quadro da pesquisa e sua análise que se dará neste terceiro capítulo. A construção do histórico do acampamento e assentamentos pesquisados parte da necessidade de analisar a reforma agrária nos assentamentos do Vale do Mucuri/ MG, que vem demonstrando que a política agrária não tem se efetivado enquanto política agrária de fato, com viés redistributivo, portanto política pública de caráter estrutural, mas sim como política social que, diante de critérios focalizados, seletivos e excludentes, aproxima-se de uma política pública fragmentada, distributiva e compensatória. As transformações discutidas foram e são engendradas neste território pelos trabalhadores e trabalhadoras.

Segundo as experiências e demandas coletivas do Movimento Sem Terra de Minas Gerais, o MST atualmente encontra-se territorializado em regionais em Minas Gerais. No caso da regional do Vale do Mucuri, os assentamentos Aruega e Nova Vida, mesmo estando localizados na região do Médio Jequitinhonha, compõem, pela organicidade do MST, a regional Vale do Mucuri, devido à proximidade das áreas com outros municípios desse Vale, como é o caso da aproximação com Teófilo Otoni, cidade pólo da região. Esta também é uma forma de facilitar a organização interna do MST. Assim, atualmente, a regional do Vale do Mucuri é composta por cinco áreas: assentamentos Nova Vida e Aruega, no município de Novo Cruzeiro; assentamento Santa Rosa, município de Itaipé; assentamento Esperança do Vale, no município de Machacalis; e acampamento Mãe Esperança, município de Teófilo Otoni.

Portanto, este estudo apresenta apontamentos sobre as condições de produção e reprodução social dos cinco acampamentos/ assentamentos de reforma agrária organizados pelo MST na região do Vale do Mucuri, do estado de Minas Gerais.

No Vale do Mucuri, observaremos que a “reforma agrária” vem se desenvolvendo a partir da luta pela terra, e que se dá, portanto, pela ocupação da terra pelos trabalhadores rurais. O MST de Minas Gerais nasceu em 1985, no município de Poté, região do Vale do Mucuri, depois que duas pessoas participaram do I Congresso Nacional do movimento, realizado em Curitiba/ PR, em janeiro do mesmo ano. Esse trabalho foi antecedido pela experiência de muitos, principalmente jovens, nas CEBs e nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Em Poté, teve início a organização dos primeiros grupos de trabalhadores sem-terra do estado. Estes foram passos determinantes para a realização da I Assembléia Municipal de Trabalhadores

Sem-Terra e a formação da I Coordenação do MST, que expandiram o processo de articulação e organização para outros municípios da região. A experiência do Vale do Mucuri reforça a importância da mobilização social, da educação popular e da sustentabilidade para a consolidação da reforma agrária no país.

A história da luta pela terra no Vale do Mucuri também se conforma como uma extensão da luta no Vale do Jequitinhonha, devido à proximidade territorial, bem como as características geográficas das regiões. O Mucuri, que abriga em termos geográficos três áreas consolidadas como assentamentos e duas áreas inseridas no âmbito da organicidade política do MST, vem, ao longo dos anos, travando um embate frente ao estado e a União para o total reconhecimento da posse das terras. Tais embates geram entraves como a dificuldade em acessar documentos que os oficializem enquanto agricultores familiares/ produtores rurais, tornando o processo de reconhecimento e sobrevivência das famílias mais difícil, impedindo também o avanço estrutural das áreas.

Entretanto, conscientes de seu papel transformador, as famílias dão continuidade à produção agroecológica e estruturação dos assentamentos que, a partir da captação de recursos via participação em editais, emendas parlamentares e parcerias com universidades e sindicatos, viabilizam equipamentos e maquinários para a produção, comercialização e consequente geração de renda para as famílias. O Vale do Mucuri resiste ao sistema hegemônico e se conforma enquanto geradora de vida e esperança na região, destacando-se nas lutas pela educação no campo, pelo melhoria no saneamento básico e qualidade da água e, especialmente, nas áreas de assentamentos onde os serviços de tratamento e abastecimento são precários e com alto grau de contaminação por caramujos, vetor da doença esquistossomose e, por fim, pela posse da terra.

O mapa abaixo (Figura 1) localiza os assentamentos do MST na regional do Vale do Mucuri, conforme a organicidade do movimento. Este mapa, que mostra a mesorregião do Vale do Mucuri em Minas Gerais, define o contexto geográfico onde os assentamentos Aruega, Nova Vida, Santa Rosa, Mãe Esperança e Esperança do Vale estão inseridos.

3.3 O processo de ocupação e constituição dos acampamentos e assentamentos no Vale do Mucuri

Neste item, iremos construir e reconstruir a história dos assentamentos com base nas entrevistas realizadas, bem como por meio de nossas apreensões durante a realização das visitas, e na participação consentida pelos assentados do MST no Vale do Mucuri, região situada no estado de Minas Gerais. Para conhecer as formas de conservar a história e a memória das lutas por parte dos assentados e militantes, é imperativo compreender a memória não como um arquivo estático do passado, mas como uma ferramenta pedagógica e política viva, essencial para a coesão da identidade coletiva "Sem Terra". Essa preservação materializa-se cotidianamente através da oralidade, onde as narrativas dos pioneiros sobre as ocupações, os enfrentamentos e as conquistas transmitem o "saber-lutar" às novas gerações, e, de forma ritualística, por meio da mística, que mobiliza símbolos, canções e encenações para atualizar os sentimentos de pertença e resistência. Nesse contexto, conservar a memória constitui um ato deliberado de contra-hegemonia, impedindo o apagamento histórico imposto pelas narrativas oficiais e reafirmando a legitimidade da luta pela terra como um processo contínuo e inacabado de construção de dignidade e justiça social.

No Vale do Mucuri, em Minas Gerais, os assentamentos Aruega, Nova Vida, Santa Rosa, Mãe Esperança e Esperança do Vale são símbolos da luta e de resistência camponesa. Esses territórios, fruto da luta organizada pelo MST, constituem espaços de produção, cultura e fortalecimento da identidade camponesa frente ao avanço do agronegócio.

O *Assentamento Aruega*, no Vale do Mucuri, tem contribuído para a revitalização da agricultura familiar na região, promovendo a diversificação de culturas e a implementação de práticas agroecológicas. As comunidades assentadas têm mostrado um potencial significativo para a produção de alimentos, geração de renda e preservação ambiental, desafiando a lógica da monocultura e da degradação dos recursos naturais.

No entanto, a jornada do MST no Vale do Mucuri não tem sido isenta de desafios. Conflitos com grandes proprietários de terras e com as autoridades locais têm sido comuns, e o movimento frequentemente enfrenta resistência de grupos

interessados na manutenção da estrutura fundiária desigual. Apesar das adversidades, o MST do Vale do Mucuri-MG continua a defender seus princípios e a trabalhar pela construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Contudo, a primeira ocupação só se realizou em 1988, nos dias do Carnaval, quando já haviam grupos organizados em 11 municípios dos vales do Mucuri e Jequitinhonha. Essa ocupação reuniu mais ou menos 300 famílias na Fazenda Aruega, de 950 hectares, localizada no município de Novo Cruzeiro, e possibilitou a mobilização da sociedade civil e religiosa de todo o estado, em favor da desapropriação da fazenda. Mesmo com a repressão imposta aos trabalhadores, foi implantado o primeiro assentamento do MST no estado.

Os enfretamentos foram enormes, mas o sentimento que ficou foi de uma árdua vitória e de uma conquista de todos. Hoje, depois de 36 anos, no primeiro assentamento de Minas Gerais, residem 34 famílias que moram numa agrovila, que recebeu água canalizada e luz elétrica. Possuem ainda dois alambiques, uma farinheira, galpão de armazenagem, posto de saúde, que funciona dentro do assentamento, com médico e atendimentos uma vez por mês. Produzem feijão, milho, cana-de-açúcar, mandioca, café, leite, farinha, cachaça, frutas e hortaliças. Além disso, o assentamento possui uma escola estadual que atende as crianças e adolescentes do próprio assentamento e das comunidades vizinhas.

Durante a ocupação, ocorreu um período de repressão na Fazenda Aruega e Fazenda de Sapezinho (ocupada em outubro do mesmo ano de 1988). O governo estadual enviou seiscentos soldados para Novo Cruzeiro, que acamparam ao lado do acampamento Sem Terra com a missão de realizar o despejo das famílias, pois esta era a decisão. O prefeito já divulgava que os sem-terra não permaneceriam na Fazenda Aruega e, menos ainda, na região. Por quatro meses, a área permaneceu bloqueada pela polícia, por meio de um cerco que impedia a entrada ou a saída das pessoas. Isolados, sem alimentação, algumas famílias começaram a desistir. Apesar de toda a mobilização e da pressão popular, a área não foi conseguida e as famílias foram despejadas oito meses depois em Sapezinho. Porém, mesmo com intensa pressão policial, Aruega resistiu fortemente e até hoje têm resistido ao descaso dos governantes.

O Assentamento Aruega é o primeiro assentamento do MST a surgir em Minas Gerais, em 1989, e é, portanto, um exemplo emblemático da luta pela reforma agrária

em Minas Gerais. Representa não apenas uma busca pela redistribuição de terras, mas também uma batalha pela dignidade e pelos direitos dos trabalhadores rurais. Através de suas ações, busca transformar a realidade rural, promovendo uma sociedade onde todos tenham a oportunidade de prosperar e contribuir para o desenvolvimento de sua comunidade.

A pesquisa de campo se deu em maio de 2024 no assentamento, foram escolhidas as lideranças políticas, que acompanharam todo o processo desde a ocupação até os dias atuais, e foram ouvidos também os assentados da agrovila. Conhecemos a escola estadual e a produção de alimentos, como podemos observar nas figuras apresentadas ao longo deste estudo. A seguir, serão apresentadas as sínteses das *histórias das* entrevistadas (os), bem como as análises dos dados a partir dos eixos que foram sinalizados no que se refere a política agrária no Vale do Mucuri-MG.

Em uma entrevista realizada em maio de 2024, dialogamos com dois pioneiros na ocupação da fazenda Aruega e seu processo de constituição como assentamento. Trazemos alguns trechos sobre a fala dos dois assentados³ e estes depoimentos nos trazem elementos no que se refere aos determinantes da pesquisa: como foi o processo de ocupação, o acesso ao crédito no período da ocupação até os dias atuais e como é o acesso do assentamento à política de reforma agrária.

No que se refere ao processo de ocupação do assentamento Aruega, é marcado por um processo intenso de resistência frente às tentativas de despejo que se estenderam por mais de um ano. Durante esse período, a presença ostensiva da polícia em torno do acampamento buscava intimidar as famílias, que chegaram a ser proibidas até mesmo de acessar o rio para coletar água, em clara violação de direitos básicos. A repressão se articulava diretamente com os interesses da União Democrática Ruralista (UDR), entidade que, historicamente, representou os grandes proprietários e defendeu a manutenção do latifúndio no Brasil.

Nesse contexto de forte tensão, os relatos dos assentados resgatam episódios emblemáticos da luta pela terra. Em outubro de 1988, diante da iminência de uma ordem de reintegração de posse, um documento fundamental precisava ser encaminhado a Belo Horizonte para impedir o despejo. A ação de resistência alcançou a esfera política local: o então prefeito de Novo Cruzeiro, Paulo Viana, teria colocado

³A assentada não será identificada como consta no projeto detalhado submetido ao CEP/UFJF.

seu carro à frente de um avião para impedir a decolagem que levaria a liminar à capital, retardando o processo judicial. Além desse episódio, destacam-se os enfrentamentos diretos contra a força policial, em que os próprios trabalhadores, em situações extremas, conseguiram reverter ações repressivas.

Um ponto de grande relevância é o protagonismo das mulheres e crianças no processo de resistência. Ao se colocarem na linha de frente, elas não apenas buscavam impedir a violência física direta sobre os homens, mas também assumiam papel ativo na defesa do território, rompendo com estereótipos de passividade atribuídos às mulheres do campo. Esse gesto coletivo evidencia como a luta pela terra não se restringiu à questão produtiva, mas foi também um espaço de construção de sujeitos políticos e de fortalecimento da identidade camponesa.

Assim, a experiência do Aruega sintetiza as contradições da questão agrária brasileira: de um lado, a violência do Estado, aliado aos interesses latifundiários; de outro, a resistência organizada dos trabalhadores rurais, que, mesmo diante da repressão, construíram estratégias coletivas para garantir o direito à terra e afirmar a legitimidade de sua luta.

Fica clara a repressão e os conflitos pela terra, no depoimento do assentado Bento Semeador:

Naquele tempo era muita polícia acampada em volta do acampamento. A gente vivia cercado, e até pegar água no rio era proibido. As famílias passaram por vários episódios de resistência, mas um dos que mais marcou foi uma ameaça de despejo, que deixou todo mundo em alerta e com muito medo. Mesmo assim, a gente se manteve firme.

Mesmo com a repressão imposta aos trabalhadores, foi implantado o primeiro assentamento do MST no estado. A Fazenda Aruega teve seu nome ressignificado em 2016, quando a área foi decretada assentamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no governo Pimentel. Esta primeira ocupação ocorreu em 12 de fevereiro de 1988, no município de Novo Cruzeiro. Na ocasião, cerca de 400 famílias de 13 cidades vizinhas organizadas pelo MST ocuparam uma fazenda com mais de 700 hectares. E, no local, onde não havia nada plantado, as famílias sem terra produziram alimento, arte e cultura. São produzidos feijão, cana, mandioca, rapadura e cachaça, mas o ponto forte dos companheiros e companheiras Sem Terra é a produção de goma e seus derivados, como biscoito de polvilho e beiju.

O relato da assentada Flora Semente, do Aruega, expõe de forma contundente

a invisibilidade de gênero que permeia as políticas agrárias brasileiras. Apesar de sua identidade como trabalhadora rural, com uma vida inteira dedicada à produção agrícola, ela denuncia a inexistência de qualquer política de fomento direcionada especificamente às mulheres do campo, o que a exclui do reconhecimento estatal como sujeito de direitos produtivos.

Essa exclusão é agravada por uma barreira geracional e fundiária. Na condição de filha do titular do lote, ela é legalmente categorizada como "dependente", o que a impede de possuir a documentação da terra em seu nome. Essa ausência de titularidade cria um impasse intransponível no acesso ao crédito. Por um lado, ela não é elegível para as linhas de financiamento; por outro, seu pai, o detentor legal da posse, enfrenta restrições devido à idade avançada, um critério frequentemente utilizado para negar crédito a agricultores idosos. Cria-se, assim, um ciclo de exclusão que penaliza tanto a juventude que deseja permanecer no campo quanto os assentados mais velhos. O depoimento indica que esta não é uma situação isolada, mas uma realidade recorrente no assentamento Aruega, cuja população é majoritariamente idosa.

A denúncia de que, ao longo de 36 anos, o acesso às políticas agrárias lhe foi sistematicamente negado reforça o caráter crônico e institucionalizado do problema. A experiência da entrevistada, portanto, materializa a interseccionalidade das opressões no campo: sua condição de mulher, jovem (em relação ao titular) e sem-terra (legalmente falando) a coloca em um ponto cego das políticas públicas, desvalorizando seu trabalho e inviabilizando o futuro produtivo de sua família.

O relato de Flora Semente aponta, entre inúmeros elementos, a necessidade de organização para a reivindicação de melhorias para a infraestrutura básica nos assentamentos rurais. Afinal, é começando a organização e a mobilização destes sujeitos que tal conjuntura pode ser revertida.

Ainda pela entrevista, é possível perceber que as políticas sociais mais acessadas são o Programa Bolsa Família e o SUS, pois existe um posto de saúde no assentamento.

A entrevistada fomenta a política de educação no assentamento, pois é professora da escola estadual e defensora da educação pública. Ela coloca a importância do assentamento ter uma escola que atenda a comunidade, que consiga trazer a mística do MST, que ancore a educação na realidade local e a conecte

diretamente ao projeto de transformação social defendido pelo movimento. Flora Semente argumenta que não basta ter uma escola *no campo*, é preciso construir uma "Educação *do Campo*", que forme sujeitos capazes de pensar criticamente sobre seu território e de lutar por um projeto de agricultura sustentável, cooperação e justiça social.

A entrevista nos possibilitou compreender como tem se efetivado a política agrária no Assentamento Aruega. O segundo assentado entrevistado foi Bento Semeador, liderança política a qual descreve que, quando entraram para a fazenda, em 02 de fevereiro de 1988, ficaram seis anos acampados. O processo de ocupação para o assentamento foi bem complexo, por ser a primeira ocupação do estado do MST. Segundo ele, a população ficou muito reativa naquela época, e os anos foram de perseguição de policiais, de fazendeiros e pistoleiros que ameaçavam as lideranças. Assim, a repressão foi enorme contra o povo, que passou fome durante o processo. Existiam muitas crianças no acampamento e chegavam muitas doações de alimentos. A polícia barrava, na estrada, estas doações e, portanto, não conseguiam chegar no acampamento. Neste período, aconteciam vários conflitos, ameaças, sendo que os trabalhadores não podiam sair da área do acampamento. E foi, portanto, com muita pressão e com muitas lutas do MST, com o apoio do sindicato e da igreja, com a ocupação em órgãos públicos, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que os assentados conseguiram desapropriação da terra em 1992, foi realizada a compra da área pelo estado no final de 1992 e assim a desapropriação. Com muita luta do MST e ocupação de órgãos públicos, o estado comprou a área, o INCRA pagou o ex-proprietário e assim os assentados conseguiram a posse da terra.

No que se refere ao processo de ocupação, isso fica claro com a afirmação do entrevistado Bento Semeador, quando diz:

Ficamos seis anos debaixo da lona, sofrendo perseguição de polícia, de pistoleiros, muitas vezes passamos fome, a polícia barrava os caminhões de comida, na época era quase 400 famílias. Aconteceu de pegar um companheiro nosso e jogar em cima de um formigueiro, ele ficou muito machucado e quase veio a óbito.

A narrativa sobre o período do acampamento evidencia que a repressão estatal transcendeu a contenção de um protesto, configurando-se como uma grave e sistemática violação de direitos humanos. A estratégia adotada pelas forças policiais pode ser analisada pela ótica no qual direitos fundamentais foram suspensos. O uso

da fome como instrumento de coação política foi a tática mais proeminente, materializada no bloqueio deliberado da ajuda humanitária destinada a um grupo que incluía um grande número de crianças.

A ação policial de interditar as vias de acesso para impedir a chegada de doações, somada à proibição de saída dos trabalhadores, caracteriza a imposição de um cerco com o objetivo de promover a asfixia social e econômica do movimento. A restrição à liberdade de ir e vir e a exposição da comunidade a uma situação de penúria e ameaças contínuas revelam uma lógica de atuação que não visa a mediação do conflito, mas a subjugação dos sujeitos em luta. Tal prática demonstra um padrão de criminalização dos movimentos sociais, no qual os acampados são tratados não como cidadãos detentores de direitos, mas como um inimigo a ser vencido pela exaustão.

Quanto ao acesso às políticas públicas no assentamento, pela fala da liderança, percebemos que conseguem acessar a previdência, assistência social e saúde (de 1995 em diante, começaram a ter acesso aos atendimentos médicos, uma vez por mês, no posto de saúde do assentamento) do município, da cidade de Novo Cruzeiro-MG. Sobre este acesso:

Aqui no assentamento a gente até consegue algumas coisas do governo. Tem a previdência, tem a assistência social, e de uns anos pra cá a saúde também melhorou um pouco. Lá por 95 começou a vir médico do postinho de Novo Cruzeiro, uma vez por mês. Não é tudo que a gente precisa, mas já ajuda bastante pra nós que moramos aqui.

No assentamento Aruega, hoje em dia, vivem mais idosos aposentados, pois sem fomento à construção e desenvolvimento dos assentamentos, os jovens saem do campo atrás de oportunidades na cidade, o que acaba por esvaziar o assentamento comprometendo também a luta dos trabalhadores sem terra - MST.

A trajetória de acesso ao crédito no assentamento revela um processo gradual, porém seletivo, que acompanhou as diferentes fases de consolidação da comunidade. Logo após a ocupação, as famílias conseguiram acessar linhas de crédito iniciais e de caráter mais emergencial, como o Crédito Fomento e o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera), que foram fundamentais para a estruturação mínima dos lotes.

Mais recentemente, há cerca de três anos, o assentamento logrou acessar uma política de crédito mais robusta e voltada para o fomento produtivo: o PRONAF

Custeio, especificamente para a produção de gado leiteiro. Contudo, o depoimento evidencia que este avanço não beneficiou a totalidade dos moradores. O acesso a essa linha de crédito foi condicionado pela regularidade documental de cada família, exigindo a posse do Contrato de Concessão de Uso (CCU) e outros documentos da terra. Isso demonstra que, mesmo dentro de um assentamento formalizado, a burocracia atua como um filtro, criando uma diferenciação interna entre as famílias aptas e as não aptas a acessarem as políticas de desenvolvimento rural.

Quanto ao processo de acesso ao crédito, podemos perceber também que os assentados no Aruega, mesmo conseguindo ocupar a terra, não têm acesso às políticas agrárias necessárias para o fortalecimento da produção, a melhoria da infraestrutura e a garantia de condições dignas de permanência das famílias no campo. Fica claro, no depoimento do entrevistado seu Bento Semeador:

Olha, a burocracia é tanta que parece que é feita pra gente não conseguir ter acesso. Aqui no Aruega, poucas famílias conseguiram pegar o crédito fomento, o Procera, o Pronaf Custeio ou até o crédito de habitação, que era só quatro mil reais. A gente não quer a titularização da terra, porque aí corre o risco de alguma família vender o lote. O que a gente defende é a concessão de uso, porque ninguém aqui tem pretensão de vender a terra, a gente quer é produzir. O MST quer ficar na terra. Pra nós, isso é o que importa. Agora, pro banco da terra é importante por causa dos impostos, mas pra gente o que vale mesmo é ter segurança de que vamos permanecer produzindo aqui.

Assim fica claro que as famílias conseguiram acessar poucos programas de crédito, mas acesso às políticas agrárias, que é um sistema integrado e multidimensional de ações do estado, que visam garantir não apenas a produção, mas a permanência digna e sustentável das famílias no campo, continua até os dias atuais inexistente.

Reconhecemos que o Assentamento Aruega constitui-se em um marco histórico da luta pela terra em Minas Gerais, por ter sido uma das primeiras grandes ocupações organizadas pelo MST no estado, em 1988. Essa centralidade histórica conferiu ao Aruega uma forte visibilidade política, tornando-o referência para outros processos de luta fundiária na região. Contudo, quando se analisa a efetivação da política agrária no assentamento, percebe-se uma realidade marcada por contradições entre a conquista da terra e a efetiva implementação de políticas públicas estruturantes.

Embora o assentamento tenha garantido o direito à terra por meio da

mobilização social e da pressão política, o acesso às políticas agrárias tem ocorrido de forma fragmentada e insuficiente. Programas como o PRONAF, o PAA e o PNAE são acessados de maneira pontual e não conseguem atender a todas as necessidades das famílias. A ausência de assistência técnica contínua, de crédito produtivo adequado e de investimentos em infraestrutura limita a capacidade de o assentamento consolidar-se como espaço de produção sustentável e de reprodução social com dignidade. Assim, são grandes os entraves estruturais impostos pela morosidade do estado em implementar uma política agrária que vá além da distribuição da terra.

Dessa forma, o Assentamento Aruega ilustra, de um lado, o êxito da luta popular em conquistar o acesso à terra e consolidar uma comunidade rural com memória de resistência. Por outro lado, evidencia os limites da política agrária em Minas Gerais, especificamente no Vale do Mucuri, que permanece restrita e insuficiente, deixando a cargo da organização coletiva dos trabalhadores e de suas redes de apoio a responsabilidade de garantir condições mínimas de permanência no campo. Assim, o caso de Aruega confirma a tese de que a luta pela terra é apenas a primeira etapa, sendo igualmente desafiadora a luta pela efetivação de políticas agrárias que assegurem crédito, assistência, infraestrutura e inclusão produtiva de forma contínua e universal.

Já o *Assentamento Nova Vida* fez 23 anos, dia 14 de abril de 2002, filho de Aruega, como chamam as lideranças. No processo de acampamento, resistiram 13 anos, e até hoje não tiveram acesso a crédito, moradia, não tiveram fomento para a produção no assentamento, que vem produzindo feijão atualmente.

Em 2001, o MST começa a retomada da luta no Vale do Mucuri e Jequitinhonha, que começou com a ocupação da fazenda em Machacalis, depois com outra ocupação em Jequitinhonha do Assentamento Franco Buarque. Depois disso, foram para Felisburgo⁴, onde teve o massacre em área devoluta. Logo após, vieram para Teófilo Otoni, onde houve a resistência contra o latifúndio.

Este foi um momento em que o MST foi expandido no Vale, de 2001 até os dias

⁴O Massacre de Felisburgo ocorreu em 20 de novembro de 2004, no município de Felisburgo, em Minas Gerais, quando homens armados, a mando do fazendeiro Adriano Chafik, atacaram o acampamento “Terra Prometida”, organizado pelo MST. A ação resultou em 5 trabalhadores rurais assassinados e ao menos 20 feridos, além da destruição de moradias e plantações. O episódio tornou-se um marco da violência no campo brasileiro e evidenciou os limites da atuação estatal na garantia de direitos aos trabalhadores sem-terra (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, *Conflitos no Campo Brasil 2004*, Goiânia: CPT, 2005).

atuais. A retomada da luta do MST veio a partir da necessidade, pois neste momento o povo do campo passava por uma séria situação de pobreza, não era possível atender necessidades básicas do povo do campo.

No assentamento Nova Vida, em uma entrevista com a primeira liderança do movimento, o assentado Jonas da Luta conta sobre a trajetória militante desde os 11 anos de idade, dentro do MST, e como organizou as lutas e em coletividade. Depois de treze liminares de despejo, o Assentamento Nova Vida, que tinha o mesmo dono de Aruega, e a Fazenda Gravatá, que era abandonada e não cumpria a função social, foram ocupados pelo MST. A terra é muito fértil e, sendo assim, logo no primeiro ano, produziram muito e conseguiram vender a preço baixo para a comunidade local. A produção de feijão agroecológico têm sido, até os dias atuais, no assentamento Aruega, produção em grande escala.

Sobre o processo de ocupação do assentamento Nova Vida, durante 13 anos seguidos, foram 13 liminares de despejos até a conquista do assentamento em 2015. O que salvou e garantiu a resistência das famílias e a não realização do despejo foi a grande articulação com a sociedade que sempre deu todo apoio para o acampamento.

A grande quantidade da produção organizada pelas famílias também cumpriu papel fundamental na resistência. O assentamento Nova Vida é uma das localidades da região onde mais se produz feijão e milho, abastecendo o comércio local, inclusive jogando para baixo os preços destes alimentos no mercado. Então, a produção foi um elemento da resistência ao despejo. O Assentamento se concretizou em 1989, quando o INCRA determinou a área como improdutiva, dando causa ganha aos acampados.

Sobre a ocupação da Fazenda Gravatá, município de Novo Cruzeiro, realizada no dia 14 de abril do ano 2002, o acampamento denominado Nova Vida foi construído durante a Jornada Nacional de lutas pela reforma agrária. O acampamento é um espaço de luta e resistência. Do ponto de vista físico, é o local onde são construídos os vários barracos de lona, em Aruega, constituindo uma agrovila. Essa forma de organizar deu vida e sentido ao acampamento que também era o local de organização da resistência, das festas, celebrações e da luta pela reforma agrária (Carvalho, 2000). Também no Dicionário da Educação do Campo (2012) caracteriza-se o acampamento como uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da reforma agrária.

Na ocupação da Fazenda Aruega, o papel das mulheres foi profundamente

marcante. Elas não hesitaram em colocar seus corpos à frente, de mãos dadas com seus filhos e filhas, formando uma verdadeira barreira humana diante da violência policial. Esse gesto, longe de ser ingênuo, carregava um simbolismo potente: ao se colocarem na linha de frente, sabiam que sua presença e a das crianças poderiam frear, ainda que por instantes, a brutalidade do estado e expor as contradições de um país que, em pleno século XXI, ainda mantém de pé as “cercas do escravismo colonial”. Enquanto isso, os homens cuidavam da retaguarda, compondo um cenário coletivo de coragem, em que cada vida se tornava parte de uma engrenagem de resistência.

Essa cena evidencia que a luta pela terra vai além da disputa material; ela é também um ato de memória e de enfrentamento aos velhos mecanismos de exclusão. Nesse contexto, a práxis emancipatória do MST se revela inseparável da própria realidade social brasileira, pois traduz a resistência cotidiana dos povos do campo contra o agronegócio excludente, o latifúndio e a lógica predatória que transforma bens comuns em mercadoria. Trata-se de um projeto que não apenas desafia a concentração de terras, mas também aponta para novos modos de viver e produzir, enraizados na solidariedade, na coletividade e na preservação da vida.

O processo de formação do Assentamento Nova Vida foi marcado por uma batalha jurídica de longa duração, que testou a resistência da comunidade por treze anos consecutivos. Durante esse período, os acampados viveram sob a ameaça constante de despejo, enfrentando um total de treze liminares de reintegração de posse. A conquista definitiva da terra, ocorrida somente em 2015, foi o resultado de uma persistente luta no campo e nos tribunais.

O fator determinante para a permanência das famílias e para a não efetivação das ordens de despejo foi a exitosa estratégia de articulação do acampamento com diversos setores da sociedade: setores da sociedade civil (moradores da cidade de Novo Cruzeiro), as igrejas e outras organizações religiosas e diversos segmentos progressistas, principalmente da Igreja Católica (via pastorais).

A construção de uma ampla rede de apoio político e social funcionou como um escudo de proteção para a comunidade, garantindo a visibilidade do conflito e o suporte necessário para sustentar a resistência ao longo de mais de uma década de instabilidade e ameaças.

Percebemos este conflito pela fala do assentado Jonas da Luta, que conta

sobre como foi o processo de ocupação da fazenda Gravatá:

Houve muita repressão policial mas nós resistimos, ficamos sem alimento, mas nunca sem esperança. Chegamos na terra e colocamos a lona e a bandeira, que são símbolos de representatividade do Movimento dos Trabalhadores. O que tem acontecido é que o governo federal, estadual tem um descaso pela luta pela terra no Brasil e em Minas Gerais, por que não tem recurso nenhum aplicado. A luta pela terra não é somente conquistar o território livre, mas, e mais importante, desenvolver dentro dele com luta e organização do movimento. Nossas moradias foram feitas todas pelo próprio povo, sem política pública nenhuma. Ninguém do assentamento Nova Vida conseguiu acesar crédito de fomento. Mesmo com o sindicato que sempre esteve a frente com o MST nas lutas, não conseguimos. A reforma agrária popular é uma necessidade para criar assentamento, para acabar com a violência, fome e miséria, pois o campo é melhor lugar de se viver. Estamos construindo uma biblioteca, pois não acessamos nenhuma política de educação também, pois na história de lutas do movimento no vale do Mucuri, o governo sempre negou acesso aos assentamentos. A política de reforma agrária não interessa aos governantes. O desafio é muito grande ao MST Mucuri, de construir o próprio assentamento, construir sua cultura, educação e lazer.

Percebe-se pela fala liderança entrevistada, Jonas da Luta, que o processo de resistência vivido pelas famílias no acampamento foi marcado por um cenário de forte repressão e violência. Os relatos dos assentados evidenciam a presença constante da polícia no entorno, criando uma atmosfera de vigilância e intimidação, a ponto de impedir até mesmo o acesso à água do rio, elemento essencial à sobrevivência. Soma-se a isso a intensa articulação da União Democrática Ruralista (UDR), que atuava como força contrária à permanência das famílias na terra, mobilizando estratégias de pressão política e reforçando a criminalização do movimento.

As falas coletadas também destacam episódios específicos que se tornaram símbolos da resistência, como a ameaça de despejo em outubro de 1988. Essa situação revelou, de um lado, a vulnerabilidade dos trabalhadores diante da estrutura de poder ruralista e, de outro, a capacidade de organização e enfrentamento coletivo do grupo. Desse modo, os depoimentos não se reduzem a memórias individuais, mas expressam a dimensão histórica da luta pela terra, em que a resistência cotidiana das famílias se contrapôs às tentativas de perpetuar um modelo agrário excludente. Isso fica claro na fala do assentado:

Só conseguimos acessar o crédito do Banco do Nordeste, pois conseguimos uma declaração de posse. No Nova Vida e Aruega, a juventude é a mais prejudicada, o banco só acessa programas de reforma agrária, as mulheres agora que começaram a acessar. Nossa pauta é constante e continua sempre em renovação. O principal ponto de pauta é a terra. A terra continua em nome

do Estado, já pedimos que a terra fosse transferida para o INCRA, que fosse desapropriada para liberar o CCU (Carta de Consessão de Uso) para os assentados, mas nada.

Quando perguntamos sobre o acesso à política agrária, pela fala de Jonas da Luta, percebe-se que o acesso se restringe quando se pauta as políticas públicas, e que a reforma agrária está longe de ser conquistada:

Olha, a reforma agrária anda muito devagar. A terra a gente conseguiu com muita luta, mas depois que o assentamento foi criado o apoio do governo foi enfraquecendo cada vez mais. O que chega de verdade é só o básico, como o Bolsa Família, que muitas famílias ainda dependem. Mas quando a gente fala de política agrária, aquela que dá crédito, assistência técnica, infraestrutura e mercado pra nossa produção ainda falta muito. Parece que conquistar a terra foi só o primeiro passo, porque a luta agora é pra permanecer nela e garantir uma vida digna todos os dias.

Uma questão importante que Jonas da Luta coloca é a intensificação de atividades de prospecção e exploração mineral, que pressiona territórios camponeses e assentamentos da reforma agrária no Vale do Mucuri, em Minas Gerais, vinculados ao MST, reconfigurando usos do solo, regimes de água e a própria sociabilidade que sustenta a vida no campo.

Assim, a exploração do lítio, que já tem sido olhada por instituições que, segundo os assentados, fizeram um levantamento com os próprios sobre a existência do material no vale do Mucuri, se conduzida sob a lógica clássica do extrativismo, tende a reproduzir desigualdades históricas, convertendo a “transição energética” em mais um ciclo de expropriação; em contrapartida, defende-se um caminho de transição justa, ancorado na soberania dos territórios, na participação vinculante das comunidades e na compatibilização entre proteção de bens comuns e economias de base agroecológica.

O Vale do Mucuri não é uma paisagem vazia à espera de investimentos: é uma tessitura de rios intermitentes, veredas e pequenas serras, de onde se desenha a agricultura familiar, o trabalho coletivo nos lotes, feiras agroecológicas, escolas do campo e práticas de cuidado ancoradas em redes de vizinhança. Nos assentamentos, a terra conquistada é, ao mesmo tempo, produção e abrigo, e sua defesa se faz com a memória de conflitos, marchas e processos de organização. A chegada do lítio — seja em forma de sondagens, autorizações de pesquisa, abertura de estradas de serviço ou negociações opacas — interrompe ritmos, instala ruídos e redistribui

incertezas: quem decide sobre a água do córrego? O que acontece com as áreas de reserva legal? E com os planos de manejo e as hortas que dependem de nascentes frágeis no período de estiagem?

Mesmo com tantas dúvidas os assentados seguem na luta, eles próprios contruíram uma biblioteca no assentamento, pois veem a necessidade de um lugar para formação política para o movimento, espaço de aprendizagem.

A biblioteca Comunitária e Espaço Cultural Mafalda é um exemplo notável da iniciativa e organização da comunidade no Nova Vida. O projeto, que começou a ser concebido entre 2003 e 2016, com inspiração no programa federal "Arca das Letras", ganhou um novo impulso em 2019. Naquele ano, um espaço que servia como depósito foi ressignificado a partir de uma parceria com estudantes de medicina da UFVJM, que promoveram rodas de conversa sobre saúde coletiva. Paradoxalmente, o período da pandemia de COVID-19 fortaleceu a mobilização para a construção do espaço, que era inicialmente planejado como uma simples reforma.

O local transcende a função de uma biblioteca tradicional, consolidando-se como um dinâmico centro cultural. Suas atividades são voltadas para o fortalecimento da identidade e da memória da comunidade, incluindo a exibição de filmes por meio do projeto "Cinema da Terra", a realização de oficinas de literatura e a organização de campanhas para arrecadação de livros.

Um dos projetos centrais do espaço foi a montagem de uma exposição sobre a história do próprio grupo, focada na trajetória da luta pela terra em Minas Gerais. A Biblioteca Mafalda, portanto, materializa a transformação de um espaço físico negligenciado em um vibrante núcleo de cultura, educação popular e organização política, conferindo um novo "sentido" ao local, como almejado pelos seus idealizadores.

No Assentamento Nova Vida, a luta pela terra se desdobra na luta pelo direito à educação, materializada em um projeto de alfabetização de jovens e adultos. Esta iniciativa local faz parte de uma ação mais ampla do MST em Minas Gerais, a "Jornada Mineira de Educação", que implementa o método de aprendizagem "Sim, Eu Posso". Inspirado na exitosa campanha de alfabetização cubana que erradicou o analfabetismo no país, o método "Sim, Eu Posso" é reconhecido por sua eficácia, utilizando a associação entre números e letras para facilitar o processo de aprendizagem. A jornada abrange diversas regiões do estado, incluindo os Vales do

Mucuri e Jequitinhonha, o Vale do Rio Doce, a Região Metropolitana e o Norte de Minas.

A escolha do método "Sim, Eu Posso" é emblemática pelos educadores que tem participado dessa experiência no assentamento. Trata-se de uma adaptação da campanha cubana de alfabetização, o que insere a iniciativa local em um horizonte internacionalista de pedagogias voltadas para a transformação social. A metodologia, que parte da realidade dos educandos associando números a letras, dialoga com os princípios da Educação do Campo, que busca construir um conhecimento significativo e enraizado na cultura camponesa.

A presença de um projeto de alfabetização de jovens e adultos no Assentamento Nova Vida exemplifica a concepção do MST sobre a educação como uma práxis emancipatória, intrinsecamente ligada à luta pela terra. Para o movimento, a superação do analfabetismo não é apenas uma política social compensatória, mas um ato político fundamental para a formação de sujeitos críticos e o fortalecimento da organização de base, confirmando o princípio da fala da assentada de que "a questão da educação é luta pela reforma agrária. A estrutura do projeto no assentamento se desenvolve com aulas regulares para uma turma de adultos e reuniões semanais de planejamento pedagógico — revela um alto grau de autonomia e auto-organização comunitária." A comunidade não apenas recebe um programa, mas o constrói e o gera coletivamente. Portanto, a sala de aula no Nova Vida transcende seu papel instrucional, tornando-se um espaço de fortalecimento da identidade, de desenvolvimento da consciência política e de consolidação do próprio território como um lugar de produção de vida e de saber.

Ainda no assentamento Nova Vida, segundo a liderança entrevistada Aurora do Campo, o assentamento vem se reconstruindo na luta e se fortalecendo através do movimento no Mucuri-MG. Ela conta sobre como é difícil o acesso das famílias ao crédito, à educação, à saúde. Como é um assentamento que não foi desapropriado pelo INCRA, não tem este acesso, diferentemente do Aruega. É uma luta pela construção da reforma agrária popular, que perpassa com iniciativas que não são as oficiais, mas com a comunidade. Os tratores que conseguiram para produção agrícola foram por emenda parlamentar.

Em 1990, em Aruega, houve o projeto de construção da escola e isso impulsionou esta iniciativa no Nova Vida, através dos educadores voluntários. Assim,

em 1991, a escola formal é construída, funcionando apenas os anos iniciais, através de um projeto que trouxe a luz até a escola. Tivemos a marcha com uma das pautas que era justamente a extensão de série na escola, que só foi feita em 2000, de quinta a oitava série. Em 1997, houve a realização da marcha, mesmo ano do massacre de Carajás.⁵

Na fazenda Aruega, as famílias conseguiram resistir até a conquista efetiva do assentamento. Foram assentadas 25 famílias no ano de 1992. Passados 36 anos de assentamento, residem atualmente na comunidade cerca de 42 famílias, 106 pessoas, e, em média 70 pessoas que são os filhos, filhas, netos e netas dos assentados migraram para outras cidades. Também convivem com o dilema da migração, uma realidade marcante nos assentamentos rurais e que se manifesta, sobretudo, na vida da juventude. Muitos jovens, diante das limitações impostas pela falta de oportunidades no campo, acabam sendo atraídos pelas promessas de emprego e renda nas cidades, ainda que frequentemente se deparem com condições de trabalho precárias, mal remuneradas e desprovidas de direitos. Esse movimento migratório não é apenas uma escolha individual, mas o reflexo de uma estrutura agrária desigual que historicamente negou políticas públicas efetivas para a permanência das novas gerações no campo. Assim, o dilema da migração juvenil revela a contradição entre o desejo de construir um futuro digno em seus territórios e a realidade concreta que empurra os jovens para fora deles, enfraquecendo laços comunitários e comprometendo a continuidade da vida camponesa.

A agroecologia, no âmbito do projeto político do MST, tem como objetivo, a partir da proposta da reforma agrária popular, garantir a produção de alimentos saudáveis em larga escala, voltados ao atendimento das necessidades do povo brasileiro. Essa perspectiva está articulada à recuperação e ao cuidado dos bens comuns da natureza – terra, sementes, biodiversidade, água, matas e florestas – compreendidos como patrimônio coletivo que deve ser preservado (MST, 2020, p. 2). Ao mesmo tempo, a agroecologia assume um caráter cultural e político de resistência, constituindo-se como parte de um processo contínuo de enfrentamento às contradições estruturais da sociedade, e de construção de modos de vida mais justos

⁵O Massacre de Eldorado dos Carajás ocorreu em 17 de abril de 1996, no estado do Pará, quando a Polícia Militar atacou cerca de 1.500 trabalhadores rurais sem-terra que realizavam uma marcha organizada pelo MST na rodovia PA-150. A repressão resultou em 21 mortos e dezenas de feridos, configurando um dos episódios mais violentos da luta pela terra no Brasil contemporâneo (CARTER, Miguel. *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 215).

e sustentáveis.

Nesse contexto, a produção massiva de alimentos aparece como dimensão prática essencial da reforma agrária popular, pois, sem ela, a luta pela terra perderia legitimidade social. Os assentamentos, assim, organizam-se não apenas como espaços de produção, mas como territórios de vida que expressam outra ontologia do trabalho, na qual ele se realiza em sua forma livre, criativa e emancipatória. Este processo descrito pelos assentados traz elementos importantes para o debate da compreensão do desenvolvimento da política agrária no Vale do Mucuri-MG, com o também o processo de resistência e lutas dos assentados .

No *Acampamento Mãe Esperança* (Figura 2), temos particularidades ao longo da discussão apontadas em relação ao movimento social, ao processo de ocupação, às famílias envolvidas na mesma e seus históricos de luta/ militância, foram determinantes para a organização, constituição e consolidação dos assentamentos, resguardadas suas singularidades. O acampamento Rural Mãe Esperança, localizado em Teófilo Otoni, Minas Gerais, tem uma história que reflete o processo de luta dos trabalhadores rurais sem terra e suas particularidades da região do Vale do Mucuri. Este assentamento foi criado como parte da luta mais ampla dos trabalhadores rurais sem terra, visando a redistribuição de terras e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais.

Figura 3 – Assentados moradores do Assentamento Mãe Esperança – MG em 2024



Fonte: Arquivo da autora

O engajamento na luta travada pelo MST, nos permite refletir sobre várias possibilidades, inclusive de discutir a concentração de terras que perdura na sociedade brasileira e a perspectiva da reforma agrária popular como estratégia de emancipação.

O processo de constituição do acampamento iniciou-se a partir da identificação de áreas subutilizadas ou concentradas nas mãos de poucos proprietários, o que gerou a mobilização dos trabalhadores e a intervenção do INCRA. Contudo, a avaliação realizada pelo próprio órgão apontava a inviabilidade econômica da área, além de limitações quanto à sua capacidade de sustentar adequadamente as famílias assentadas. Apesar de restrições, o acampamento é registrado oficialmente pelo INCRA como assentamento, ainda que, na prática, os trabalhadores permanecessem em condições precárias de acampamento, sob lonas. Essa "formalização administrativa" não é acompanhada da efetivação material das políticas de reprodução social e econômica (como infraestrutura, crédito e habitação), de modo que o Estado cumpre a etapa burocrática, mas não cumpre a função de garantir as condições mínimas de dignidade. Assim, a reforma agrária, nesse contexto, arrisca-se a ser apenas uma política de regularização fundiária, e não uma política de desenvolvimento integral.

Essa situação evidencia uma contradição recorrente nas políticas de reforma

agrária: a formalização administrativa de assentamentos que, materialmente, não oferecem as condições mínimas para garantir a reprodução social e econômica das famílias, revelando a distância entre a política instituída e a realidade vivida pelos sujeitos do campo.

Após a desapropriação das terras, houve a demarcação e distribuição dos lotes entre os agricultores, acompanhada pela implementação de infraestrutura básica, como estradas e fornecimento de água. Porém, as famílias não receberam apoio técnico e financeiro para desenvolver a agricultura e garantir a sustentabilidade do assentamento.

A constituição do Assentamento Rural/ Acampamento Mãe Esperança envolveu também a organização comunitária e a criação de associações locais, o que facilitou a implementação de projetos coletivos e a cooperação entre os moradores. O processo foi marcado por desafios, como a adaptação à nova realidade e a necessidade de capacitação contínua para a gestão das propriedades. Esse acampamento representa um passo importante na busca pela justiça social e pela promoção de uma distribuição mais equitativa das terras no Brasil.

A pesquisa foi realizada em uma reunião com os assentados, pois Amarro Terra Forte, liderança do movimento, preferiu a entrevista coletiva com um grupo de acampados e acampadas que esteve desde a ocupação do território até os dias atuais, o que possibilitou um relato rico da história e condição de vida dos acampados do Mãe Esperança. Em 2004, ocorreu a ocupação do Assentamento Mãe Esperança, sendo um processo de muita luta, os assentados passaram enchentes, frio, fome e, mesmo assim, há vinte anos resistem no local.

Segundo relato da liderança Amarro Terra Forte, o processo de ocupação durou um dia inteiro. Os assentados, no dia 09 de maio de 2004, seguiram para a fazenda, mas tiveram uma surpresa: a polícia já estava esperando na estrada, pois havia uma informação de que o MST iria fazer uma ocupação naquele dia. A polícia barrou todos os carros com todos os alimentos, e foram seguindo a pé até a fazenda. A polícia todo dia tentava entrar no acampamento, ficavam de guarda, e foi assim por muito tempo.

Sobre o processo de ocupação da fazenda Itamunhec, em 7 de maio de 2001, cerca de 250 famílias ocuparam provisoriamente uma área devoluta no município de Pavão, permanecendo ali por aproximadamente um mês. Desde o início, enfrentaram

forte repressão policial: as autoridades constantemente alegavam que a terra possuía proprietário e exigiam a saída dos acampados, situação que se prolongou por cerca de dois anos. Após cinco anos de resistência, foi firmado um acordo que permitiu o uso da área pelas famílias. Entretanto, o desgaste da luta e as dificuldades de permanecer no local levaram muitas a desistirem ao longo do processo, restando cerca de 50 famílias que decidiram permanecer e dar continuidade ao assentamento.

No entanto, ao longo desse tempo, muitas famílias acabaram desistindo diante das dificuldades impostas pela luta diária e pela insegurança quanto à permanência na área. Assim, do número inicial de 250 famílias, restaram aproximadamente 50 famílias, que persistiram no território, mantendo viva a luta pela terra e pela transformação do acampamento em um assentamento definitivo.

A área conquistada inicialmente possuía apenas 50 hectares, sendo insuficiente para abrigar todas as famílias acampadas. Essa limitação gerou discussões internas e levou parte do grupo a se articular em busca de novas estratégias de resistência. Nesse contexto, surgiu a decisão de somar forças em uma ocupação regional, no município de Joáima, na Fazenda São Geraldo. No entanto, sobre essa área recaía uma ordem de despejo, o que obrigou as famílias a buscarem alternativas. Foi assim que muitos seguiram para a chamada Terra Prometida, no município de Felisburgo, onde continuaram a luta pela permanência na terra e pela conquista definitiva do assentamento.

Atualmente, estão impedidos do acesso a qualquer linha de crédito agrário. Os membros relatam que ainda aguardam uma definição do INCRA sobre quem será efetivamente incluído na relação de beneficiários do assentamento. Essa indefinição se arrasta apesar de acordos anteriores não cumpridos pelo órgão, como um termo de conciliação assinado com o Ministério Público em 2019/ 2020, que previa a entrega da área regularizada. A paralisia institucional é agravada pela existência de um complexo conflito fundiário entre a área pretendida para o assentamento e o território da aldeia indígena Maxakali, um fator que adiciona camadas de complexidade ao processo.

Apesar da exclusão das políticas de crédito e de regularização, uma conquista recente representou uma primeira abertura para a comercialização. A obtenção do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) permitiu que as famílias começassem a vender sua produção – os produtos orgânicos, feijão e corante — em feiras e para

o programa de alimentação escolar (PNAE). Contudo, mesmo esse avanço é atravessado por novos obstáculos, como uma exigência do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que, segundo os relatos, condiciona a participação nos programas à adimplência com os sindicatos de trabalhadores rurais.

A experiência do acampamento com o crédito rural serve como um diagnóstico preciso de sua exclusão sistemática do arcabouço das políticas agrárias. Conforme os depoimentos, a comunidade "nunca teve acesso ao crédito" de fomento produtivo, sendo o principal obstáculo a sua condição jurídica precária, materializada na ausência da "matrícula do Estado" – a documentação que comprova a regularização fundiária. Essa barreira inicial impede o acesso aos instrumentos subsequentes, como a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP/CAF), bloqueando efetivamente a participação da comunidade no principal programa de crédito agrícola do país.

Contudo, o acesso a outros programas, de natureza distinta, ilustra a forma como o Estado atua protegendo o interesse do agronegócio. O sucesso em obter recursos do "Minha Casa, Minha Vida Rural", em 2013 e, mais recentemente, do "Crédito AgroAmigo" do Banco do Nordeste, não contradiz a tese de exclusão; pelo contrário, a reforça. Trata-se do acesso a uma política habitacional (um direito social) e a uma linha de microcrédito (que opera à margem do sistema agrário formal), respectivamente. O que permanece inacessível é o conjunto de políticas agrárias estruturantes, desenhadas para o desenvolvimento produtivo. Desta forma, a trajetória do acampamento evidencia que, na ausência da segurança jurídica da terra, a comunidade fica restrita a políticas de caráter social ou compensatório, mas permanece aliada ao sistema que poderia garantir sua autonomia econômica como assentamento rural.

No que se refere ao acesso ao crédito, podemos perceber, a partir do depoimento que no acampamento não se tem acesso nenhum a crédito de fomento, muito menos a política agrária de fato. Isso fica claro pela fala do assentado:

Por último, conseguimos o CAIF (Centro de Atendimento à Família), assim vamos conseguir vender o que se produz na terra, poderemos vender na feira produto orgânicos e para as escolas, não somente das hortas, mas feijão e corante. Mesmo assim é difícil, pois o MDA tem uma exigência que somente os assentados que estão em dia com o pagamento com os sindicatos podem ter a licença para vender.

No que se refere ao crédito, os assentados nunca tiveram acesso ao o maior

problema, que é a matrícula do Estado. Conseguiram no Programa Minha Casa, Minha Vida Rural, em 2013, e agora teve retomada do projeto nas casas e o Crédito agro amigo, do Banco nordeste.

No que se refere ao acesso ao crédito, o assentado faz a seguinte fala:

Nunca tivemos acesso ao crédito, nunca conseguimos acessar. Estamos esperando uma audiência com o INCRA, para definição de quem vai ser assentado, esta reunião irá acontecer este ano ainda, nós estamos construindo um documento, para saber quando é, de fato, que o INCRA vai assentar as famílias do acampamento. O Incra tem que cumprir, pois já houve uma conciliação que não cumpriu. Propôs em 2019 e 2020, assinaram termo e não foi cumprido (O Incra entregaria a área pronta e o termo assinado com Ministério Público). Precisamos que isso se resolva, pois existe muitos conflitos entre os assentamento e aldeia dos machacalis atualmente.

Em síntese, a fala do assentado Amaro Terra Forte é uma poderosa análise que conecta a exclusão econômica (falta de crédito) a um limbo jurídico (a condição de acampamento), que, por sua vez, o Estado privilegia os interesses dos setores dominantes e não dos dominados, agravando por um complexo e perigoso conflito territorial com uma comunidade indígena. É um microcosmo dos desafios mais profundos da reforma agrária no Brasil contemporâneo.

No que se refere ao acesso à política agrária, a experiência relatada pelos trabalhadores demonstra que, sem a efetivação concreta das políticas agrárias — em especial o acesso ao crédito e a regularização fundiária —, os assentamentos permanecem limitados a uma condição de espera e vulnerabilidade, o que contradiz os princípios de justiça social e de democratização da terra, que fundamentam a própria reforma agrária no Brasil. Assim, o cotidiano das famílias assentadas carrega marcas profundas da exclusão. Os caminhos para legalização do acampamento como assentamento vêm com uma luta travada há mais de duas décadas, representando uma das expressões mais significativas da luta camponesa pelo direito à terra. Formado por famílias trabalhadoras que, diante da concentração fundiária e da ausência de oportunidades dignas no campo, decidiram organizar-se coletivamente, o acampamento simboliza a resistência e a busca por justiça social no interior de Minas Gerais. A permanência no local não foi marcada pela passividade, mas pela constante mobilização para transformar a área ocupada em um assentamento legalizado, garantindo segurança jurídica e acesso às políticas públicas.

A trajetória dessas famílias evidencia a dureza do enfrentamento com os

grandes proprietários de terra e com a morosidade do Estado em efetivar a política de reforma agrária. A cada ameaça de despejo, a comunidade reafirmava sua determinação em permanecer no território, sustentada pela convicção de que a terra deve cumprir sua função social, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. Esse processo revela que o acampamento não é apenas um espaço de moradia improvisada, mas um território de luta, onde se constroem formas coletivas de resistência, solidariedade e produção de alimentos.

A luta pela legalização como assentamento também trouxe consigo o desafio da organização interna. Assembleias, mutirões e parcerias com entidades de apoio, como sindicatos e movimentos sociais, foram fundamentais para manter a coesão da comunidade. A partir dessas estratégias, as famílias passaram a reivindicar do INCRA e de órgãos estaduais o reconhecimento oficial do acampamento como assentamento rural. Como ressalta Fernandes (2001, p. 112), a luta pela terra não termina na conquista do território, mas se prolonga na batalha pela institucionalização e pelo acesso às políticas de apoio à agricultura familiar.

A trajetória do Acampamento Mãe Esperança é um estudo de caso sobre a dissonância entre o reconhecimento formal e a efetivação de direitos. Embora um decreto presidencial de 2007 tenha designado a área para desenvolvimento e o próprio INCRA a tenha registrado como assentamento no mesmo ano, a comunidade vive há duas décadas sem o documento fundamental que consolidaria sua posse: o Contrato de Concessão de Uso (CCU). Essa ausência impede o acesso a virtualmente todas as políticas agrárias.

A narrativa da comunidade é marcada por um longo histórico de abandono institucional por parte do INCRA, o que levou os assentados a buscarem a via judicial. Em 2016, após uma audiência pública, uma decisão da justiça federal impôs uma multa diária de dez mil reais ao INCRA, caso não realizasse os estudos técnicos na área em um ano. Pressionado pela sanção, o órgão cumpriu a ordem em 2018, realizando o levantamento para a divisão dos lotes, áreas de reserva e locais para infraestrutura, ainda que alegando falta de recursos.

Este estudo culminou em um acordo mediado pelo Ministério Público, no qual o INCRA se comprometeu a entregar a área totalmente legalizada até dezembro de 2020. Contudo, o prazo não foi cumprido, um atraso foi justificado em parte pela pandemia de COVID-19. Como resultado, o debate retorna aos dias atuais com a

comunidade ainda em estado de acampamento. As consequências dessa insegurança jurídica são concretas e contínuas: além da perda de recursos anteriores, como vinte kits de horta, os moradores temem agora perder o direito a 19 casas aprovadas pelo programa Minha Casa, Minha Vida, cuja construção está paralisada pela impossibilidade de demarcar a área sem a devida regularização fundiária.

O MST tem se organizado com os quilombolas do Mucuri e as comunidades vizinhas que estão com problemas de demarcações de terra para avançar na luta. A luta pela terra e o direito de produzir nela é uma construção constante no Vale do Mucuri.

O acampamento conta também com a parceria da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM, que desenvolve o projeto Agroecologia, Cultura e Desenvolvimento no Vale do Mucuri, que é uma iniciativa de extensão universitária que atua diretamente no assentamento Mãe Esperança, com o objetivo de fortalecer práticas sustentáveis de produção agrícola, valorizar as tradições culturais locais e promover o desenvolvimento social das comunidades rurais da região.

A partir de uma metodologia participativa, o projeto oferece oficinas, cursos e atividades que combinam conhecimentos técnicos em agroecologia com saberes tradicionais dos assentados. Essa articulação visa estimular a produção de alimentos saudáveis, a conservação dos recursos naturais e a autonomia das famílias camponesas.

Além da dimensão produtiva, o projeto investe na valorização da cultura local por meio de atividades culturais, como grupos de música, dança e rodas de conversa, que reforçam a identidade e a autoestima da comunidade. A iniciativa também busca fomentar a organização social e o protagonismo dos moradores para que possam reivindicar direitos e melhorar suas condições de vida.

Desde sua implantação, o projeto tem contribuído significativamente para o fortalecimento da agricultura familiar e a construção de uma visão de desenvolvimento rural que respeita o meio ambiente e promove justiça social no Vale do Mucuri.

O assentado fala sobre a importância do projeto no que se refere a melhoria da vida dos assentados. Ele relatou que teve uma ação do projeto no assentamento, e que veio no sentido de trazer orientação sobre o uso da água para a plantação de hortaliças, e a grande preocupação no acampamento é que a água não é tratada, e a

suspeita é verminosa. A partir dessa ação, o assentado afirma: “sentimos que não estamos sozinhos na luta, mas que a comunidade inclusive a Universidade vem cobrando do Estado”.

O assentado fala também que o sonho dos assentados na fazenda Itamunhec é construir um museu histórico no casarão antigo da sede da fazenda, para guardar a história do acampamento e das lutas travadas durante estes 20 anos.

Portanto, vivências múltiplas e riquíssimas memórias necessitam urgentemente serem preservadas no território de Itamunhec. Para tanto, o tombamento da antiga sede da fazenda Itamunhec é hoje uma das barreiras para que isso ocorra. O Assentamento Mãe Esperança, demonstra a preocupação do movimento com a preservação da história local, restaurando o antigo casarão e fazendo dele um local de resgate da memória, construindo um museu, deixando assim vivo toda essa história de luta que aconteceu e vem acontecendo no MST Mucuri-MG.

Portanto, compreendemos que os acampados do Mãe Esperança foram e têm sido negados à política agrária desde o momento em que acamparam na fazenda Itamunhec. As lutas são muitas e o descaso com a política de reforma agrária se perpetua por décadas no Vale do Mucuri – MG.

Assim, o Mãe Esperança tornou-se símbolo de persistência, pois mostrou que a reforma agrária não se faz apenas com decretos e leis, mas com a ação cotidiana de trabalhadores que não desistem de transformar sua realidade. A legalização do acampamento em assentamento não representa apenas a conquista da terra, mas a abertura de novas possibilidades: acesso ao crédito, assistência técnica, educação do campo e dignidade para as famílias que ali resistem. Nesse sentido, a experiência do Mãe Esperança reafirma que a luta coletiva é o caminho para a efetivação de direitos e para a construção de um campo mais justo e solidário.

O *Assentamento Esperança do Vale* surgiu há 24 anos, quando diversas famílias organizadas pelo MST ocuparam a Fazenda Esperança no dia 07 de maio de 2001. A área foi identificada como devoluta, sendo realizada uma Ação Discriminatória pelo Estado de Minas Gerais, onde ficou estabelecida a devolução para o estado de 250 hectares da antiga fazenda.

O Assentamento Esperança do Vale, localizado no município de Machacalis, possui uma trajetória marcada por uma conquista inicial de terra bem-sucedida, seguida por um complexo e ainda não resolvido processo de regularização fundiária.

No território, vivem atualmente 25 famílias distribuídas em 14 lotes e organizadas formalmente desde 2008, através da Associação Comunitária Esperança do Vale (ACOMEV). Por um longo período, a comunidade vivenciou uma forma de inclusão produtiva precária, porém funcional, viabilizada por um arranjo institucional local. Uma Declaração de Posse, emitida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Machacalis, era pragmaticamente aceita pelo escritório local da Emater como documento válido para a emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Este mecanismo permitiu que as famílias acessassem políticas cruciais como o microcrédito do programa AgroAmigo e, fundamentalmente, que se inserissem nos mercados institucionais de comercialização, como o PAA e o PNAE.

Mas essa realidade se modificou, com a substituição da DAP pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), a declaração de posse deixou de ser aceita. A mudança na legislação e nos sistemas burocráticos invalidou o arranjo anterior, pois a Declaração de Posse emitida pelo sindicato deixou de ser aceita. Essa alteração de normativa, vinda de uma esfera federal, teve como consequência imediata a exclusão da comunidade das mesmas políticas que antes acessava, ilustrando a extrema vulnerabilidade de grupos cuja inclusão depende de soluções informais e não de uma segurança jurídica consolidada.

Diante deste impasse, a regularização fundiária tornou-se a pauta central, com duas vias sendo propostas pela comunidade: a primeira, solicitar ao estado de Minas Gerais a titulação definitiva dos lotes para as famílias; a segunda, negociar a transferência da área do estado para o INCRA, permitindo que o órgão federal emita o CCU, instrumento padrão da reforma agrária. A precariedade da situação é agravada por outras frentes, como a paralisação das obras do programa Minha Casa Minha Vida, que, após desvio de recursos pela empreiteira responsável, foram retomadas de forma lenta, deixando as famílias em mais uma situação de espera e incerteza.

Não são todas as famílias que possuem a Declaração de Posse emitida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Machacalis — documento que, por muitos anos, foi reconhecido pelo escritório da EMATER local como válido para a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Graças a isso, essas famílias puderam acessar o crédito do programa Agroamigo, do Banco do Nordeste, e também vender sua produção ao PAA, além de fornecer alimentos às escolas pelo PNAE. E, de

repente, a porta de acesso a políticas e programas essenciais foi fechada. Mesmo com todas as famílias já inscritas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), elas ficaram impedidas de acessar crédito e mercados institucionais.

Apesar das dificuldades, a comunidade já teve conquistas importantes. Durante o governo Dilma Rousseff, foi contemplada pelo Programa Minha Casa Minha Vida, com financiamento via Caixa Econômica Federal. Porém, o sonho de uma casa nova sofreu um duro golpe: a empresa contratada abandonou as obras, após desvio de recursos, o que gerou processos judiciais. Somente dois anos atrás a construção foi retomada lentamente, mas com a esperança de que, um dia, todas as famílias possam receber suas casas concluídas.

Este relato foi organizado a partir das informações coletadas junto às lideranças assentadas Severino Lavrador e Esperança da Terra. É um retrato fiel de um território que luta todos os dias para garantir não apenas o direito à terra, mas também as condições para viver e produzir com dignidade.

Assim, observa-se a ausência de acesso efetivo às políticas agrárias. O assentado Severino Lavrador relata que, embora usufruam de alguns benefícios vinculados às políticas públicas gerais – como a aposentadoria rural, determinados serviços prestados pela rede municipal e atendimentos pontuais da Emater e da Secretaria de Agricultura, o acesso às políticas agrárias propriamente ditas permanece inviabilizado. O principal entrave identificado refere-se à ausência da matrícula definitiva da terra, o que impossibilita a emissão da DAP. Sem esse documento, os assentados ficam excluídos das linhas de crédito rural e de programas estruturantes voltados ao fortalecimento da agricultura familiar, permanecendo em um quadro de vulnerabilidade e de restrição de direitos. Fica claro nesta fala da liderança Severino Lavrador: “não temos acesso a política agrária, o que conseguimos acesso são às políticas públicas: Aposentadoria rural, Prestação de serviços a partir da rede municipal e a Emater e Secretaria de Agricultura. Por não possuímos a matrícula do Estado, não conseguimos acessar nada, sem a declaração de posse, não conseguimos fazer a DAP”.

A DAP foi, durante muitos anos, um instrumento essencial para os agricultores familiares brasileiros, pois atestava que a família atendia aos requisitos do PRONAF, como a dimensão da propriedade, a renda anual e o uso predominante da mão de obra familiar. Esse documento era, portanto, a porta de entrada para diversas políticas

públicas voltadas ao campo, possibilitando acesso a linhas de crédito específicas, programas de aquisição de alimentos (PAA), fornecimento para a merenda escolar (PNAE), assistência técnica e até iniciativas habitacionais.

No entanto, diante das mudanças nas políticas públicas e da necessidade de maior integração entre os sistemas de gestão governamentais, a DAP passou a ser substituída pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Diferentemente da DAP, o CAF possui caráter mais atualizado e integrado, permitindo não apenas identificar os beneficiários, mas também articular informações em diferentes bases de dados, ampliando a transparência e o alcance das ações estatais.

Essa transição, embora necessária, gera desafios para as famílias assentadas e para os agricultores familiares em geral, uma vez que exige atualização cadastral, acesso à informação e apoio técnico para que o processo de substituição não exclua beneficiários. Assim, a substituição da DAP pelo CAF deve ser compreendida como um avanço institucional, mas que precisa ser acompanhada de políticas de orientação e suporte, de modo a garantir que os direitos conquistados pelos trabalhadores do campo não sejam limitados pela burocracia.

As entrevistas realizadas com dois assentados revelaram elementos fundamentais para a compreensão tanto do processo de ocupação quanto do atual contexto vivido pelas famílias. No que se refere ao acesso a políticas públicas, os entrevistados mencionaram a assistência social, por meio do Programa Bolsa Família, e a Previdência Rural, especialmente a aposentadoria. Contudo, em seus relatos, emergem sentimentos de angústia e preocupação diante da ausência histórica de políticas agrárias estruturantes. Destacaram, sobretudo, a falta de acesso ao crédito rural e a inexistência de programas que fomentem o desenvolvimento produtivo, como as hortas comunitárias, o que reforça a percepção de descaso do Estado em relação à efetivação da reforma agrária.

O assentamento Esperança do Vale consolida-se pela produção diversificada e pela busca de práticas agroecológicas, ainda que enfrente diversos desafios relacionados à infraestrutura e ao acesso a políticas públicas. Sobre o processo de reforma agrária diante deste cenário, o Esperança do Vale reafirma o papel da reforma agrária como contraponto à concentração de terras e como estratégia de construção de um modelo alternativo de produção, com respeito à natureza e à soberania alimentar.

Percebemos este processo pela fala da assentada Esperança da Terra “não conseguimos quase nada, as casas foram praticamente nós que levantamos, fizemos tudo aqui desde que ocupamos, acesso à crédito e à política agrária não existe, o Estado tem uma dívida com nós”.

O relato sobre o Assentamento Esperança do Vale, em Machacalis-MG, é um retrato contundente de como a ausência de uma política agrária estruturada e contínua cria um paradoxo: famílias que conquistaram o direito à terra são, subsequentemente, excluídas dos mecanismos criados para viabilizar sua permanência nela. A fala evidencia lacunas fundamentais que transformam direitos em esperas e conquistas em incertezas. A principal e mais paralisante lacuna é a falta de regularização fundiária. Após 24 anos de existência, esta insegurança jurídica é a origem de quase todos os outros problemas. Como afirma a liderança Severino Lavrador, a ausência da matrícula impede o acesso às políticas agrárias propriamente ditas. O Estado falha em sua obrigação mais básica: garantir a segurança jurídica da posse, deixando a comunidade em um limbo legal, e as 25 famílias do assentamento ainda não possuem a matrícula definitiva da terra.

Após décadas de luta por conquistas no âmbito educacional, o assentamento Esperança do Vale não tem escola. Existe escola na zona rural e na cidade de Machacalis, onde as crianças e adolescentes vão de onibus. A não criação de escolas nos assentamentos nos exige compreender o que está em jogo no campo: a disputa de modelos de desenvolvimento, a disputa de projetos de poder.

A terra, para os assentados, não se limita a um bem econômico: ela representa dignidade, identidade e a esperança de um futuro melhor para as próximas gerações. O assentamento Esperança do Vale produz alimentos que fazem parte da alimentação dos assentados.

Reconhecido oficialmente no âmbito local e estadual, ele aparece nos registros da Assembleia Legislativa de Minas Gerais como um dos assentamentos que ainda aguardam a conclusão de seu processo de regularização fundiária. Essa espera prolongada reflete diretamente na vida das famílias, que permanecem sem a titulação definitiva da terra — condição que limita o acesso a políticas públicas essenciais, como crédito rural, programas de habitação, assistência técnica e incentivos à produção.

Mais do que um espaço físico, o assentamento representa o esforço coletivo

de famílias que decidiram permanecer no campo, buscando não apenas a posse da terra, mas a construção de um futuro mais justo para as próximas gerações. Contudo, a ausência de segurança jurídica torna o cotidiano desafiador, uma vez que a indefinição da titulação impede avanços estruturais. Como lembra Martins (1999, p. 72), a luta pela terra no Brasil não se encerra na conquista do território, mas se prolonga na permanente busca por reconhecimento e direitos.

Apesar das dificuldades, o assentamento Esperança do Vale sintetiza tanto os limites quanto as potencialidades da reforma agrária no Brasil. Ele expressa as fragilidades de um processo lento e incompleto, mas também revela a força de famílias que, organizadas, insistem em transformar o direito a terra em uma realidade concreta. O futuro desse território depende, sobretudo, da efetiva regularização fundiária e do fortalecimento de políticas públicas que assegurem não só a permanência, mas também a prosperidade no campo.

O caso do Assentamento Esperança do Vale demonstra que a política agrária brasileira é marcada por uma profunda lacuna entre a conquista da terra e a garantia das condições de permanência. O não acesso, observadas nas falas não é acidental, mas estrutural, derivado do descaso do Estado em prover segurança jurídica. A burocracia, a corrupção e a falta de planejamento integrado aprofundam essa exclusão. Diante desse cenário de abandono, a organização comunitária, a produção agroecológica e a resistência, como expressa na fala de Esperança da Terra ("o Estado tem uma dívida com nós"), não são apenas alternativas, mas a principal política de sobrevivência e afirmação de sua dignidade.

O *Assentamento Santa Rosa*, localizado no município de Itaipé, Minas Gerais, constitui-se como uma das experiências de organização produtiva vinculadas ao MST. Sua origem está ligada à luta pela democratização do acesso à terra, processo que possibilitou a consolidação de famílias camponesas em uma região historicamente marcada pela concentração fundiária. Organizado historicamente pelo MST, esse assentamento adota estruturas coletivas de produção agropecuária, fomentando culturas como canavial, mandiocal, pastagem, cana, gado.

O Assentamento Santa Rosa é marcado pela resistência e pela construção coletiva da identidade camponesa. Ali, famílias assentadas buscam consolidar a produção agroecológica, promovendo a agricultura familiar e garantindo a soberania alimentar. O assentamento enfrenta desafios estruturais, como a necessidade de

infraestrutura adequada e acesso a políticas públicas, mas mantém viva a perspectiva de desenvolvimento sustentável e justiça social. Segundo o assentado entrevistado, o processo teve início em agosto de 1988, na esteira da mobilização que deu origem ao assentamento Aruega. Um grupo de cerca de 250 famílias ocupou a Fazenda Sapezinho, em Novo Cruzeiro, onde permaneceu acampado por quase dez meses. A desocupação, embora pacífica, deu início a um período de grande instabilidade, forçando as famílias a um percurso por diversas localidades. A primeira parada foi em Pedra do "Chifre", onde, segundo uma liderança, permaneceram por cerca de 60 a 90 dias em condições extremamente precárias.

A busca por um lugar culminou em um dos episódios mais violentos da sua história. Ao se deslocarem para Teófilo Otoni e ocuparem uma fazenda em Topázio, as famílias foram alvo de um despejo brutal apenas dois dias depois. Conforme o relato de uma assentada, a ação policial resultou na prisão de 42 homens e deixou um rastro de terror, como percebemos durante a fala da assentada "sete crianças acabaram sendo baleadas, ao fugirem para a mata. Também foram baleados 3 homens, que sobreviveram".

Apesar da violência e da dispersão, o grupo demonstrou enorme resiliência. Após passarem por outras áreas como Lajinha e Itapé, um núcleo de 67 famílias conseguiu se reorganizar e ocupar a área do Córrego das Posses. Foi nesse local que a luta finalmente se consolidou. Em 1992, a área foi oficialmente reconhecida como assentamento, o que garantiu o acesso a benefícios iniciais como auxílio moradia e créditos para sementes. No entanto, o custo humano dessa conquista foi alto: dos grupos iniciais, apenas 33 famílias restaram para fundar o assentamento, após resistirem por três anos sob lonas.

Dessa área, os sem-terra foram para Lajinha, também no município de Teófilo Otoni. Ficaram acampados numa área da Igreja Católica por 2 anos e 10 meses. Nesse período, receberam apoio da CPT, do MST e da Pastoral da Juventude. Os padres Domingos e Giovani, de Teófilo Otoni, são lembrados como pessoas que deram muito apoio às famílias. A população do município também foi solidária ao grupo, fornecendo roupas, alimentos, remédios e oferecendo serviços, tanto para os homens como para as mulheres.

No final desse período, começaram as negociações com o INCRA para o Assentamento em Itaipé. A CPT e a deputada Maria José, do PT, procuraram terras

à venda na região. A deputada, junto com o deputado Agostinho Valente, também do PT, ajudaram com a verba de subvenção para comprar a posse da Fazenda Santa Rosa. As famílias ainda não conheciam a região onde seriam assentadas. No acampamento da Lajinha foi efetuado, o cadastramento e o sorteio dos lotes em Santa Rosa, e, em seguida, houve a liberação, por parte do INCRA, de uma verba de R\$ 4.040,00, que muitos gastaram sem orientação, pois não tiveram assistência técnica.

Inicialmente o projeto era para abrigar 67 famílias, o que se mostrou inviável através de uma avaliação do próprio INCRA. As famílias não contempladas nesse momento resolveram ir para Governador Valadares, pois havia notícias de outras áreas a serem ocupadas. De acordo com o assentado, “a Fazenda Santa Rosa estava largada, nem cerca tinha. O proprietário era de Araçuaí e não vivia na fazenda porque tinha outras terras”. De acordo com o assentado, quando foi divulgada a desapropriação, o dono da Santa Rosa desmatou grande parte da Fazenda, retirando principalmente peroba e candeinha para produzir carvão.

Ainda de acordo com o entrevistado Homem da Luta, “quando chegamos aqui, tudo era mata fechada. Mas já não tinha madeira boa porque o dono e os vizinhos retiraram tudo antes da instalação do Assentamento. Pensando assim, também foi um impacto porque fizemos abertura para as casas, estradas, pastagens e lavoura de café”. A ida para a Fazenda ocorreu em 1992. Ainda segundo o assentado, “quando chegamos, fizemos um grupo muito bom de discussão, sempre com o apoio da CPT e do MST. A prefeitura nunca ajudou em nada”.

Em 1994, o INCRA construiu no assentamento um posto de saúde, que hoje está desativado. A partir desse ano, o assentamento também começou a receber alguns recursos e a assistência técnica da EMATER. Entre 1997 e 1998, foi realizado um convênio com o CAT de Governador Valadares para prestar assistência técnica para a instalação de hortas. No entanto, o projeto fracassou por falta de recursos financeiros. Em 2001, recursos recebidos do PRONAF foram investidos em gado e pastagem. De 1992 até 2000, houve produção coletiva de feijão e cana de açúcar, produtos que também eram comercializados coletivamente. Essa forma de produção foi abandonada porque, de acordo com o entrevistado, Homem da luta, “houve muita desorganização e o pessoal não se entendia mais”.

As famílias assentadas no Santa Rosa – Córrego das Posses são da região de Teófilo Otoni, Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha. Antes de virem para o

assentamento, já haviam trabalhado como empregados assalariados e meeiros, em roça tradicional e também com gado.

Apesar das conquistas iniciais, os assentamentos enfrentam desafios contínuos relacionados à implementação de políticas públicas efetivas. A morosidade do INCRA em Minas Gerais tem sido um obstáculo significativo. Em julho de 2025, o MST organizou uma mobilização no INCRA para denunciar a lentidão na regularização de áreas e a falta de ações concretas para atender às demandas das famílias assentadas.

No que se refere a política agrária, a situação atual do Assentamento Santa Rosa é marcada por uma exclusão quase total das políticas agrárias formais. Conforme relato da assentada Divina da Terra, existe uma distinção clara entre o acesso a "políticas públicas" gerais e à "política agrária" de fomento à produção. O acesso do grupo limita-se à primeira categoria e, ainda assim, de forma precária, por meio de serviços como a aposentadoria rural e o suporte pontual da rede municipal, da EMATER e da Secretaria de Agricultura. Fica claro, no depoimento Divina da Terra, que o acesso direto à política agrária é inexistente; os acessos que se estabelecem, ainda que precários, dão-se por via das políticas públicas fragmentadas e de escopo social. Tais acessos englobam benefícios como a aposentadoria rural e a prestação de serviços técnicos e assistenciais fornecidos pela Emater e pela Secretaria de Agricultura, além dos serviços básicos municipais. Tal fragmentação demonstra que a política de desenvolvimento rural é substituída por medidas assistenciais descontínuas.

O impedimento central para o acesso às políticas agrárias reside em um obstáculo jurídico-administrativo intransponível até o momento: a ausência da regularização fundiária. Os assentados explicam que, por não possuírem a matrícula da terra emitida pelo estado, eles não conseguem obter a declaração de posse. Este documento é um pré-requisito indispensável para a emissão da DAP. Sem ela, os agricultores ficam completamente excluídos dos principais mecanismos de crédito rural, como o PRONAF Custeio, e de outros programas de desenvolvimento agrário, consolidando um ciclo de exclusão produtiva. Quanto ao acesso a política agrária, Divina da Terra deixa claro no seu depoimento "O que conseguimos foi o bolsa família, aposentadoria rural, por não possuímos a matrícula do Estado, não conseguimos acessar nada, sem a declaração de posse, não conseguimos fazer a DAP (Declaração

de Aptidão ao PRONAF)”.

A condição do Assentamento Esperança do Vale ilustra um paradoxo de cidadania parcial, onde a comunidade é reconhecida para fins de políticas sociais básicas, mas permanece invisível para as políticas de fomento e desenvolvimento agrário. O acesso a direitos se limita a serviços precários ofertados pela rede municipal, como suporte da EMATER e da Secretaria de Agricultura, além da Previdência Rural. Em contrapartida, o acesso às políticas agrárias estruturantes, como o crédito rural via PRONAF, é sistematicamente bloqueado. A raiz dessa exclusão produtiva reside na insegurança jurídica da posse da terra: a ausência da matrícula estadual da propriedade impede a emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), um documento-chave que funciona como um portal de acesso a todos os programas de fomento.

A complexidade e a crueldade dessa realidade são corroboradas, de forma contundente, pelo depoimento do assentado Homem da Luta, que articula a percepção da exclusão com suas causas burocráticas:

Não temos acesso à política agrária, o que conseguimos de acesso, mesmo assim precários são as políticas públicas, Aposentadoria rural. Prestação de serviços a partir da rede municipal e a Emater e secretaria de agricultura. Por não possuímos a matrícula do Estado, não conseguimos acessar nada, sem a declaração de posse, não conseguimos fazer a DAP.

No contexto socioeconômico do assentamento, a pecuária bovina ocupa papel central. Muitos assentados optaram pela criação de gado de corte e leite como alternativa produtiva, em razão das condições do solo e do relevo da região, que dificultam a prática de uma agricultura em larga escala. Além disso, a pecuária demanda menor investimento inicial em comparação a algumas culturas agrícolas intensivas e garante uma fonte de renda mais estável para as famílias.

Segundo Fernandes (2000, p. 75), a consolidação dos assentamentos rurais depende de um equilíbrio entre as necessidades de subsistência das famílias e a inserção em mercados locais e regionais. Nesse sentido, a produção de gado no Assentamento Santa Rosa não se restringe apenas ao consumo interno, mas integra-se às cadeias comerciais de municípios vizinhos, contribuindo para a dinamização da economia local.

Outro aspecto relevante é que a atividade pecuária, quando associada às práticas agroecológicas, pode gerar alternativas sustentáveis de manejo dos pastos e

recuperação do solo, historicamente degradado pela exploração extensiva dos latifúndios. Como destaca Martins (1999, p. 132), “a terra conquistada pelos trabalhadores sem-terra precisa ser também um espaço de resistência e experimentação de novas formas de produção”. Assim, a pecuária no Assentamento Santa Rosa representa não apenas uma estratégia de sobrevivência econômica, mas também uma possibilidade de construção de modelos produtivos mais solidários e sustentáveis.

Entretanto, há desafios que precisam ser considerados. A dependência exclusiva da pecuária pode levar à vulnerabilidade diante das oscilações de preço do leite e da carne, além de limitar a diversificação produtiva. Para superar esse cenário, políticas públicas de apoio técnico e de crédito rural tornam-se fundamentais. Como enfatiza Navarro (2010, p. 211), a reforma agrária só alcança efetividade quando acompanhada de programas que garantam infraestrutura, assistência técnica e inserção produtiva das famílias assentadas.

Assim, o Assentamento Santa Rosa, em Itaipé – MG, revela a importância da produção de gado como eixo econômico, mas também evidencia a necessidade de articulação entre organização coletiva, sustentabilidade e políticas públicas que assegurem a permanência das famílias no campo e o fortalecimento da agricultura familiar.

No Assentamento Santa Rosa, a pecuária bovina se consolidou não apenas como uma atividade econômica, mas como parte do modo de vida das famílias que ali construíram sua história. O gado representa mais do que um meio de subsistência: é fonte de renda, de alimento e de vínculos comunitários. Muitos assentados relatam que o cuidado com os animais se mistura à rotina da família, sendo transmitido de geração em geração, como uma prática que une trabalho, memória e pertencimento. A criação de bovinos, ainda que enfrente desafios como o acesso limitado a crédito, assistência técnica e infraestrutura, tem garantido a sobrevivência e a autonomia relativa das famílias. O leite produzido é muitas vezes destinado ao consumo próprio, assegurando a alimentação das crianças e reforçando a segurança alimentar local. Já parte da produção é comercializada em feiras, mercados ou mesmo diretamente na comunidade, o que fortalece os laços de solidariedade e cria circuitos curtos de comercialização, aproximando campo e cidade.

Além da dimensão econômica, a pecuária no Santa Rosa simboliza resistência.

Em meio às dificuldades impostas pela falta de apoio estatal e pelas desigualdades históricas no acesso à terra, o gado se torna um bem estratégico, garantindo estabilidade e dignidade às famílias assentadas. Ao organizar-se coletivamente, a comunidade busca alternativas para melhorar a qualidade da produção, apostando em práticas mais sustentáveis e na valorização da agricultura familiar como contraponto ao modelo hegemônico do agronegócio.

Assim, a pecuária bovina no Assentamento Santa Rosa não deve ser vista apenas como atividade produtiva, mas como parte de um processo maior de luta, permanência e reconstrução da vida no campo. Assim, uma das atividades produtivas de maior relevância nesse assentamento é a produção de leite destinada a laticínios, que se consolidou como importante estratégia de geração de renda e fortalecimento da agricultura familiar.

Figura 4 – Criação de gado Assentamento Santa Rosa em MG - 2024



Fonte:Arquivo da autora

Esta foto expressa a luta dos assentados pela pecuária leiteira, embora exija investimento contínuo em infraestrutura e manejo. Pela foto, percebe-se que mesmo sendo uma alternativa viável para os assentados, os recursos que possibilitam produção diária, escoamento constante e inserção em cadeias de comercialização formalizadas, não existem e impossibilitam a produção. No Santa Rosa, as famílias organizam-se de forma coletiva para manter a produção, desde o cuidado com o rebanho até o processo de ordenha e armazenamento do leite, garantindo assim a

regularidade no fornecimento para o laticínio regional. Essa dinâmica não apenas fortalece a economia do assentamento, mas também estabelece vínculos de parceria com o mercado local.

Contudo, os desafios são inúmeros. A falta de assistência técnica especializada, a escassez de crédito acessível e as dificuldades de infraestrutura – como estradas precárias e ausência de resfriadores em algumas unidades produtivas – comprometem a expansão da atividade. Além disso, a dependência de atravessadores ou de preços impostos pelos laticínios limita a autonomia financeira das famílias. Essas barreiras revelam a insuficiência das políticas agrárias e agrícolas voltadas para assentamentos da reforma agrária, refletindo uma desigualdade histórica no acesso a recursos e tecnologias no campo.

Apesar disso, a produção de leite no Santa Rosa carrega um significado que ultrapassa a dimensão econômica. Ela expressa a permanência das famílias na terra, a afirmação de sua identidade camponesa e o compromisso com a produção de alimentos saudáveis. Ao organizar-se para vender leite ao laticínio, o assentamento também fortalece laços de solidariedade interna, já que muitas tarefas são compartilhadas, e a coletividade se torna um princípio organizativo que dá sustentação à atividade.

Portanto, a experiência do Assentamento Santa Rosa demonstra como a produção de leite pode ser, ao mesmo tempo, uma fonte de renda e um espaço de resistência camponesa. Ao mesmo tempo em que denuncia a ausência de políticas públicas mais eficazes para apoiar a pecuária leiteira em assentamentos rurais, evidencia também a capacidade de organização, resistência e criatividade dos trabalhadores e trabalhadoras do MST no Vale do Mucuri. O leite, nesse contexto, não é apenas mercadoria; é também símbolo de luta, de permanência e de dignidade no campo.

Os assentamentos do MST no Vale do Mucuri representam um modelo de resistência e transformação social. Apesar dos desafios institucionais e da morosidade na implementação de políticas públicas, as comunidades camponesas continuam a lutar por seus direitos, buscando construir um modelo de desenvolvimento rural que seja justo, sustentável e inclusivo. A trajetória desses assentamentos é um testemunho da força e da determinação dos trabalhadores rurais na busca por um Brasil mais igualitário.

Essas experiências locais dialogam com a análise de João Pedro Stedile (2013), para quem a agricultura brasileira, nas últimas décadas, passou a ser hegemonizada pelo capital financeiro e pelas empresas transnacionais, resultando em concentração fundiária, padronização da produção e subordinação do campo à lógica de exportação de commodities. Segundo o autor, esse modelo “organiza a produção agrícola na forma de monocultivo, expulsa a mão de obra do campo e impõe sementes transgênicas e agrotóxicos, destruindo a fertilidade natural dos solos e contaminando os alimentos” (Stedile, 2013, p. 33).

Assim, os assentamentos e acampamentos do Vale do Mucuri não são apenas resultado de conquistas territoriais; representam também resistência concreta ao projeto do agronegócio. Ao promover diversidade produtiva, fortalecer laços comunitários e estabelecer parcerias para formação e inovação, essas comunidades mantêm viva a perspectiva de um campo com gente, cultura e alimento saudável.

Neste novo processo, em que a agricultura camponesa ganha centralidade, o conteúdo da democratização no campo ganha outra substância. Democratizar a terra torna-se sinônimo de democratizar o crédito, democratizar a produção-circulação dos produtos da agricultura camponesa, democratizar a escola. Portanto, o que se apresenta inicialmente como uma política focada (agricultura familiar), explicita na essência seu aspecto estrutural, enquanto política de desenvolvimento.

Neste cenário, manifesta-se, de forma estrutural, a exclusão de parte expressiva da população do campo no vale do Mucuri- MG, que compõe a classe trabalhadora. Além da ausência de acesso a políticas e serviços públicos, a negligência do estado com a produção camponesa, em relação às políticas agrárias, ocasionou que as próprias comunidades se organizassem para produzir e sobreviver no campo.

A conquista da pedagogia da terra e da alternância é o resultado da luta de classes no campo brasileiro. Diante disso é preciso democratizar o acesso às políticas de fomento no meio rural, garantindo a toda população rural esse acesso. As políticas agrárias deve ser adequadas a realidade dos trabalhadores do campo, que correspondam a condição de vida dos mesmos.

3.4 Desafios para o acesso e efetivação das políticas públicas nos acampamentos e assentamentos do MST no Vale do Mucuri – MG

A luta pela terra no Brasil é antiga e cheia de desafios, especialmente em áreas historicamente esquecidas pelo poder público, como o Vale do Mucuri, em Minas Gerais. Essa região carrega as marcas de um modelo de desenvolvimento rural voltado para o agronegócio e para os interesses do capital financeiro — um modelo que privilegia grandes propriedades e deixa pouco espaço para a agricultura familiar e a reforma agrária.

Como lembra Fernandes (2000), lutar pela terra é mais do que buscar um pedaço para plantar: é resistir a um processo de exclusão social e econômica, e também uma chave importante para entender a questão agrária no país. Nos assentamentos do MST no Vale do Mucuri, essa luta se traduz em um esforço diário por reorganizar a vida, produzir alimentos e fortalecer a comunidade, mesmo diante de grandes dificuldades para acessar políticas públicas.

O retrato socioeconômico das famílias assentadas na região do Vale do Mucuri mostra uma realidade dura: a maioria dos assentados tem baixa escolaridade e vive com renda que, na maior parte dos casos, não chega a um salário mínimo, de acordo com o formulário aplicado na pesquisa feita nas cinco áreas de reforma agrária. Programas como o Bolsa Família e a Previdência Rural acabam sendo as principais fontes de renda, diante da falta de políticas mais amplas que promovam o desenvolvimento no campo. Mas esses programas, por serem fragmentados e com recursos irregulares, não conseguem resolver a vulnerabilidade social de forma duradoura.

Behring e Boschetti (2007) apontam que, nos últimos anos, os direitos sociais vêm sendo reduzidos sob a justificativa da chamada “crise fiscal” do Estado, transformando políticas sociais em ações pontuais e de caráter apenas compensatório. Essa crítica se confirma no Mucuri: muitas famílias não sabem nem por onde começar para acessar determinados programas, e a assistência técnica, a extensão rural e o incentivo à produção aparecem de forma esporádica, quando não são totalmente inexistentes.

Outro duro golpe veio a partir de 2016, quando houve um verdadeiro desmonte das políticas voltadas para a reforma agrária. Como mostra Pitasse (2017), o

orçamento destinado à aquisição de terras caiu drasticamente — de R\$ 800 milhões em 2015 para apenas R\$ 34 milhões em 2018, uma redução superior a 80%. Isso paralisou projetos essenciais, como o PRONERA e a ATER, que oferecem qualificação, apoio técnico e condições para tornar a produção dos assentamentos viável e sustentável.

Parte desse problema tem raízes nos anos 1990, quando as políticas agrárias passaram a seguir orientações neoliberais, baseadas na ideia de que o Estado deveria se afastar dessas responsabilidades, transferindo-as para o mercado de terras. Resende e Mendonça (2004) lembram que, apesar de mudanças de governo, essa lógica permaneceu, dificultando avanços para uma reforma agrária capaz de combater a concentração de terras e promover justiça social no campo.

Diante de tudo isso, o MST defende a Reforma Agrária Popular, uma proposta que vê o povo como protagonista da transformação. Para o movimento (MST, 2013), só haverá mudanças reais se houver pressão e mobilização social. Entre as medidas defendidas, estão o acesso a preços justos para os produtos, crédito rural descomplicado, assistência técnica constante e infraestrutura social que garanta dignidade às famílias assentadas.

Em Minas Gerais, segundo Masson (2016), existem cerca de 37 movimentos sociais voltados para a luta pela terra, mostrando não apenas a diversidade das formas de organização, mas também uma grande força de resistência frente ao avanço do agronegócio. Ainda assim, sem políticas públicas consistentes, essas comunidades permanecem em situação de acesso precário a educação, saúde, moradia e outros direitos básicos.

Em resumo, estudar o acesso às políticas públicas nos assentamentos do MST no Vale do Mucuri é perceber a urgência de mudanças. O que se vê é um quadro de exclusão social agravado pelo desmonte das políticas agrárias e pela falta de apoio estrutural. A Reforma Agrária Popular surge não apenas como um ideal político, mas como uma necessidade estratégica para garantir condições dignas de vida e trabalho no campo, exigindo que o Estado seja o agente fundamental para realização da reforma agrária, do conjunto de políticas e mudanças estruturais que constam no projeto do MST, o que pode ser elemento de reflexão entre Estado e movimentos sociais para construir um modelo de desenvolvimento rural que seja, de fato, justo e emancipador.

Entretanto, a realidade socioeconômica das famílias assentadas revela desafios significativos no acesso às políticas públicas essenciais à sua reprodução social. O perfil das famílias assentadas no Vale do Mucuri caracteriza-se, em grande parte, pela baixa escolaridade, com predominância de trabalhadores que não completaram o ensino fundamental. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), apesar de ser uma política estruturante, apresenta dificuldades de implementação contínua e de alcance nas áreas mais periféricas. Essa lacuna na formação educacional impacta diretamente na inserção produtiva das famílias, limitando suas capacidades de acesso a programas de incentivo à produção agrícola, assistência técnica e desenvolvimento sustentável.

Durante a pesquisa, foi possível notar que grande parte das famílias sobrevive com rendimentos no que se refere a um salário mínimo, sendo que uma parcela expressiva ainda se encontra em situação de ausência total de renda fixa. Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família (atual Auxílio Brasil), representam a principal fonte de recursos para muitas dessas famílias, configurando-se como uma política de caráter compensatório diante da ausência de ações estruturais que garantam autonomia produtiva aos assentados. Contudo, a fragmentação dessas políticas e a constante descontinuidade de programas voltados ao campo dificultam a emancipação socioeconômica das famílias.

O acesso às políticas de Saúde e Previdência Social também enfrenta barreiras significativas. Os serviços de saúde são escassos, com poucos postos de atendimento nas áreas rurais e uma alta dependência das cidades-polo da região, como Teófilo Otoni e Nanuque. Programas como a estratégia Saúde da Família (ESF) e as políticas de Previdência Rural sofrem com cortes orçamentários e dificuldades burocráticas, que invisibilizam os trabalhadores rurais e restringem seu direito à seguridade social.

Outra política pública fundamental, porém pouco acessível, é a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). A oferta de assistência técnica é insuficiente e intermitente, o que compromete a organização da produção agrícola e a inserção dos produtos dos assentamentos nos mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Além disso, a infraestrutura básica nos assentamentos – como acesso a água potável, energia elétrica de qualidade, estradas e transporte – permanece precária, refletindo o descaso do Estado em garantir condições dignas de vida para os trabalhadores do

campo.

O cenário que se delineia nos assentamentos do MST no Vale do Mucuri é, portanto, de uma luta constante pela efetivação dos direitos sociais, em meio a um contexto de desmonte das políticas públicas agrárias e de avanço do agronegócio. A Reforma Agrária, pensada nos marcos de uma lógica neoliberal, foi sendo esvaziada de seu conteúdo emancipatório, convertendo-se em um mecanismo de compensação social que transfere para as famílias a responsabilidade pela reprodução de sua existência, sem o suporte estatal necessário.

A luta pela Reforma Agrária Popular, proposta pelo MST, demanda a ampliação das políticas públicas para além da distribuição de terras, incorporando uma perspectiva de desenvolvimento rural integrado, que contemple educação, saúde, cultura, infraestrutura e políticas agrícolas públicas que garantam condições efetivas de produção e comercialização. Essa concepção exige, portanto, uma atuação articulada entre Estado e movimentos sociais, onde a mobilização popular se apresenta como elemento central para a pressão política e para a conquista de direitos.

Diante desse panorama, torna-se urgente a necessidade de fortalecer a organização das famílias assentadas, promover processos de formação política e social e garantir a ampliação das políticas públicas voltadas ao campo. O desafio que se impõe no Vale do Mucuri é o de romper com a lógica da marginalização histórica do campesinato, reafirmando a luta por uma Reforma Agrária Popular que efetive a vida digna para os trabalhadores rurais.

Assim, o perfil socioeconômico dos moradores dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Vale do Mucuri, em Minas Gerais, é marcado por desafios profundos que refletem as condições históricas de exclusão e vulnerabilidade. Essas famílias, em sua maioria, vêm de contextos de pobreza rural, com acesso limitado a recursos básicos como terra produtiva, infraestrutura, educação e saúde adequada. Essa realidade nem sempre se traduz em melhoras imediatas, mesmo após a conquista do acesso à terra, pois o processo de assentamento exige uma série de adaptações e lutas contínuas para estabilizar a produção e garantir a sustentabilidade da comunidade.

Dentro desse cenário, o acesso às políticas públicas é um elemento crucial para a transformação dessas vidas. No entanto, o caminho para usufruir dessas

políticas nem sempre é direto ou fácil. Muitos assentados enfrentam obstáculos burocráticos, falta de informação adequada e até mesmo dificuldades logísticas para acessar benefícios sociais, programas de agricultura familiar, assistência técnica e serviços de saúde e educação. A especificidade do meio rural, aliada à situação econômica precária dos assentamentos, exige políticas públicas adaptadas às reais necessidades dessas populações, que respeitem suas particularidades e fomentem seu desenvolvimento integral.

Entender o perfil socioeconômico dessas famílias é fundamental para que o Estado e a sociedade possam contribuir de forma eficaz e humanizada. Isso inclui reconhecer a importância do MST não apenas como movimento de luta pela terra, mas também como agente que promove a organização comunitária, o resgate da dignidade e a construção de formas sustentáveis de viver e produzir no campo.

A garantia de acesso às políticas públicas, portanto, deve ser vista não apenas como distribuição de recursos, mas como uma estratégia de inclusão social e econômica que fortalece a autonomia dos assentados, reduz desigualdades e promove a justiça social. Somente com essa abordagem integrada é possível vislumbrar um futuro mais justo e esperançoso para os assentamentos do MST no Vale do Mucuri, onde o direito a terra se traduza em qualidade de vida, cidadania plena e desenvolvimento sustentado.

A pesquisa sobre os assentamentos no Vale do Mucuri indica que existe uma variação na renda média familiar entre esses assentamentos, mas esta variação é mínima. Na pesquisa, a primeira pergunta é sobre a composição e renda familiar, e os dados empíricos atualizados (onde a maioria dos assentamentos vive com um salário mínimo) revelam que a "desigualdade socioeconômica" mencionada não decorre do sucesso agrícola de alguns versus o fracasso de outros, mas sim da capacidade de acessar rendas não-agrícolas.

Os dados mostram que Aruega, Nova Vida, Mãe Esperança e Santa Rosa convergem todos para a faixa de um salário mínimo. Isso confirma que, independente do tamanho do lote ou do acesso a crédito agrícola pontual, a atividade produtiva agrícola nessas áreas não está sendo capaz de gerar excedente superior ao piso nacional. A agricultura ali garante, no máximo, a subsistência (segurança alimentar) e uma renda mínima. O "sucesso produtivo" que geraria desigualdade de renda pela via da agricultura parece inexistente ou incipiente nestes dados. A Previdência como

política pública central, está enraizada no assentamento Santa Rosa e Esperança do Vale.

Com os dados empíricos coletados nos assentamentos Aruega, Nova Vida, Mãe Esperança, Esperança do Vale e Santa Rosa, no Vale do Mucuri, a realidade se mostra mais complexa e contraditória. A pesquisa revela que a suposta "desigualdade" baseada no sucesso produtivo é, na verdade, inexistente. O que observamos é uma homogeneização da renda no patamar do salário mínimo, onde as variações nominais não representam acumulação de capital, mas sim estratégias desesperadas de sobrevivência diante da ausência de uma política agrária eficaz.

Mesmo no Assentamento Aruega e Nova Vida, onde se esperaria uma dinâmica diferente, a renda média não ultrapassa o piso nacional. Isso demonstra que, independentemente das características internas de cada assentamento, há um teto estrutural na região imposto pela falta de acesso a mercados e tecnologias apropriadas.

A pesquisa de campo indica que as famílias do acampamento Mãe Esperança vivem com rendas de salários mínimos ou inferiores, mas, crucialmente, com baixo acesso aos instrumentos de fomento produtivo, como já foi analisado. A análise crítica deste território revela que a escassez de acesso a crédito (PRONAF), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e programas de compra institucional (PAA/PNAE) confina os assentados a uma agricultura estritamente de subsistência. Sem capital de giro e sem tecnologia, a terra não gera excedente comercializável capaz de elevar a renda média. O Mãe Esperança ilustra a face da Reforma Agrária onde a terra foi distribuída, mas as condições de desenvolvimento (água, estradas, luz produtiva) não chegaram. A "renda média de salários mínimos", identificada na pesquisa, não advém da venda da colheita, mas sim de programas de transferência de renda (como o Bolsa Família) ou de trabalhos precários e esporádicos (bicos) nas redondezas.

O Assentamento Mãe Esperança serve, portanto, como o contraexemplo doloroso da eficácia da política pública. Ele comprova que a terra, sem o arcabouço de políticas de apoio, determinante para a renda, torna-se um território de resistência pela sobrevivência, e não de emancipação econômica. A renda na região do Mucuri tem neste assentamento o seu piso, determinado não pela incapacidade dos agricultores, mas pela invisibilidade do território perante as ações do Estado.

No Assentamento Santa Rosa e no Esperança do Vale, a sobrevivência

depende majoritariamente de transferências estatais via seguridade social (aposentadoria rural e, notavelmente, aposentadoria por invalidez). O fato de a invalidez ser uma fonte de renda central no Santa Rosa é sintomático: denuncia o desgaste físico dos corpos dos trabalhadores rurais e a incapacidade da agricultura de gerar renda para uma população envelhecida.

As entrevistas feitas de forma qualitativa apontam, entretanto, a importância do acesso às políticas públicas como fator determinante para reduzir essas desigualdades dentro dos assentamentos da região Do Vale Do Mucuri- MG.

O Vale do Mucuri, no estado de Minas Gerais, região historicamente marcada pela concentração fundiária e pela exclusão social no campo, compõem-se com cinco acampamentos/assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esses territórios representam luta dos povos contra as desigualdades estruturais do campo brasileiro, mas os dados relativos ao acesso as políticas públicas agrárias indicam a persistência de entraves que limitam as condições de vida e a reprodução social das famílias assentadas.

A análise dos dados desta tese revela que as políticas agrárias nos assentamentos no Vale do Mucuri, especialmente aquelas voltadas à estruturação produtiva e à infraestrutura social, encontram-se inexistentes. Programas como o Crédito Instalação, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) sofrem com a descontinuidade dos repasses financeiros e com o processo de burocratização, dificultando o acesso efetivo das famílias (BRUZIGUESSI; BEZERRA; JESUS, 2021).

As políticas agrárias desempenham papel central na consolidação da reforma agrária e na promoção da justiça social no campo brasileiro. No contexto do Vale do Mucuri, em Minas Gerais, a implementação dessas políticas apresenta avanços importantes, mas também desafios significativos, que refletem tanto a herança histórica da concentração fundiária quanto as limitações do Estado em garantir condições de vida dignas às famílias assentadas.

Desde a década de 1990, observa-se uma tendência de reorientação das políticas agrárias para a lógica de mercado, conforme destacam Resende e Mendonça (2004). Essa mudança implicou na transferência de responsabilidades para os próprios assentados, que passaram a arcar com os custos da produção agrícola e da sobrevivência, enquanto o Estado reduzia a oferta de assistência técnica, crédito rural

e infraestrutura básica. Nos assentamentos do Vale do Mucuri, essa realidade se manifesta de forma concreta: muitas famílias ainda não conseguem se sustentar exclusivamente da produção agrícola, enfrentando endividamento, vulnerabilidade social e dificuldades para permanecer no território.

Além disso, a fragmentação e a desarticulação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar — como o PNAE, o PAA e a assistência técnica da EMATER — comprometem a sustentabilidade econômica dos assentamentos. Bernardo Mançano Fernandes (2000) argumenta que a luta pela terra só se efetiva plenamente quando acompanhada de um projeto integrado de desenvolvimento rural, capaz de articular acesso à terra, capacitação, crédito rural, infraestrutura e inclusão social. No Vale do Mucuri, a ausência dessa articulação evidencia que a conquista da terra, embora fundamental, não garante por si só condições dignas de produção e reprodução social. Por outro lado, iniciativas de apoio local e regional têm se mostrado estratégias importantes para contornar essas lacunas. A participação em associações de agricultores, a organização comunitária e o acesso a programas específicos de financiamento e assistência técnica possibilitam que algumas famílias ampliem sua produção e conquistem autonomia econômica parcial. No entanto, para que essas políticas sejam efetivas de maneira ampla, é necessária uma ação contínua e estruturada do Estado, que inclua investimentos permanentes, acompanhamento técnico qualificado e promoção de políticas de desenvolvimento territorial integradas às demandas das famílias assentadas.

As políticas agrárias no Vale do Mucuri evidenciam uma realidade dual: avanços na formalização da terra e organização comunitária, mas também desafios persistentes relacionados à sustentabilidade econômica, vulnerabilidade social e descontinuidade das políticas públicas. A consolidação da reforma agrária, portanto, depende não apenas da redistribuição da terra, mas de um conjunto articulado de políticas públicas que assegurem direitos, recursos e condições concretas de permanência no campo.

A análise da situação nos assentamentos do Mucuri revela um processo de assistencialização da política agrária, no qual a gestão da pobreza se sobrepõe à promoção da autonomia produtiva. A precariedade estrutural da Assistência Técnica (ATER) é o sintoma mais claro desse modelo. Ao privar as famílias do acesso regular ao conhecimento técnico sobre agroecologia, manejo e beneficiamento da produção,

o Estado bloqueia ativamente o caminho para a autossuficiência econômica e a consolidação de projetos produtivos robustos.

A consequência direta dessa omissão é a transferência do eixo da sustentabilidade econômica da produção agrícola para os programas de transferência de renda. O fato de o Bolsa Família ser a principal fonte de renda fixa para a maioria das famílias não é um dado acessório; é o indicador central dos entraves da política de desenvolvimento agrário na região. Revela-se um modelo de intervenção estatal que é mais eficaz em administrar a subsistência mínima do que em fomentar a emancipação econômica. Na prática, o Estado se faz mais presente como provedor de um benefício social do que como parceiro no desenvolvimento da produção, perpetuando a vulnerabilidade que a reforma agrária deveria, em tese, superar.

A diminuição dos recursos destinados a esses programas, que sofreram cortes de mais de 70% entre 2015 e 2018 (PITASSE, 2017), contribuiu para o agravamento das condições de produção e renda dessas comunidades. Apesar da existência do PRONERA, a insuficiência de investimentos e a ausência de políticas de permanência (transporte, merenda escolar, infraestrutura educacional) dificultam a continuidade dos processos de escolarização dos jovens no campo, resultando em um êxodo juvenil em busca de melhores condições nas cidades.

Outro dado relevante é a precariedade no acesso a saúde. Os serviços de saúde pública (como postos de atendimento e equipes de saúde da família) são escassos ou inexistentes em muitos assentamentos, o que força as famílias a buscarem atendimento em municípios vizinhos, enfrentando longas distâncias e precariedade no transporte. Essa exclusão do direito à saúde reflete a lógica fragmentada das políticas sociais, que, como afirmam Behring e Boschetti (2007), foram reconfiguradas no contexto neoliberal como ações compensatórias e focalizadas, sem perspectiva de universalização e transformação social.

A reforma agrária no Vale do Mucuri, portanto, encontra-se aprisionada em um modelo de políticas públicas que não dialogam com as reais necessidades das famílias assentadas. Resende e Mendonça (2004) destacam que a política agrária brasileira, desde os anos 1990, foi redirecionada para uma lógica de mercado, desresponsabilizando o Estado e transferindo para os próprios assentados os custos da produção e da sobrevivência. A análise feita nos assentamentos do Mucuri corroboram essa análise, revelando que a maioria das famílias ainda não consegue

se sustentar exclusivamente da produção agrícola, enfrentando um cenário de endividamento e de vulnerabilidade social.

Diante desses desafios, a proposta de Reforma Agrária Popular, defendida pelo MST, apresenta-se como uma alternativa necessária. Essa concepção exige que as políticas agrárias sejam repensadas de forma integrada, com investimentos em infraestrutura, assistência técnica permanente, acesso a crédito desburocratizado, e políticas de educação e saúde direcionadas às especificidades do campo (MST, 2013).

A análise dos dados da pesquisa realizada nos assentamentos do Vale do Mucuri demonstra, portanto, que a superação das desigualdades agrárias depende de uma mudança estrutural na forma como o Estado brasileiro concebe suas políticas para o campo. Sem uma reforma agrária que vá além da distribuição de terras e que incorpore uma perspectiva de desenvolvimento rural sustentável e popular, os assentamentos continuarão a reproduzir as mesmas desigualdades históricas que justificaram sua criação.

A maioria das políticas públicas acessadas pelos assentamentos no Mucuri possui um caráter assistencialista e emergencial, com destaque para programas de transferência de renda como o Bolsa Família. Esses benefícios representam, em muitos casos, a principal fonte de renda fixa das famílias, dada a precariedade das políticas voltadas à produção agrícola. A ausência de investimentos estruturantes, como assistência técnica contínua (ATER), políticas de comercialização e infraestrutura logística, impede que as famílias alcancem autonomia econômica.

Bernardo Mançano Fernandes (2000) afirma que a luta pela terra no Brasil é uma forma de mediação da questão agrária, mas que essa luta precisa ser acompanhada de um projeto de desenvolvimento rural que vá além da simples distribuição de lotes. No caso do Vale do Mucuri, a descontinuidade e a baixa efetividade das políticas públicas voltadas à agricultura familiar — como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) — revelam não apenas um déficit de apoio estatal, mas também um entrave à reprodução social dos assentamentos. A ausência de uma política consistente de escoamento e comercialização da produção gera insegurança econômica e limita a autonomia dos agricultores, obrigando muitas famílias a buscar alternativas fora do campo, o que fragiliza o próprio objetivo da reforma agrária de garantir a permanência

digna no meio rural.

Muitos assentados enfrentam cenas de vulnerabilidade social, endividamento e escassez de recursos, tornando a permanência na terra uma tarefa diária repleta de desafios. Além disso, a falta de assistência técnica adequada, crédito rural direcionado e acesso a infraestrutura básica contribui para que o potencial produtivo dos assentamentos seja subaproveitado. Nesse contexto, a luta pela terra, embora essencial, revela-se insuficiente se não for acompanhada de políticas integradas que promovam capacitação, organização comunitária e inserção econômica. Como evidencia a experiência local no Vale do Mucuri, a ausência desses elementos reforça desigualdades históricas e limita o alcance da reforma agrária, tornando imperativa a construção de um projeto de desenvolvimento rural que conecte a conquista da terra à efetiva melhoria das condições de vida e à segurança alimentar das famílias assentadas.

Os dados coletados durante as entrevistas permitem compreender que a presença das políticas públicas nos assentamentos do Vale do Mucuri é marcada por descontinuidades, seletividades e dependências. Não se trata apenas de identificar os programas acessados, mas de perceber como esses acessos modelam a vida cotidiana das famílias assentadas e condicionam sua capacidade de produção e reprodução social.

A forte presença de programas de transferência de renda indica que os assentamentos estão inseridos em uma lógica de proteção mínima, garantindo a sobrevivência das famílias, mas sem necessariamente fomentar autonomia produtiva. A prevalência dessa política sugere que, no cotidiano, os assentados ainda vivem sob uma condição de vulnerabilidade estrutural, onde o recurso financeiro imediato é mais visível e acessível do que o incentivo produtivo.

Essa realidade se confirma na baixa inserção nos programas de compras institucionais (PNAE, PAA), que demandam não apenas produção diversificada, mas também regularização documental, padrões sanitários e organização coletiva. Assim, observa-se uma espécie de paradoxo: as famílias têm a terra, mas não conseguem transformá-la em plena base de renda porque os mecanismos de acesso as políticas de fomento permanecem distantes de sua realidade.

A análise feita revela que a burocracia é o obstáculo mais citado, mas qualitativamente isso significa mais do que “dificuldades com papéis”. Trata-se de uma

experiência recorrente de exclusão institucional, em que os assentados se vêem diante de prazos curtos, formulários complexos, exigências técnicas e mudanças de regras que não dialogam com seu ritmo de vida no campo. Como consequência, muitos desistem de acessar determinadas políticas, reforçando a percepção de que os assentamentos dependem mais de redes locais de solidariedade e da economia de proximidade (feiras e cestas solidárias) do que das políticas oficiais de comercialização.

A análise qualitativa mostra, assim, que a política agrária é fragmentada e incompleta quando não vem acompanhada de orientação técnica que traduza a norma em prática. A falta de assistência técnica contínua nos assentamentos do Vale do Mucuri é um fator estruturante que compromete diversas dimensões da vida no campo. A ausência de técnicos de referência resulta na dependência do conhecimento tradicional ou na tentativa e erro, gerando insegurança e baixa produtividade. A análise qualitativa revela que a política agrária se torna fragmentada e incompleta quando não é acompanhada de orientação técnica que traduza a norma em prática.

A dificuldade de acesso ao crédito e ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) devido à ausência de regularização fundiária evidencia uma sensação permanente de provisoriedade entre as famílias assentadas. Mesmo vivendo há anos no território, a falta de título definitivo limita o planejamento de longo prazo, desestimula investimentos e reforça a percepção de que a reforma agrária permanece "inacabada". Assim, a terra cumpre função de moradia e subsistência, mas não se converte integralmente em ativo produtivo e social.

A presença de serviços como saúde da família e transporte escolar nos assentamentos do Vale do Mucuri não deve ser vista apenas como garantia de direitos básicos, mas como fatores de pertencimento e dignidade. Quando a comunidade tem acesso regular a esses serviços, há uma sensação de inclusão social que ultrapassa a esfera produtiva. Por outro lado, a inserção ainda tímida em programas de merenda escolar com produtos da agricultura familiar mostra que a integração entre assentamento e sociedade local é parcial. Os assentados do Vale do Mucuri - MG, sentem-se consumidores de políticas públicas, mas não fornecedores ativos da economia local, o que reforça barreiras simbólicas entre campo e cidade.

De modo geral, a análise qualitativa evidencia que as políticas públicas, quando chegam, são vividas mais como favores condicionados do que como direitos

consolidados. As famílias expressam um sentimento ambíguo: gratidão pelo que recebem, mas também frustração pelo que não conseguem acessar. Essa ambiguidade gera uma relação de dependência e incompletude: os assentados reconhecem a importância das políticas, mas percebem que elas não dialogam plenamente com suas necessidades produtivas e culturais.

A análise demonstra que os assentamentos do Vale do Mucuri não podem ser compreendidos apenas a partir da estatística de acesso a programas. É preciso considerar os sentidos sociais, simbólicos e práticos que as políticas assumem no cotidiano. O que está em jogo não é apenas “ter ou não ter” um programa, mas a forma como ele interage com a vida das famílias, com a organização comunitária e com as possibilidades de futuro.

Assim, a política agrária nos assentamentos do Vale do Mucuri- MG aparece como um processo incompleto e contraditório, que, ao mesmo tempo, garante a sobrevivência e limita a autonomia. O desafio central é transformar a experiência dos assentamentos de uma condição de beneficiários dependentes para uma condição de sujeitos de direitos produtivos e sociais, rompendo com a lógica fragmentada e emergencial que hoje marca a reforma agrária no Vale do Mucuri.

De forma geral, os dados indicam que, embora haja presença de políticas sociais, como o Bolsa Família e a Previdência Rural, ainda existem barreiras significativas no acesso a direitos básicos, como educação, saúde e assistência técnica, perpetuando a vulnerabilidade social e econômica das famílias assentadas. Esses dados não são apenas estatísticas. Eles representam histórias de mães que equilibram a lavoura e o cuidado com os filhos, de idosos que dependem de benefícios para comprar remédios e de jovens que sonham em transformar o assentamento, mas esbarram na falta de oportunidades. É um retrato que mistura força, esperança e a urgência de políticas públicas mais efetivas para garantir que viver no campo seja sinônimo de dignidade e não de sobrevivência.

A análise qualitativa dos assentamentos rurais no Vale do Mucuri revela um quadro claro de assimetria no acesso as políticas públicas, evidenciando que, embora existam programas voltados para a proteção social e produtiva, sua efetividade ainda é limitada por barreiras estruturais e operacionais.

Outro ponto central identificado é a burocracia e a falta de informação, consideradas por muitos assentados como os principais obstáculos ao acesso aos

programas. As lideranças entrevistadas consideram a comunicação com os órgãos públicos falha; este fato evidencia uma falha estrutural de comunicação e de acompanhamento institucional, comprometendo a implementação de políticas de forma contínua e efetiva.

No que se refere, embora o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o PAA sejam relativamente conhecidos, ao acesso ao crédito ainda é limitado, com entraves como burocracia bancária e ausência de documentação da terra. Este dado reforça a ligação direta entre questões fundiárias e acesso a políticas públicas, evidenciando que a consolidação dos assentamentos depende não apenas da posse da terra, mas da regularização formal e da inclusão em programas de financiamento.

A análise sobre assistência técnica reforça que muitas famílias apontam a falta de acompanhamento contínuo como fator limitante para o desenvolvimento produtivo. A ausência de orientação técnica prejudica a diversificação produtiva, a inserção em mercados institucionais e a adoção de práticas agroecológicas, demonstrando que políticas assistenciais isoladas não são suficientes para consolidar o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Em termos de saúde e educação, observa-se um avanço parcial. A estratégia Saúde da Família é a principal porta de entrada, mas serviços específicos, como saúde mental, permanecem insuficientes. Na educação, o transporte escolar e a merenda com produtos da agricultura familiar destacam o potencial de integração entre políticas sociais e a valorização da produção local, ainda que a dependência de programas universais revele fragilidades no suporte direto às famílias assentadas.

A percepção, portanto dos assentados sobre a efetividade das políticas agrárias, é de fato, insatisfatória, se denuncia sua não efetividade e fragilidade operacional. As prioridades apontadas pelos assentados – assistência técnica regular, regularização fundiária e fortalecimento das formas coletivas de organização produtiva, sinalizam a necessidade de políticas estruturantes e integradas, capazes de consolidar a reforma agrária de forma sustentável.

Em síntese, a análise qualitativa revela que, no Vale do Mucuri, os assentamentos têm acesso desigual e fragmentado às políticas públicas. Enquanto os programas sociais cumprem o papel de garantir renda mínima e proteção imediata, a ausência de políticas estruturantes no campo produtivo e fundiário compromete a

sustentabilidade de longo prazo. Transformar a reforma agrária em um processo de efetiva integração socioeconômica requer ações coordenadas que promovam autonomia, dignidade e desenvolvimento sustentável, articulando redistribuição da terra, assistência técnica, crédito e participação social.

Podemos concluir um cenário em que as políticas públicas chegam aos assentamentos do Vale do Mucuri de forma desigual e insuficiente para promover mudanças estruturais. Embora programas como o Bolsa Família tenham amplo alcance e representem um alívio imediato para a renda das famílias, as políticas agrárias permanecem fragmentadas e carecem de continuidade, não garantindo as condições necessárias para a autonomia produtiva e a consolidação da reforma agrária. As iniciativas voltadas à produção, infraestrutura, saúde e educação ainda enfrentam entraves significativos, como burocracia, falta de regularização fundiária e ausência de assistência técnica contínua.

A pesquisa mostra que a sobrevivência no campo depende não apenas da manutenção de benefícios sociais, mas, sobretudo, do fortalecimento de políticas estruturantes que ampliem o acesso ao crédito, fomentem a organização coletiva e garantam serviços básicos de qualidade. Sem isso, as comunidades permanecem em uma condição de vulnerabilidade, onde a esperança de desenvolvimento convive diariamente com a luta para superar obstáculos históricos.

Este estudo foi feito com o objetivo de analisar a política de reforma agrária no Vale do Mucuri-MG através dos assentamentos do MST, e o enfoque de sua materialização enquanto política agrária pública. Para tanto, partimos de pesquisas de campo que foram feitas nas áreas, produções de teóricos, pesquisadores, militantes e movimentos sociais que sinalizam que as políticas agrárias pouco alteraram a concentração/ estrutura fundiária no Brasil. As políticas agrícolas historicamente privilegiam os setores mais capitalizados e os camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra cada vez mais ficam à mercê de políticas sociais, que no contexto de redução de direitos sociais são seletivas e focalizadas com adensado viés compensatório. A questão agrária no Brasil teve seu fundamento alicerçado no monopólio privado da terra, meio universal do trabalho e realização humana, bem como na escravidão do índio e negro seguida da superexploração do trabalho que retroalimenta a sociabilidade capitalista (MASSON, p. 214).

Portanto, enfrentar a questão agrária em Minas Gerais exige um conjunto

articulado de políticas públicas que vá além da distribuição de terras. É fundamental garantir infraestrutura, assistência técnica, crédito acessível, educação e apoio à organização social das famílias assentadas. A democratização do campo mineiro não será alcançada sem a atuação do Estado em defesa da reforma agrária, da agricultura familiar e dos territórios tradicionais, como formas de promover um desenvolvimento rural justo, sustentável e comprometido com a redução das desigualdades históricas.

Uma análise da efetividade das políticas agrárias nos assentamentos do Vale do Mucuri revela uma heterogeneidade marcante, indicando que o acesso a programas estatais não é efetivo e universal. Ele é mediado por um conjunto de fatores que incluem a trajetória histórica da ocupação, o grau de segurança na posse da terra e a capacidade de organização interna das comunidades. A seguir, a análise comparativa dos assentamentos Aruega, Nova Vida, Mãe Esperança, Esperança do Vale e Santa Rosa elucida como essas mediações estruturais produzem resultados desiguais.

O Assentamento Aruega ilustra como a trajetória histórica funciona como um catalisador para a acumulação de capital político e legitimidade. Por ser a primeira grande ocupação do MST em Minas Gerais, sua "memória de luta" lhe confere uma visibilidade que transcende a esfera local. Essa notoriedade, analisada por autores como Bernardo Mançano Fernandes, é fundamental na construção do território como um espaço de identidade e poder político. A consolidação territorial e o reconhecimento externo permitem que o Aruega acesse com mais facilidade redes institucionais e programas como ATER e linhas de crédito, superando parcialmente a assistência estatal que, de modo geral, é precária – uma crítica recorrente nos trabalhos de Gabriela Masson sobre a implementação de políticas para a reforma agrária.

Em contraste, os casos dos assentamentos Nova Vida e Esperança do Vale demonstram que a insegurança jurídica da posse da terra atua como o principal obstáculo estrutural ao desenvolvimento e a cidadania no campo. A condição de acampamento ou o risco constante de reintegração de posse, fragiliza a existência da comunidade. Essa vulnerabilidade documental impede o acesso a políticas essenciais que exigem a regularização fundiária, como o PRONAF. Essa barreira burocrática é um tema central para se entender a lentidão e a seletividade da regularização funcionam como um mecanismo de controle e precarização da vida dos assentados.

Mesmo com uma produção relevante e organização comunitária, a incerteza jurídica condiciona e limita a eficácia de qualquer política pública.

Esta análise dos assentamentos do Vale do Mucuri permite organizá-los em uma verdadeira escala de acesso às políticas agrárias. No polo mais consolidado, encontram-se o Assentamento Aruega e, em menor medida, o Santa Rosa, que, a partir de sua trajetória histórica, capacidade organizativa e articulação com o MST regional, conseguem transformar esse capital político em acesso, ainda que parcial, aos programas estatais. Em uma posição intermediária situam-se os assentamentos Nova Vida e Esperança do Vale, cuja insegurança fundiária limita o alcance de direitos, tornando-os condicionados e incertos. No extremo da vulnerabilidade está o Assentamento Mãe Esperança, que, devido à sobreposição de carências estruturais e à invisibilidade institucional, permanece praticamente excluído do universo das políticas públicas. Essa diferenciação interna ao processo de reforma agrária no Vale do Mucuri reforça a tese de que, sem a garantia de pré-condições básicas — como a regularização fundiária e a implantação de infraestrutura mínima —, as políticas de fomento não alcançam efetividade, permanecendo restritas aos grupos que dispõem de maior capacidade de articulação política.

Assim a partir da análise da política de reforma agrária em Minas Gerais, tendo como recorte específico os assentamentos do Vale do Mucuri, revela-se que a questão agrária permanece marcada por contradições estruturais que não podem ser compreendidas fora da dinâmica da luta de classes. Como destaca Fernandes (2000), a disputa pela terra no Brasil não é apenas uma questão econômica, mas uma expressão histórica da resistência camponesa contra a concentração fundiária e os limites impostos pelo modelo de desenvolvimento pautado no agronegócio. Nesse sentido, o processo de assentamento no Vale do Mucuri reflete a permanência desse conflito, onde as conquistas territoriais das famílias assentadas representam tanto vitórias sociais quanto evidências da incompletude da política agrária no Estado.

A luta de classes se expressa de forma contundente nos conflitos agrários que marcam a região. Leite (2012) observa que Minas Gerais figura entre os estados com maior número de disputas pela posse da terra, resultado direto da histórica concentração fundiária. No Vale do Mucuri, essas disputas assumem caráter ainda mais dramático pela sobreposição de interesses do agronegócio, da mineração e do latifúndio improdutivo com os projetos de reforma agrária. A violência, os despejos e

a criminalização dos movimentos sociais reforçam que o Estado, ao mesmo tempo em que reconhece a legitimidade da luta pela terra, atua também como mediador de interesses privados, revelando sua natureza contraditória (Oliveira, 2007).

No entanto, os assentamentos conquistados no Vale do Mucuri evidenciam que a luta não se encerra na conquista do território. Como analisa Medeiros (2014), a efetivação da reforma agrária exige políticas públicas capazes de garantir a reprodução social das famílias assentadas, o que implica assistência técnica, crédito, infraestrutura e regularização fundiária, uma política agrária que realmente atenda os assentamentos. A realidade observada aponta para a presença fragmentada dessas políticas: programas sociais como o Bolsa Família têm papel relevante na garantia da sobrevivência imediata, mas as políticas estruturantes, como o acesso contínuo à assistência técnica e ao crédito agrícola, permanecem limitadas. Essa ausência compromete o potencial produtivo da terra e reforça a sensação de provisoriedade dos assentamentos, conforme já apontava Martins (1999), ao afirmar que a reforma agrária no Brasil historicamente se dá mais como resposta conjuntural à pressão social do que como política de Estado efetivamente planejada.

Nesse contexto, a experiência dos assentamentos do Vale do Mucuri revela um quadro de avanços e limites. Se, por um lado, eles simbolizam conquistas concretas da luta social organizada, por outro, mostram que a política de reforma agrária em Minas Gerais é implementada de forma incompleta e desigual. A ausência de regularização fundiária, os entraves burocráticos para o acesso a programas produtivos e a falta de integração entre políticas sociais e produtivas confirmam a análise de Sauer (2010), segundo a qual a reforma agrária brasileira tem sido mais um instrumento de mitigação de conflitos do que um projeto estratégico de desenvolvimento rural.

Portanto, conclui-se que a política de reforma agrária em Minas Gerais, particularmente no Vale do Mucuri, está atravessada pela contradição entre o direito conquistado e sua efetivação parcial. A luta de classes continua a se manifestar tanto na resistência dos assentados quanto na reação dos setores hegemônicos, reafirmando que a democratização da terra é inseparável da construção de um projeto de sociedade mais justo e igualitário. Para que a reforma agrária cumpra seu papel de transformação estrutural, é imprescindível superar as políticas fragmentadas e consolidar um modelo de desenvolvimento que valorize os sujeitos do campo como

protagonistas, articulando terra, produção, dignidade e pertencimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo analisado teve como território o Vale do Mucuri no estado Minas Gerais, buscou realizar uma caracterização das políticas públicas mais acessadas pelos assentados do vale do Mucuri- MG. O debate se alicerça a partir da lógica da dependência e da exploração que gera um processo de reconcentração de terras.

A pesquisa defende que a superação da concentração de terras no Brasil exige não apenas políticas pontuais, mas uma reforma agrária estrutural e popular, articulada a um projeto nacional de desenvolvimento que enfrente a concentração fundiária, democratize o acesso à terra e promova a soberania alimentar.

Assim, dentre as alternativas ao capital, além da agroecologia e a reforma agrária popular se tornam alternativas frente ao sistema atual. Todas estas alternativas encontram vários fatores para que se realize desafios, sendo que um deles é o capital financeirizado, que domina a agricultura através do agronegócio e das empresas transnacionais

A questão agrária no Brasil é um dos elementos centrais para compreender as desigualdades sociais e territoriais do país. Historicamente marcada pela concentração fundiária e pela exclusão das populações camponesas, ela representa uma das expressões mais duras do modelo econômico brasileiro, baseado no latifúndio e na exploração. Para Mançano, a luta pela terra deve ser entendida como parte de uma disputa territorial mais ampla. Não se trata apenas de uma luta econômica pelo acesso à terra, mas também de uma disputa por poder, por território e por projeto de sociedade. A terra, nesse sentido, é um elemento político, que articula relações sociais, identidades e pertencimentos.

Sendo assim, entendemos que a questão agrária é um elemento de primeira ordem para a compreensão das leis agrárias e a concentração fundiária no capitalismo dependente latino-americano em geral, e particularmente no Brasil. De tal modo que o agronegócio se apresentará, nas particularidades do capitalismo dependente, como um elemento que aprofunda ainda mais a exploração e a desigualdade.

A história do modo de produção capitalista foi e segue intensamente marcada pela violência e pelas múltiplas contradições que aparentemente se apresentam como dualidade, mas são mais complexas do que a diferenciação entre dois polos: Pobreza-Riqueza, Exclusão-Inclusão, Rural-Urbano. Compõem um todo que precisa ser

compreendido no universo do processo de desenvolvimento inerente ao modo de produção capitalista.

A concentração fundiária, exclusão e desigualdade social marcam a sociedade brasileira e têm sua origem desde o processo de colonização, pois ao acentuar a concentração conjuntamente com a expropriação dos camponeses e a crescente exploração de trabalhadores do campo, faz emergir de maneira mais clara as contradições sociais causadoras dos conflitos no campo: na luta pela terra, na luta por direitos, na luta pela vida.

A concentração fundiária no país tem sido um importante fator causador dos conflitos ocorridos historicamente no território brasileiro, sendo, nas últimas décadas, a principal razão de ocupações de terras que reivindicam do Estado a criação de assentamentos de reforma agrária para deter o latifúndio no Brasil. A estrutura agrária brasileira foi sendo alterada no sentido de manter a mesma estrutura, que parte de um capitalismo dependente e subdesenvolvido que lhe traz traços peculiares. O processo da colonização serviu à acumulação de capital nos países centrais.

Partimos da apreensão de que a questão agrária e a superexploração da força de trabalho ocorrida na América Latina, com particularidades no Brasil, são determinações fundamentais da extração de valor no capitalismo dependente brasileiro, ou seja, substanciam o movimento inerente à lei geral da acumulação capitalista no Brasil. Esta dinâmica impõe a expropriação, a violência e a superexploração como meios de extração de valor, a dependência e a forma possível de desenvolvimento no Brasil.

Frente à primazia da propriedade privada, o desigual acesso à terra, aos meios de produção e ao poder condicionam a apropriação da riqueza produzida, uma vez que o passado colonial consolidou a matriz da acumulação primitiva de capital atrelada à apropriação privada da terra, que será legalizada no período da Independência formal. O monopólio privado das terras, a superexploração da força de trabalho e a espoliação dos recursos naturais apresentam-se como fundamentos da dialética da dependência, desdobramento do intercâmbio desigual, que proporciona a transferência de valor, e da continuidade do processo de acumulação e valorização do capital (Marini, 2011; Fernandes, 2008).

A concentração de terra é histórica. No entanto, seu desenvolvimento vem atrelado a condições que se fazem necessárias para implantação do capitalismo nos

centros, perpetuando o caráter de dependência externa (associação capitalista entre os países da periferia e o do centro capitalista). Segundo Masson (2014), vários elementos alteram a questão agrária, pois o capital a organiza de formas distintas. Na atualidade, ela possui particularidades que determinam a vida dos “sem-terra” no Brasil, que travam cotidianamente um enfrentamento contra a hegemonia do capital financeiro e sua criação: o “inimigo principal da reforma agrária hoje, o agronegócio”. Para conseguirmos entender a particularidade brasileira e as mediações que a compõem com a finalidade de tecer uma análise que se aproxime da totalidade que envolve o Vale do Mucuri/ Minas Gerais, recorreremos, a princípio, à compreensão do processo sócio-histórico que auxiliará no entendimento da estrutura do capitalismo periférico brasileiro, ao processo de colonização/ exploração ao qual fomos submetidos enquanto colônia. A realidade centrada na práxis do capitalismo dependente e na divisão social do trabalho, permeia as estruturas sociais, culturais, ambientais, políticas e econômicas da nossa sociedade.

Para esta mesma autora (2014):

Entendendo, conforme Sampaio Júnior (2013), a questão agrária brasileira possui determinantes de um processo que advém de questões políticas, sociais e econômicas, portanto historicamente determinadas, inerentes ao modo de produção aqui vigente e ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro nos termos de Florestan Fernandes (1975) é periférico e dependente dos grandes centros comerciais, que nunca eliminou o latifúndio (Masson, 2014, p 19).

A perpetuação do latifúndio traz consigo uma contradição estrutural, onde emergem as lutas sociais no campo, protagonizadas por camponeses, trabalhadores rurais sem-terra, povos tradicionais e comunidades indígenas, que resistem à lógica de expropriação e subordinação imposta pelo capital. Como aponta Mançano Fernandes (2012), as lutas pela terra no Brasil não se restringem à posse de um pedaço de chão, mas expressam um projeto alternativo de sociedade, que confronta diretamente a mercantilização dos territórios e das relações sociais.

Assim, as lutas sociais no campo brasileiro, longe de serem manifestações esporádicas ou localizadas, constituem-se como processos históricos de resistência e construção de alternativas, desafiando a hegemonia do agronegócio e do latifúndio, pilares fundamentais da reprodução do capitalismo dependente no Brasil.

Aqui, reside a importância crucial e universal das lutas no campo. Elas não são

uma pauta setorial ou isolada, mas um motor para a democratização de toda a sociedade brasileira. Ao desafiarem a estrutura de concentração de terras — um dos pilares mais duradouros da desigualdade no país —, os movimentos sociais como o MST não lutam apenas por um pedaço de chão. Lutam por um modelo de produção de alimentos saudáveis que se contraponha à lógica predatória do agronegócio; lutam pela construção de novas relações sociais, baseadas na cooperação e na solidariedade; e, fundamentalmente, mantêm viva a utopia de que é possível construir um Brasil onde a terra cumpra sua função social e a vida seja mais importante que o lucro.

A trajetória dos assentamentos de reforma agrária no Vale do Mucuri, analisada neste tese, corrobora com a central de que a política agrária na região se manifesta de forma fragmentada, seletiva e, em essência, compensatória, falhando em se consolidar como um projeto estrutural de desenvolvimento rural. A conquista da terra, como demonstrado, representa apenas a etapa inaugural de uma luta muito mais longa e complexa: a luta pela permanência digna no campo, que depende da efetivação de um arcabouço integrado de políticas públicas.

A análise comparativa dos assentamentos revela uma nítida "escala de acesso a direitos", na qual a efetivação das políticas é mediada pela trajetória histórica, pelo capital político acumulado e, fundamentalmente, pela segurança jurídica da posse da terra. De um lado, o assentamento pioneiro Aruega, embora enfrente desafios como o envelhecimento da população e a exclusão de gênero e da juventude das políticas de crédito, conseguiu converter sua visibilidade em acesso parcial à infraestrutura e a alguns programas, representando o polo mais consolidado. De outro, casos como Nova Vida e, de forma ainda mais aguda, Mãe Esperança, ilustram o abandono institucional. Nesses territórios, a ausência de documentos essenciais, como o Contrato de Concessão de Uso (CCU), funciona como um dispositivo de exclusão em massa, bloqueando o acesso a crédito, moradia e fomento, e forçando as comunidades a sobreviverem a partir da auto-organização e do acesso precário a políticas sociais municipais.

Este modelo de intervenção estatal, que dissocia as políticas sociais da política agrária, gera um ciclo de vulnerabilidade assistida, no qual a subsistência das famílias depende mais de programas de transferência de renda do que da sua própria capacidade produtiva. Contudo, diante deste cenário de omissão, o que emerge com

força é a agência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A organização coletiva, a produção agroecológica, a criação de espaços culturais e educacionais autônomos e a contínua pressão sobre o Estado demonstram que a luta não é apenas por terra, mas por um projeto de sociedade.

Em última análise, a experiência do Vale do Mucuri evidencia que a superação das contradições da questão agrária no Brasil exige mais do que a simples distribuição de terras. Requer a implementação de uma Reforma Agrária Popular que, para além do acesso aos recursos produtivos, dispute a construção de territórios onde a educação, a cultura, a justiça social e a soberania alimentar sejam os pilares de um novo modelo de desenvolvimento para o campo e para todo o país.

A estrutura agrária brasileira nos permite perceber pelas leis, pela sua estrutura que, ao longo da história, se caracteriza pelo seu caráter concentrador ditado por uma dinâmica de desenvolvimento desigual, combinado e do capital e suas particularidades na América Latina e, portanto, no Brasil.

No século XXI, a questão agrária permanece como uma das problemáticas centrais da sociedade brasileira. A permanência de elementos históricos, como a concentração fundiária e subutilização das terras rurais, a superexploração do trabalho e o trabalho escravo e as lutas dos trabalhadores se fundem aos processos e dinâmicas recentes de reconversão produtiva, materializadas na expansão do agronegócio, sobretudo com a produção comercial de agrocombustíveis, voltada para um mercado mundializado. Dessa forma, também se une à multiplicação de iniciativas da agricultura camponesa no desenvolvimento da produção agroecológica, na construção de mercados justos e em avanços na construção de outra forma de produzir.

Nesse sentido, tais lutas expressam a centralidade da questão agrária como parte da luta de classes, revelando contradições estruturais que perpassam a formação social brasileira. Ao mesmo tempo, apontam para a possibilidade de projetos contra-hegemônicos, nos quais os movimentos camponeses e trabalhadores rurais, organizados coletivamente, reivindicam não apenas o acesso à terra, mas também a transformação das relações sociais de produção no campo.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABADE, G. A. **A seletividade espacial no território das comunidades agricultoras do Vale do Jequitinhonha (MG)**. Florianópolis: UFSC, 2024.

ACHTSCHIN, M. **A formação econômica, política, social e cultural do Vale do Mucuri**. Teófilo Otoni. 2018. 176 p.

AGÊNCIA MINAS. **PIB do agronegócio mineiro cresce e chega a R\$ 235 bilhões em 2024**. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais, 2024.

AGÊNCIA MINAS. **Exportações do agronegócio mineiro somam US\$ 8,4 bilhões entre janeiro e maio de 2025**. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais, 2025.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **A política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 2002.

BEHRING, E. R. **Fundo Público, Valor e Política Social**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2021

Bezerra, Cristina Simões, Monica Aparecida Grossi Rodrigues, Nilo Marques de Jesus. **"Questão Agrária e Políticas Públicas em Minas Gerais"**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2021

CABRAL, A. A. O. **Reforma agrária no Brasil: a reforma (im)possível**. João Pessoa: UFPB, 2021.

CÂNDIDA, M. A.; SIQUEIRA, D. L. **Questão Agrária, Ambiental e Territórios: contribuições e Debates a partir da Especialização Latu Sensu no NEPRA-UNIMONTES**. Montes Claros: Revista Verde, 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo Brasil 2024**. Goiânia: CPT Nacional, 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo Brasil 2025**. Goiânia: CPT Nacional, 2025.

COSENZA, Rita de Cássia Araújo. **As ocupações de luta por terra e a vara agrária de Minas Gerais**. Belo Horizonte: [s. n.], 2010.

COUTINHO, C. N. **Notas sobre cidadania e modernidade**. In *Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 2, nº 3, dezembro de 2005 - ISSN - 1807-698X. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br>. Acesso em: 19 set. 2010.

ELIAS, Michelly F. M. **A atualidade da questão agrária e das lutas sociais do campo no Vale do Mucuri - MG**. In: V Simpósio Internacional Lutas Sociais na

América Latina, 2013, Londrina -PR. Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro., 2013. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v1_michelly_GI.pdf. Acesso em 18 de setembro de 2016.

FAEMG – FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DE MINAS GERAIS. **Exportações do agronegócio mineiro superam a mineração em 2024**. Belo Horizonte: FAEMG, 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. São Paulo, Editora Vozes, 2000.

_____. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Reforma agrária e desenvolvimento rural: desafios e perspectivas**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

_____. **A questão agrária no limiar do século XXI**. In. Encontro Nacional de Geografia Agrária, 15, 2000,

Goiânia. _____. **MST: formação e territorialização**. São Paulo, HUCITEC, 2000.

_____. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Reforma Agrária Popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Questão agrária, democracia e direitos humanos**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2008.

_____. **MST: A construção de um território de resistência**. In: Stedile, João Pedro (Org.). Brava Gente. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

_____. **“MST: a construção de um território de resistência”**. In: STEDILE, João Pedro (Org.). Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

_____. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Zahar, 1975.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 4 ed. São Paulo: GLOBAL. 2009.

_____. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FILHO, Alcântra. José Luiz. **Análise exploratória da estrutura fundiária em Minas Gerais**. (Dissertação de mestrado), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG,

2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **Desenvolvimento e questão agrária no Brasil: problemas do passado e dilemas para o futuro**. Editora UEMG, 2022.

GOMES, H. T. C. **Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais: conflitos sociais e alternativas populares**. Montes Claros: Revista Cerrados, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura/1234-censo-agropecuario.html>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção Agrícola Municipal (PAM) 2023: Safra bate recorde, mas valor da produção cai. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia/releases/44465-pam-2024-com-queda-nos-precos-e-na-safra-de-graos-valor-da-producao-agricola-cai-pelo-segundo-ano-seguido>

LEITE, Sérgio Pereira. **Reforma agrária no Brasil: impasses e perspectivas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. **Expressão Popular, São Paulo, 2005**.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 1999.

MARX, K. e ENGELS, F. **O manifesto do Partido Comunista**. [tradução Maria Lucia Como]. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **O Capital**. Livro III, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. **O Capital** - Crítica da Economia Política, Livro III, o processo Global da Produção Capitalista, Volume IV. 5ª Edição, DIFEL 1987.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **O Capital** - Crítica da Economia Política, Livro III, o processo Global da Produção Capitalista, Volume V e VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MASSON, A. Gabriela. **A reforma agrária como uma política pública de**

desenvolvimento ou política social?; uma análise a partir dos assentamentos rurais “Tereza do Cedro” e “Dandara” no município de Uberaba/ MG. Tese de Doutorado, Franca, 2016.

_____. **Política agrária e reforma agrária no Brasil contemporâneo: limites e possibilidades.** Curitiba: CRV, 2019.

_____. **A Questão Agrária e a Luta pela Reforma Agrária no Triângulo Mineiro.** Editora Appris, 2021.

_____. **Questões agrárias e movimentos sociais no Brasil: análise crítica.** Belo Horizonte: Autores Coletânea, 2021.

_____. **Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais : conflitos sociais e alternativas populares /** Bruno Bruziguessi ... [et al.] (organizadores). – Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 28ª ed., Petrópolis,RJ, 2007.

_____. **Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta.** In: __ (Org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 32 ed. Rio de Janeiro:Vozes, 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Programa Agrário do MST: texto em construção para o VI Congresso Nacional. São Paulo, 2014. NAVARRO, Zander. A morte da reforma agrária (ja vai tarde). Disponível em <http://diplomattizzando.blogspot.com.br/2013/09/a-morte-da-reforma-agraria-ja-vai-tarde.html>. Acessado em 27 de julho de 2014.

NAVARRO, Zander. **Movimentos sociais e reforma agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **O déficit da esquerda é organizacional.** On-line: PCB, v. 22, 2010.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo, Expressão Popular, 2011.

_____. **A geografia das lutas no campo.** São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** Estudos avançados, v.15, p. 185- 206, 2001.

OLIVEIRA, A.U. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil:** o debate na década de 2000. SP: Expressão Popular, 2005. p.19- 38. 54

_____. **Modo de produção capitalista e agricultura: a questão agrária no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2007.

_____.; STÉDILE, João Pedro (orgs.). **A questão agrária no Brasil: coletânea.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono**. Rio de Janeiro, Codecri, 1988.

PEREIRA, Fábio. **A declaração de amor de Guimarães Rosa a Minas Gerais**. *Revista Bula*, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://www.revistabula.com/21511-a-declaracao-de-amor-de-guimaraes-rosa-a-minas-gerais/>.

PEREIRA, José Flávio Mayrink et al. **Considerações a respeito da matriz energética de Minas Gerais**. 2014.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **Os agentes do agronegócio e o uso do território no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**: da moderna agricultura de grãos à expansão recente da cana de açúcar. *Revista do Departamento de Geografia*, v. 23, p. 83-104, 2012.

PEREIRA, MSc Camila Amaral; MOTA, Ana Silva Nepomuceno. **A questão agrária em Minas Gerais**. *Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas* Nº. 12 – Ano VI – 10/2017

PRADO JÚNIOR, C. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. Companhia das Letras, São Paulo, 1982.

_____. **A formação Política do Brasil**. Companhia das Letras, São Paulo, 2002.

SANTOS, E. A. **As políticas públicas para a agricultura familiar no assentamento Emiliano Zapata, Uberlândia-MG**. Uberlândia: UFU, 2023.

SEAPA – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS. **Exportações agropecuárias de Minas Gerais alcançam US\$ 14,17 bilhões em 2024**. Belo Horizonte: SEAPA, 2024.

SOUZA, S. G. **Assentamentos rurais e circuitos curtos de comercialização de alimentos: experiências e significados territoriais no norte de Minas Gerais**. Uberlândia: UFU, 2024.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

_____. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

_____. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. SP: Expressão Popular, 2013. p.19- 38.

_____. **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre os 50 anos de reforma agrária**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. (Org.). **O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. A questão agrária no Brasil, v. 7 - O Debate na Década de 2000. São Paulo: Expressão

Popular, 2013.

_____. **A Questão Agrária no Brasil: uma análise da luta pela terra e da política de reforma agrária.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TRASPADINI, Roberta S. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina:** a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2016.

VICTOR, Fabiana Borges. **Mídia e questão agrária em Minas Gerais: 2005 a 2018.** Belo Horizonte: UFMG, 2021.

ANEXO

ANEXO 1: PROPOSTA DE ROTEIRO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

PROPOSTA DE ROTEIRO DE PESQUISA

PROPOSTA DE ROTEIRO

Roteiro de entrevista com os assentados ou assentadas

1-ComposiçãoFamiliarerenda:
2-Quanto anostem quevocêsresidemaquidesdeaocupação?
3-No queserefereapolíticaAgráriaqualéoaaccessodefatoqueoassentamentotematualmente?
4-Comofoiàocupaçãoestaterra? ()Ocupação/()Qualmovim entosocial?MST () Compra () Sindicato () INCRA
5-Quantotempoficaram acampados?
6-Háquanto tempoestá assentado?
7-Comofoioprocessodeacampamentoatéassentamento?
8-Quaisaspolíticaspúblicasmaisacessadaspeloassentamento?
9-SãoatendidospelosSUS?
10-OsagentesdesaúdedoProgramaSaúdedaFamíliavisitamoslotes?

11-São atendidos pelo SUAS? Como é o acesso a política de assistência social?
12-Possuem acesso aos medicamentos que necessitam?
13-Como é este atendimento e acesso a medicação?
14-Existe escola no assentamento?
15-Como os assentados vão para escola?
16-Quanto ao acesso ao crédito: Linha de Financiamento: (1) Pronaf (Pronaf Custeio; Pronaf Mais Alimentos – Investimento; Pronaf Agroindústria; Pronaf Agroecologia; Pronaf Eco; Pronaf Floresta; Pronaf Semi árido; Pronaf Mulher; Pronaf Jovem; Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares; Pronaf Cota-Parte; Microcrédito Rural); (2) Outros programas públicos (especificar); (3) Fundos Rotativos; (4) Acesso a crédito habitação/reforma; (5) Outros.
17- Tipo de Benefícios, Política Pública ou Pensão: (1) Aposentadoria rural; (2) Bolsa Família; (3) Biodiesel; (4) Garantia Safra; (5) Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais; (6) PROINF – Apoio e ações de infraestrutura e serviços; (7) PGPM – Programa de Garantia de Preço Mínimo; (8) SEAF – Seguro da Agricultura Familiar; (9) Seguro de desemprego; (10) Benefício do greja, ONG ou Sindicato; (11) Aposentadoria ou pensão; (12) PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; (13) PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural; (14) PNCF – Crédito Fundiário; (15) Programa de cisterna Primeira Água; (16) Programa de cisterna Segunda Água; (17) PRONATEC; (18) Salário de feso; (19) Benefício de Prestação Continuada; (20) Outro, especifique.
18-Como avalia a Reforma Agrária no assentamento, na região do Vale do Mucuri?
19-Alguma questão que gostaria de pontuar

ANEXO II: TCLE

TERMO DE CONCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Política de Reforma Agrária como Política Social: um estudo sobre os assentamentos do Vale do Mucuri

Pesquisador: ALINE DE JESUS OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 75901823.2.0000.5147

Instituição Proponente: Faculdade de Serviço Social

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.742.482

Apresentação do Projeto:

Trata-se de terceira versão de projeto submetida ao CEP.

As informações transcritas foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e do

parecer anterior. Segundo a pesquisadora, "este projeto de pesquisa tem como objetivo analisar a política de reforma agrária na região do Vale do Mucuri. Nosso objeto específico de estudo é compreender se a política agrária se configura como política pública nos assentamentos de reforma agrária do Vale do Mucuri, para tanto é preciso fazer uma investigação da questão agrária que representa o núcleo das contradições do desenvolvimento desigual e combinado. Trata-se de uma pesquisa científica de natureza qualitativa com base em revisão bibliográfica, entrevista e observação.

O público-alvo é constituído por dirigentes (coordenadores) dos movimentos assentados(a) dos assentamentos de reforma agrária do Vale do Mucuri".

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo primário é "analisar a Política de Reforma nos assentamentos dos movimentos dos trabalhadores sem terra no Vale do Mucuri". Os objetivos secundários são: "analisar a implementação da política agrária nos assentamentos do vale do Mucuri-MG; identificar quais as principais dificuldades enfrentadas pelos assentados na luta pela política de reforma agrária no Vale do Mucuri-MG; identificar como a política agrária se desenvolve

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SAO PEDRO

CEP: 36.036-900

UF: MG

Município: JUIZ DE FORA

Telefone: (32) 2102-3788

E-mail: cep.propp@ufjf.br

visando analisar a consonância com as principais demandas de políticas públicas para esta região; refletir

Continuação do Parecer: 6.742.482

criticamente sobre as possibilidades e os desafios da política agrária como instrumento de democratização da terra".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora gradua os riscos como mínimos. Conforme a autora explana, os riscos são "a possibilidade de identificação, de origem emocional, de desconforto e de medo podendo evocar lembranças emotivas que causem algum desconforto emocional, alteração da percepção do participante a respeito de si próprio, evocando ansiedade, vergonha, ou alterações no pensamento ou comportamento".

Como forma de mitigação dos riscos, a pesquisadora informa que "haverá uma pseudonimização utilizando nomes fictícios; será assegurado aos participantes o direito de não responder a (as) questão (ões), assim como de interromper a entrevista a qualquer momento, seja por solicitação do próprio participante ou por percepção de qualquer desconforto ao participante pela pesquisadora, no momento da entrevista poderão responder a(s) pergunta(s) que lhe cause(m) algum desconforto emocional. [e] além, da entrevista ser agendada de acordo com a disponibilidade do participante". A pesquisadora informa que após a pesquisa, "será agendada uma reunião com os coordenadores, a fim de darmos um feedback com orientações dos direitos constitucionais e os respectivos nomes e endereços dos órgãos responsáveis."

O benefício especificado é, nas palavras da pesquisadora "benefícios diretos aos participantes de modo a incentivá-los no processo de organização e acessibilidade as políticas públicas; e indiretos contribuindo para uma avaliação da implementação da política agrária no Vale do Mucuri-MG".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa está bem estruturado e redigido. Foram realizadas adequações no intuito de sanar pendências apresentadas no parecer anterior.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresentou o formulário devidamente assinado. A pesquisadora apresenta a

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SAO PEDRO

UF: MG

Município: JUIZ DE FORA

CEP: 36.036-900

Telefone: (32) 2102-3788

E-mail: cep.propp@ufjf.br

da declaração de autorização de infraestrutura para pesquisa assinada pelo responsável" pelo(s) assentamento(s) do Vale do Macuri". Estão incluídos os currículos da equipe de pesquisa e o instrumento de investigação. OTCLE está alinhado com os riscos e as estratégias de mitigação, contingência e assistência.

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SAO PEDRO

CEP: 36.036-900

UF: MG

Município: JUIZ DE FORA

Telefone: (32) 2102-3788

E-mail: cep.propp@ufjf.br

Continuação do Parecer: 6.742.482

Recomendações:

Não há recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Caso necessário, ajustar o cronograma para que a pesquisa não se inicie antes da aprovação no CEP. Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: 10/03/2025

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2232227.pdf	28/02/2024 00:43:56		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/02/2024 00:41:59	ALINE DE JESUS OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado.pdf	28/02/2024 00:41:42	ALINE DE JESUS OLIVEIRA	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao.pdf	13/11/2023 17:21:49	ALINE DE JESUS OLIVEIRA	Aceito
Outros	Lattes_Cristina_Bezerra.pdf	13/11/2023 17:21:31	ALINE DE JESUS OLIVEIRA	Aceito
Outros	Coleta_de_Dados.pdf	29/10/2023 19:51:14	Maria Lucia da Cunha Carmona	Aceito
Outros	Lattes_Aline.pdf	29/10/2023 19:49:13	Maria Lucia da Cunha Carmona	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Assinada.pdf	29/10/2023 19:46:22	Maria Lucia da Cunha Carmona	Aceito

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: São Paulo

UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA

Telefone: (32)2102-3788

CEP: 36.036-900

E-mail: cep.propp@ufjf.br

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Continuação do Parecer: 6.742.482

JUIZ DE FORA, 03 de Abril de 2024

Assinado por:
Iluska Maria da Silva Coutinho(Coordenador(a))

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro:SAO PEDRO

UF:MG

Município: JUIZ DE FORA

CEP: 36.036-900

Telefone: (32)2102-3788

E-mail: cep.propp@ufjf.br